



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

**Estágio de Arquitetura Paisagista na empresa Play Planet -
mobiliário urbano, construção e paisagismo, Lda. - Espaços
de jogo e recreio mais inclusivos para uma sociedade mais
inclusiva**

Bárbara Raquel Jesus Carvalho

Orientador(es) | Rute Sousa Matos

Milva de Magalhães Filipe Bertoli Maggioni

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

**Estágio de Arquitetura Paisagista na empresa Play Planet -
mobiliário urbano, construção e paisagismo, Lda. - Espaços
de jogo e recreio mais inclusivos para uma sociedade mais
inclusiva**

Bárbara Raquel Jesus Carvalho

Orientador(es) | Rute Sousa Matos

Milva de Magalhães Filipe Bertoli Maggioni

Évora 2022



JÚRI:

Presidente: Maria da Conceição Marques Freire, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Vogal - Arguente: Maria da Conceição Martins Lopes de Castro, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Vogal - Orientador: Rute Sousa Matos, Professora Auxiliar, Universidade de Évora



AGRADECIMENTOS

Desde o momento em que tomei a decisão de voltar a estudar, 5 anos após o término da minha Licenciatura, percebi que esta havia sido uma decisão que iria modificar o meu ritmo de vida e disponibilidade diária. Neste percurso surgiram dúvidas e hesitações que só foram possíveis superar com o apoio de pessoas importantes.

Entre essas pessoas tenho a destacar: a Ana que está sempre presente, nos bons, mas principalmente, nos momentos em que mais duvido de mim mesma. Agradeço também aos meus pais, que me apoiaram e permitiram ir mais longe e ambicionar mais para o meu futuro. À Fabiana (eterna Plim), companheira de aventuras, que me ajuda a destruir incertezas e medos. À (técnica) Joana que me anima a vida. À Rita (Pistão) que me deu o empurrão que faltava para avançar para este desafio e paralelamente me acompanhou nesta saga.

Agradeço ainda à Milva, Ana Correia e Mafalda que me permitiram, através da sua compreensão e flexibilidade, ingressar neste desafio, formando-me diariamente, dentro da empresa Play Planet, e contribuindo ativamente para a minha evolução profissional. À Inês (Costinha) pela sua enorme sabedoria e prontidão a ajudar. À Iara de Paulo que me recebeu no seu projeto e ensinou que as diferenças podem ser trabalhadas tornando-se potencialidades.

Agradeço, igualmente, à professora Rute que me incentivou a seguir o rumo que ambicionava com este projeto.

Nem sempre o caminho neste ciclo de estudos foi fácil, mas houve pessoas que o tornaram menos impetuoso e são a essas que dedico este agradecimento.

A ÚNICA DEFICIÊNCIA NA VIDA É UMA MÁ ATITUDE.
SCOTT HAMILTON

RESUMO

O relatório de estágio que se segue, intitulado “Estágio de Arquitetura Paisagista na empresa Play Planet - mobiliário urbano, construção e paisagismo, Lda. - Espaços de jogo e recreio mais inclusivos para uma sociedade mais inclusiva”, surge de um desafio proposto, pelo Município de Oeiras, à empresa Play Planet e consiste na análise técnica do nível de inclusão de espaços de jogo e recreio pertencentes ao município em questão. Esta análise tem como objetivo passar a ser uma base documentada que apoie potenciais transformações e a criação de espaços de jogo e recreio com carácter mais inclusivo.

Este documento descreve a forma como se desenvolveu o estágio e o projeto, desde a aquisição de conhecimentos relacionados com a temática da inclusão e dos espaços de jogo e recreio, passando pela definição de conceitos e pela análise aos espaços selecionados, culminando numa apreciação crítica e propositiva dos mesmos, com o intuito de impulsionar a sua transformação em espaços mais inclusivos.

A forma como os espaços abertos públicos são projetados tem impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos e é esperado que os espaços de jogo e recreio analisados no decorrer do projeto sejam locais de mínima exclusão, dado o seu carácter público. No entanto, é importante ter presente que os espaços em análise foram, na sua grande maioria, construídos há mais de 20 anos, época em que a inclusão era ainda um tema pouco falado e pouco considerado pelos projetistas. É, assim, expectável que as avaliações resultantes não sejam maioritariamente positivas, mas que os espaços de jogo e recreio incluídos no projeto apresentem potencial de transformação e progressão quanto ao tema da inclusão.

ABSTRACT

The internship report that follows, called “Landscape Architecture Internship at Play Planet - urban furniture, construction, and landscaping, Lda. – More inclusive play and recreation spaces for a more inclusive society inclusive”, arises from a challenge proposed by the Municipality of Oeiras, to the company Play Planet, and consists of the technical analysis of the level of inclusion of game and recreation spaces, belonging to the municipality in question. This analysis aims to become a documented basis that supports potential transformations and the conception of play and recreation spaces with a more inclusive character.

This document describes the way in which the internship and the project were developed, from the acquisition of knowledge related to the theme of inclusion at play and recreation spaces, through the definition of concepts and analysis of the selected spaces, culminating in a critical and suggestive appreciation, in order to encourage their transformation into more inclusive spaces.

The way public spaces are designed has a direct impact on the quality of life of the citizens of the municipalities and it is expected that the play and recreation spaces analyzed during the project be places of minimum exclusion, given their public character. However, it is important consider that the spaces under analysis were, for the most part, built more than 20 years ago, an era when inclusion was still a topic less talked about and little considered by designers. It is, therefore, to be expected that the resulting evaluations are not mostly positive, but that the play and recreation spaces included in the project have the potential for transformation and progression in terms of inclusion.

ÍNDICE

1. Introdução	pág. 19
1.1 Contextualização do relatório	pág. 21
1.2 Enquadramento do projeto	pág. 23
1.2.1 Projeto	pág. 24
1.2.2 Quem são os excluídos?	pág. 25
1.2.3 Caracterização da empresa Play Planet	pág. 27
1.2.4 O LINC e seus objetivos	pág. 28
1.3 Objetivos	pág. 29
1.4 Metodologia de trabalho	pág. 30
1.5 Organização do Relatório	pág. 32
2. Estado da arte	pág. 35
2.1 Contextualização	pág. 37
2.2 Breve história dos parques infantis	pág. 38
2.3 As falhas nos parques infantis	pág. 43
2.4 O direito a brincar	pág. 49
2.5 O desenvolvimento da criança associada ao ato de jogar	pág. 53
2.6 A inclusão	pág. 55
2.7 Princípios do “Design Universal”	pág. 57
2.8 Equipamentos e espaços inclusivos	pág. 58
3. Caracterização de Oeiras	pág. 67
3.1 Contextualização geográfica do trabalho	pág. 69
3.2 Dados estatísticos	pág. 70
3.3 Sobre a deficiência	pág. 72
4. Métodos e Metodologia	pág. 75
4.1 O projeto	pág. 77
4.2 Descrição geral do projeto	pág. 78
4.3 Método de recolha de dados	pág. 79
4.4 Parâmetros de análise	pág. 82
5. Análise	pág. 87
5.1 Trabalho desenvolvido	pág. 89
5.1.1 Análise a 10 casos de estudo	pág. 89
• EJР Jardim Municipal de Algés	pág. 90
• EJР Jardim dos Plátanos	pág. 93

• EJR Alto de Santa Catarina	pág. 97
• EJR Bairro da Luta pela Casa	pág. 100
• EJR Correios	pág. 103
• EJR Guerra Junqueiro	pág. 105
• EJR Igreja de Leião	pág. 108
• EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras	pág. 110
• EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos	pág. 112
• EJR Quinta do Alto	pág. 114
5.1.2 Análise geral aos EJR de Oeiras	pág. 117
5.1.3 Sugestões de melhoria	pág. 127
6. Considerações finais	pág. 129
6.1 Conclusões	pág. 131
6.1.1 O estágio	pág. 131
6.1.2 O projeto	pág. 132
6.2 Aspectos a melhorar no projeto desenvolvido	pág. 135
6.3 O papel da Arquitetura Paisagista na promoção de parques infantis mais inclusivos	pág. 138
7. Bibliografia	pág. 141
8. Decretos-lei e normas	pág. 145
9. Anexos	pág. 149

ANEXOS

Anexo 1 - Listagem de espaços de jogo e recreio, pertencentes ao projeto de análise da inclusão, no Município de Oeiras

Anexo 2 – Tabela de avaliação dos espaços de jogo e recreio

Anexo 3 – Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico, do EJR Jardim Municipal de Algés

Anexo 4 – Tabela de avaliação do EJR Jardim Municipal de Algés. Preenchida no local a 06/02/2022

Anexo 5 – Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico, do EJR Jardim dos Plátanos

Anexo 6 - Tabela de avaliação do EJR Jardim dos Plátanos. Preenchida no local a 16/02/2022

Anexo 7 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Alto de Santa Catarina

Anexo 8 - Tabela de avaliação do EJR Alto de Santa Catarina. Preenchida no local a 06/02/2022

Anexo 9 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Bairro Luta pela Casa

Anexo 10 - Tabela de avaliação do EJR Bairro Luta pela Casa. Preenchida no local a 16/02/2022

Anexo 11 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Correios

Anexo 12 - Tabela de avaliação do EJR Correios. Preenchida no local a 06/02/2022

Anexo 13 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Guerra Junqueiro

Anexo 14 - Tabela de avaliação do EJR Guerra Junqueiro. Preenchida no local a 16/02/2022

Anexo 15 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Igreja de Leião

Anexo 16 - Tabela de avaliação do EJR Igreja de Leião. Preenchida no local a 06/02/2022

Anexo 17 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Praia de Santo Amaro Oeiras

Anexo 18 - Tabela de avaliação do EJR Praia de Santo Amaro Oeiras Preenchida no local a 10/02/2022

Anexo 19 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos

Anexo 20 - Tabela de avaliação do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos. Preenchida no local a 08/02/2022

Anexo 21 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Quinta do Alto

Anexo 22 - Tabela de avaliação do EJR Quinta do Alto. Preenchida no local a 08/02/2022

INDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Logótipo da empresa Play Planet. Autor: Play Planet	pág. 27
Fig. 2 - Logótipo do laboratório da inclusão (LINC). Autor: Play Planet	pág. 27
Fig. 3 - Primeira ilustração conhecida de um parque infantil. Henry Barnard, 1848	pág. 39
Fig. 4 – Junk playgrounds, Copenhaga, 1943 e Adventure Playground, Kozlovsky, 2007	pág. 40
Fig. 5 - Robinson playground em Zurique, Suíça, 1955-1960	pág. 40
Fig. 6 – Playscape de Noguchi e L. Kahn, Riverside Park e Play sculpture de Robert Winston, 1961 ..	pág. 41
Fig. 7 – Parque infantil jardim da estrela (1957) e parque infantil Alvito (Armando Serôdio, 1963, Arquivo Municipal de Lisboa)	pág. 43
Fig. 8 – Representação visual de termos associados a espaços de jogo e recreio. NP 1176	pág. 48
Fig. 9 - Exemplo de um equipamento com abordagem não inclusiva. Fonte: Catálogo Play Planet 2021	pág. 60
Fig. 10 - Torre inclusiva. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk , acedido a 16 de fevereiro de 2022	pág. 61
Fig. 11 – Baloço inclusivo. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk , acedido a 16 de fevereiro de 2022	pág. 61
Fig. 12 – Casinha de brincar. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk , acedido a 01 de março de 2022	pág. 62
Fig. 13 – Baloço. Fonte: Lappset, disponível em https://www.lappset.com , acedido a 27 de maio de 2022	pág. 62
Fig. 14 – Carrossel. Fonte: Lappset, disponível em https://www.lappset.com , acedido a 27 de maio de 2022	pág. 62
Fig. 15 – Escorrega. Fonte: Lappset, disponível em https://www.lappset.com , acedido a 31 de maio de 2022	pág. 63
Fig. 16 – Mola. Fonte: Lappset, disponível em https://www.lappset.com , acedido a 31 de maio de 2022	pág. 63
Fig. 17 – Comboio. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk , acedido a 31 de maio de 2022	pág. 63

Fig. 18 – Trampolim. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acessado a 31 de maio de 2022 pág. 64

Fig. 19 – Equipamento “jogo de água”. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acessado a 31 de maio de 2022 pág. 64

Fig. 20 – Equipamento Caixa de areia. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acessado a 31 de maio de 2022 pág. 64

Fig. 21 - Figura com a marcação dos espaços de jogo e recreio, segundo a carta de divisão de freguesias do município de Oeiras. Fonte: Play Planet pág. 80

Fig. 22 - Tipos de estímulos. Fonte: Play Planet pág. 85

Fig. 23 - Localização do parque infantil Nº1 - EJR Jardim Municipal de Algés. Fonte: GoogleMaps. 05/04/2022 pág. 91

Fig. 24 - Localização do parque infantil Nº11 - EJR Jardim dos Plátanos. Fonte: GoogleMaps. 05/04/2022 pág. 94

Fig. 25 - Localização do parque infantil Nº12 - EJR Alto de Santa Catarina. Fonte: GoogleMaps. 06/04/2022 pág. 98

Fig. 26 - Localização do parque infantil Nº68 - EJR Bairro Luta pela Casa. Fonte: GoogleMaps. 06/04/2022 pág. 100

Fig. 27 - Localização do parque infantil Nº35 - EJR Correios. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022..... pág. 103

Fig. 28 - Localização do parque infantil Nº54 - EJR Guerra Junqueiro. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022 pág. 106

Fig. 29 - Localização do parque infantil Nº51 - EJR Igreja de Leião. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022 pág. 108

Fig. 30 - Localização do parque infantil Nº122 - EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022 pág. 110

Fig. 31 - Localização do parque infantil Nº26 - EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022 pág. 113

Fig. 32 - Localização do parque infantil Nº92 - EJR Quinta do Alto. Fonte: GoogleMaps. 11/04/2022 pág. 115

INDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - População de Oeiras em 1991, 2001 e 2011. Fonte de dados: INE. Diagnóstico Demográfico e Projeção da População, 2015, Teresa Pimentel	pág. 70
Tabela 2 - População de Oeiras com pelo menos uma incapacidade. Fonte INE, censos 201.....	pág. 73
Tabela 3 - Avaliação global dos 17 EJR da união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada. Fonte: Play Planet	pág. 118
Tabela 4 - Avaliação segundo as normas e classificação final, relativa aos 17 EJR da união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada. Fonte: Play Planet	pág. 119
Tabela 5 - Avaliação global dos 17 EJR da união de freguesias de Carnaxide e Queijas. Fonte: Play Planet	pág. 120
Tabela 6 - Avaliação segundo as normas e classificação final, dos 17 EJR da união de freguesias de Carnaxide e Queijas. Fonte: Play Planet	pág. 121
Tabela 7 - Avaliação global dos 14 EJR da freguesia de Barcarena. Fonte: Play Planet	pág. 122
Tabela 8 - Avaliação segundo as normas e classificação final dos 14 EJR da freguesia de Barcarena. Fonte: Play Planet	pág. 122
Tabela 9 - Avaliação da global dos 7 EJR da freguesia Porto Salvo. Fonte: Play Planet.....	pág. 123
Tabela 10 - Avaliação segundo as normas e classificação final dos 7 EJR da freguesia Porto Salvo. Fonte: Play Planet	pág. 124
Tabela 11 - Avaliação global dos 17 EJR da união freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias. Fonte: Play Planet	pág. 125
Tabela 12 - Avaliação segundo as normas e classificação final dos 17 EJR da união freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, com indicação da classificação final. Fonte: Play Planet	pág. 126
Gráfico 1 - Idade da população residente em Oeiras, ao longo de 50 anos. Fonte de dados: INE. Diagnóstico Demográfico e Projeção da População, 2015, Teresa Pimentel. Cálculos do autor	pág. 71
Gráfico 2 -Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Jardim Municipal de Algés	pág. 92
Gráfico 3 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Jardim Municipal de Algés	pág. 92

Gráfico 4 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Jardim Municipal de Algés	pág. 92
Gráfico 5 -Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Jardim dos Plátanos	pág. 96
Gráfico 6 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Jardim dos Plátanos	pág. 96
Gráfico 7 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Jardim dos Plátanos	pág. 96
Gráfico 8 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Alto de Santa Catarina	pág. 99
Gráfico 9 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Alto de Santa Catarina	pág. 99
Gráfico 10 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Alto de Santa Catarina	pág. 99
Gráfico 11 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Bairro Luta pela Casa	pág. 102
Gráfico 12 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Bairro Luta pela Casa	pág. 102
Gráfico 13 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Bairro Luta pela Casa	pág. 102
Gráfico 14 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Correios	pág. 104
Gráfico 15 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Correios	pág. 104
Gráfico 16 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Correios	pág. 104
Gráfico 17 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Guerra Junqueiro	pág. 107
Gráfico 18 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Guerra Junqueiro	pág. 107
Gráfico 19 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Guerra Junqueiro	pág. 107
Gráfico 20 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Igreja de Leão	pág. 109

Gráfico 21 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Igreja de Leão	pág. 109
Gráfico 22 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Igreja de Leão	pág. 109
Gráfico 23 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras	pág. 111
Gráfico 24 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras	pág. 111
Gráfico 25 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras	pág. 111
Gráfico 26 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos	pág. 114
Gráfico 27 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos	pág. 114
Gráfico 28 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos	pág. 114
Gráfico 29 - Distribuição de estímulos Proprioceptivo e Vestibular do EJR Quinta do Alto	pág. 116
Gráfico 30 - Quantidade de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Quinta do Alto	pág. 116
Gráfico 31 - Distribuição de estímulos Sociais, sensoriais, cognitivos, físicos e de comunicação do EJR Quinta do Alto	pág. 116

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do relatório

Os parques infantis desempenham um papel muito importante no tecido urbano, funcionando como lugares onde as crianças brincam e desenvolvem a sua imaginação, mas também como espaços capazes de assumir identidade dentro de uma comunidade. Os organismos de gestão pública devem repensar a forma de projetar este tipo de espaços tornando-os mais apelativos e inclusivos, de forma a criar espaços onde pessoas com diferentes capacidades físicas e cognitivas podem conviver.

É reconhecido o interesse que o município de Oeiras tem pelo bem-estar dos seus munícipes procurando, de forma constante, inovar em diversos campos da sua gestão.

O desafio de realizar visitas aos espaços de jogo e recreio geridos pelo município de Oeiras, que culminassem na elaboração de um relatório de avaliação da inclusão dos mesmos, chegou à empresa Play Planet através de um concurso público lançado pelo município; assim, após os procedimentos legais, foi iniciado o projeto exposto neste relatório.

O trabalho apresentado descreve o estágio realizado na empresa Play Planet, no período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, e tem como objetivo a obtenção do grau de mestre em Arquitetura Paisagista, pela Universidade de Évora. Todo o estágio foi desenvolvido em torno da análise dos espaços de jogo e recreio, em Oeiras, sendo que toda a pesquisa e estudos feitos estão expostos neste documento.

A empresa Play Planet dedica-se à idealização e construção de espaços de jogo e recreio, com um perfil inovador, apelativo e sobretudo inclusivo. Estando a trabalhar nesta empresa desde 2019, percebi de imediato o foco que todos os funcionários têm em criar espaços que promovam o jogo sem discriminação. Tendo o cargo de técnica de manutenções tenho a responsabilidade de garantir o cumprimento das normas em vigor de todos os espaços de jogo e recreio que visito. Este estágio permitiu aplicar conhecimentos, mas também adquirir novas capacidades, relacionadas com a análise da inclusão.

Para responder a concursos semelhantes a este, proposto pelo município de Oeiras, já havia sido criado na Play Planet, um laboratório especializado na temática da inclusão em espaços de jogo e recreio. No decorrer do estágio fui integrada numa equipa de trabalho, com membros do laboratório, de forma a adquirir conhecimentos e explorar ideias com

profissionais que se dedicam ao estudo e promoção da inclusão. Este foi o desafio certo para uma empresa que já se dedica à promoção da inclusão desde a sua origem.

Para este estágio, a responsável do grupo de trabalho selecionou 10 espaços, integrantes do projeto de avaliação de inclusão dos espaços de jogo e recreio do município de Oeiras, para que eu os analisasse, com base na tabela de avaliação preenchida nas visitas e elaborada pela equipa. Com a compreensão de conceitos base, selecionados por membros do laboratório de inclusão, era esperado que fosse capaz de avaliar os parâmetros de cada espaço de jogo e recreio, tecer análises/ críticas e sugerir alterações aos espaços que me haviam atribuído. Os 10 espaços analisados no estágio foram selecionados arbitrariamente, sendo que a única condição posta foi pertencerem a freguesias diferentes, de modo a garantir diversidade na análise.

Para reunir os conhecimentos necessários para uma análise bem fundamentada à inclusão desta tipologia de espaços de lazer, foi importante: i) ler diversos autores que refletiram sobre o desenvolvimento da criança e que relacionam o tema com o ato de jogar livremente; ii) consultar diversos artigos sobre inclusão e o direito a brincar e explorar soluções que empresas do ramo da construção de parques infantis apresentam para a criação de espaços de jogo e recreio inclusivos; iii) consultar decretos-lei e normas em vigor, relacionados com a inclusão e espaços de jogo e recreio em Portugal, para que os aspetos técnicos e construtivos determinados por lei fossem tidos em consideração na avaliação que foi criada. Esta abordagem teórica aos temas é apresentada no capítulo 2 “Estado da Arte”, sendo que no primeiro capítulo é apresentado o enquadramento do relatório, do projeto e da empresa onde desenvolvi o estágio. No primeiro capítulo é explicado, de forma mais detalhada, a dinâmica da empresa Play Planet e como surgiu a ideia de abordar o tema da inclusão que deu origem a este relatório de estágio. No terceiro capítulo deste relatório foi feita a caracterização do concelho de Oeiras, território onde foi desenvolvido o projeto, recorrendo a dados estatísticos e bibliográficos sobre o mesmo, com o propósito de apresentar a informação que será tida em consideração na análise a cada espaço de jogo e recreio. No quarto capítulo é explicado o projeto, apresentado o levantamento dos espaços incluídos no projeto, expostos os métodos utilizados para realizar a avaliação de cada espaço, apresentada a metodologia de recolha de dados, os parâmetros escolhidos para a avaliação e explicado o porquê da sua escolha. No capítulo 5. Análise são apresentados os 10 espaços estudados no decorrer do estágio com a respetiva avaliação, a análise aos parâmetros determinados pela equipa de

trabalho e apresentadas sugestões para melhorar a sua avaliação quanto à inclusão. As conclusões do relatório e críticas ao projeto serão apresentadas no capítulo 6, onde será feita uma reflexão sobre o tipo de abordagem desenvolvida e como esta poderia ser melhorada, na ótica de uma estudante de mestrado em Arquitetura Paisagista. Neste capítulo é, ainda, feito um paralelismo entre a Arquitetura Paisagista e o tema da inclusão nos espaços de jogo e recreio, apresentando sugestões para que nesta área seja possível criar mais espaços inclusivos.

1.2 Enquadramento do projeto

O presente relatório diz respeito ao desenvolvimento de um estágio curricular, com a duração de seis meses, realizado na empresa Play Planet®, com sede em São Domingos de Benfica, em Lisboa, e tem como propósito ser o relatório a apresentar para a finalização do curso de Mestrado em Arquitetura Paisagista, na Universidade de Évora, e obtenção do grau de Mestre.

A Play Planet é uma empresa de *Design & Build*, ou seja, especializa-se em conceber e transformar ideias em espaços, desde o processo criativo, à construção e manutenção dos espaços desenvolvidos. Esta empresa cria espaços, tais como, parques infantis, ginásios ao ar livre, circuitos de manutenção, áreas de *dog park*, entre outros, fazendo também parte das suas atividades, a produção e a implementação de equipamentos e produtos de mobiliário urbano.

O estágio aqui apresentado resulta da inclusão e colaboração numa equipa de trabalho da Play Planet, encarregue da análise da inclusão de espaços de jogo e recreio do município de Oeiras. Numa primeira fase do estágio, os membros associados do laboratório de inclusão definiram como prioritário que se explorassem temas como a inclusão, o desenvolvimento da criança e a associação entre este desenvolvimento, os espaços de jogo e a forma como a não inclusão das crianças nestes espaços públicos poderá ter impacto no seu futuro. Foi importante compreender estes temas para poder ser possível contribuir ativamente para a equipa de trabalho que já havia sido criada. Foram estes conhecimentos que permitiram à equipa criar a tabela de avaliação dos espaços de jogo e recreio, ferramenta essencial para o projeto de análise. Já com a tabela

criada, foram realizadas visitas físicas aos locais de estudo, por diversos elementos da Play Planet, pertencentes à equipa do projeto de análise da inclusão. No decorrer do estágio tive a oportunidade de integrar uma destas equipas de avaliação, o que permitiu aprender com profissionais que já se dedicavam à temática da inclusão associada aos espaços de jogo e recreio. As avaliações feitas nas visitas estão expostas neste relatório, assim como a análise aos parques e as sugestões para a sua melhoria, em termos de inclusão.

O trabalho desenvolvido neste projeto e nas suas várias fases, nomeadamente na fase de pesquisa, elaboração de tabelas de avaliação, na sua utilização nos locais físicos e posteriores análises e sugestões para os espaços, será apresentado detalhadamente ao longo deste relatório, demonstrando-se que foram alcançados os objetivos traçados nesta proposta de estágio curricular, e que adiante se referem.

1.2.1 Projeto

Ao ingressar no mestrado de Arquitetura Paisagista tinha a intenção de realizar uma dissertação como trabalho final para obtenção do grau de mestre, resultado da exploração de uma das diversas temáticas de interesse lecionadas nas várias disciplinas do ciclo de estudos. Explorar novos conceitos relacionados com a paisagem e perceber como estes podem ser utilizados em diversas realidades projetadas é algo cativante e que facilmente se poderia converter num tema de dissertação. Porém, no decorrer do ano letivo 2021/2022 a empresa onde trabalho, desde 2019, foi convidada a desenvolver um projeto relacionado com a inclusão nos espaços de jogo e recreio. Perante o convite para ingressar na equipa de trabalho tomei a decisão de realizar, como trabalho final para obtenção de grau de mestre, um relatório de estágio, o que alterou os planos iniciais.

O projeto do município de Oeiras chegou à empresa Play Planet em setembro de 2021, tendo eu sido incluída na equipa de trabalho em dezembro do mesmo ano, com o intuito de apoiar os trabalhos que seriam necessários à sua realização e fazer o estágio a que me propus para obtenção de grau de mestre na Universidade de Évora. A oportunidade de ingressar numa equipa multidisciplinar e o tema do projeto foram entusiasmantes, dado que a experiência me permitiria obter conhecimentos numa área diferente da que atualmente pratico na empresa, trabalhar em equipa e contribuir para o possível melhoramento da inclusão nos espaços de jogo e recreio do município de Oeiras.

O projeto consistiu na avaliação, quanto à inclusão, de espaços de jogo e recreio no município de Oeiras, listados pelo mesmo, com o intuito de criar uma ferramenta de análise simplificada e de avaliação dos seus parques, permitindo determinar as necessidades e as prioridades de transformação nos mesmos.

1.2.2 Quem são os excluídos?

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos aos Censos 2011, relatam que 40,5% das pessoas entre os 15 e os 64 anos tinham pelo menos um problema de saúde ou doença prolongados e 17,4% tinham pelo menos uma dificuldade na realização de atividades básicas. Os problemas músculo-esqueléticos e as dificuldades na mobilidade, especialmente andar e subir degraus, constituíam respetivamente o principal problema de saúde e a principal dificuldade para a população inquirida. Ainda neste levantamento foi apurado que na faixa etária dos 5 aos 14 anos, existiam 52 214 crianças com pelo menos uma dificuldade, sendo as dificuldades mentais o principal indicador (75,1%). Infelizmente os dados relativos ao número de pessoas com algum tipo de deficiência, em Portugal, dos Censos 2021, ainda não se encontram tratados, mas é previsível, dado o aumento da população, que o número de crianças com dificuldades aumente. Atuar preventivamente será a melhor maneira de garantir uma melhor qualidade de vida destes cidadãos, que podem ter uma das seguintes incapacidades:

- Físicas (Mobilidade, força, coordenação, equilíbrio, destreza);
- Sensoriais (Surdez, Cegueira, vestibular);
- Cognitivas (Memória, aprendizagem, saúde mental, fala);
- Neurológicas (Epilepsia, danos neurológicos, controlo, desordem vestibular);
- Sociais e emocionais (interações, autoconhecimento, emoções).

Perante uma criança com incapacidades físicas, os espaços de jogo e recreio são uma ótima oportunidade de desenvolvimento. Os bons parques infantis criam desafios e incentivam à entreajuda, aproveitando as capacidades individuais de cada interveniente, estimulando a interação social. Espaços que estimulem os sentidos são ótimos para encorajar explorar e descobrir, no caso de a incapacidade ser sensorial. Estímulos visuais, auditivos, de cheiro, tácteis, percetivos e vestibulares, todos combinados, são formas de

a criança compreender o espaço que a circunda, contribuindo conseqüentemente para o seu desenvolvimento.

A Play Planet acredita que o para incentivar uma criança com incapacidades cognitivas, a participar ativamente em brincadeiras mais prolongadas, é importante gerar um ambiente que facilite a comunicação, ou que seja fácil de ler. Quando damos à criança problemas para resolver num ambiente lúdico, criamos o cenário perfeito para que esta se sinta estimulada a entender causas e efeitos, bem como desenvolver a capacidade de pensamento abstrato. Este relatório sustenta-se na opinião que a melhor maneira de uma criança aprender é inconscientemente, durante o ato de brincar, por interação com os elementos do espaço físico. O espaço ideal de jogo e recreio deve permitir que uma criança com incapacidades se expresse livremente e teste as suas aprendizagens. Os equipamentos destes espaços devem possibilitar a utilização por uma extensa faixa etária, apelando a diferentes sentidos, promovendo a mobilidade, controlo e postura. Estes espaços devem ser locais de partilha, cuidado e cooperação, onde as crianças, independentemente das suas habilidades, se sintam seguras para se expressar livremente.

O sétimo princípio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência¹ refere que devem ser criadas condições de igualdade de oportunidade, para que todas as crianças desenvolvam aptidões mentais, morais e sociais. Podemos até considerar que, atualmente, há uma maior preocupação por parte dos nossos órgãos de gestão, para que os espaços de jogo e recreio cumpram este princípio, mas ainda há bastantes aspetos a serem melhorados, principalmente nos espaços públicos, tais como a tipologia de pavimentos e equipamentos implementados.

As normas e legislação em vigor associadas aos espaços de jogo e recreio, regulam a segurança, acessibilidade e mobilidade nos equipamentos, no próprio espaço e na sua envolvente, mas não fazem qualquer referência ao carácter inclusivo dos mesmos. É, portanto, necessário que, até ser redigida uma nova norma, os projetistas tenham um papel mais ativo na promoção e desenvolvimento de espaços inclusivos, participando nas equipas de trabalho que desenvolvem estes espaços.

¹ Assembleia Geral das Nações Unidas (2006) Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

1.2.3 Caracterização da empresa Play Planet

A Play Planet foi criada em 2010 e resulta da junção de capacidades e conhecimentos de três sócias com formação nas áreas de Arquitetura Paisagista, Engenharia e Matemática, que já trabalhavam na área de soluções de projeto e criação de espaços públicos de lazer e recreio.

A sede da Play Planet é em São Domingos de Benfica, em Lisboa, e é neste local que se situa o escritório, onde trabalham os projetistas, designers e comerciais da empresa. Para além deste local, a Play Planet possui um armazém, situado no Montijo, onde são criados e armazenados os equipamentos e materiais necessários para a construção dos conceitos desenvolvidos na sede. Esta proximidade de localização permite uma rápida e fácil comunicação entre os vários departamentos, sendo este, talvez, o segredo para a boa relação que existe entre todos os colaboradores da Play Planet. Esta empresa pertence à categoria das pequenas e médias empresas (PME), sendo que nela trabalham, diretamente, mais de 20 pessoas e cerca de 15 colaboradores em regime de prestação de serviços esporádicos.

Nos parques infantis desenvolvidos pela Play Planet as estruturas são adaptadas a crianças com mobilidade reduzida ou com outras dificuldades físicas ou cognitivas, o que permite que todas as crianças se movimentem de forma independente, ou com ajuda, pelos espaços. Esta empresa é conhecida no mercado por criar espaços com cores fortes, música e grande diversidade de equipamentos e materiais. Os seus projetos realçam a postura da empresa, que defende que os parques infantis devem ser locais onde uma criança com ou sem deficiência, e a sua família, se sentem seguros permitindo a exploração, a aprendizagem e o desenvolvimento de competências básicas, não menosprezando a segurança do utilizador.

O foco da Play Planet é evitar a exclusão, criando conceitos inovadores e apelativos; mas, para tal, foi necessário criar um laboratório que se dedica especificamente a pensar e criar espaços de jogo e recreio inclusivos - o LINC.



Fig. 1 - Logótipo da empresa Play Planet



Fig. 2 - Logótipo do laboratório da inclusão

1.2.4 O LINC e os seus objetivos

Na empresa Play Planet existem vários departamentos, nomeadamente, o departamento de design, de projeto, financeiro, de obra, comercial e o departamento da área das manutenções dos espaços de jogo e recreio. Para cada departamento há projetos próprios que permitem o desenvolvimento e a especialização da empresa em diversas áreas de atuação. Com origem no departamento de projeto surgiu o LINC, abreviatura para laboratório de inclusão, especialmente dedicado à temática da inclusão em espaços de jogo e recreio.

O laboratório de inclusão consiste num grupo de pessoas de diferentes áreas disciplinares, colaboradores da Play Planet, focadas no mesmo objetivo: projetar espaços de jogo e recreio acessíveis a todos onde, para além do lazer, é também possível reabilitar, educar e aprender a respeitar a diversidade.

O grupo de trabalho do LINC é composto por profissionais com diversas formações académicas, sendo que dele também fazem parte elementos com algum tipo de incapacidade. Esta multidisciplinaridade e variedade de elementos permite abordar o tema da inclusão com um maior espectro de conhecimentos e identificar soluções técnicas, com o intuito de promover a integração social e melhorar a qualidade de vida da população.

O LINC presta serviços de consultoria, projeto e construção de espaços inclusivos, com o propósito de contribuir para uma sociedade mais igualitária na acessibilidade, defendendo os direitos de todos os cidadãos e eliminando a discriminação ou a exclusão. Como dito anteriormente, o grupo de trabalho do LINC é composto por técnicos da Play Planet, mas também por consultores externos, que se reúnem regularmente para avaliar a realização de novos projetos.

No decorrer do estágio desenvolvido, foi possível contactar e aprender, no terreno e em laboratório, com a Iara de Paula, Licenciada em Terapia ocupacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Esta profissional é colaboradora do LINC e dedica-se à reabilitação de crianças e jovens adultos com mobilidade reduzida, deficiências mentais e sensoriais, através de simulação e, posteriormente, do contacto com espaços de jogo e recreio. Através da Iara foi possível concretizar um dos objetivos do estágio, que consistia em contactar com crianças com deficiência e seus familiares, com o propósito de

aumentar a minha sensibilidade para a importância de criar espaços onde estas pessoas pudessem brincar e desenvolver-se, em proximidade com outras crianças.

Os clientes do laboratório de inclusão são, por norma, organismos de gestão pública, cada vez mais sensibilizados para a importância dos espaços públicos como fator de melhoria da qualidade de vida da sua população. Principalmente nas cidades, onde as pessoas passam muitas horas sentadas e têm uma vida mais sedentária, é importante incentivar a atividade física e os municípios apostam no aumento de oferta de espaços públicos que promovam o movimento, jogos, prática de exercício e socialização.

Atualmente existe, de forma global, uma maior atenção para com a promoção de saúde e qualidade de vida, dando-se mais importância ao exercício físico como forma de manutenção do corpo e mente. Por consequência, o número de pessoas a usufruir dos espaços de lazer públicos também aumentou e é necessário criar soluções para pessoas com diferentes exigências ou capacidades, que sejam acessíveis e seguros para todos.

Muitos dos espaços de lazer existentes não são adaptados ou inclusivos, sendo praticamente inexistentes equipamentos e atividades que promovam diferentes estímulos. Felizmente, muitos representantes municipais já demonstraram interesse em alterar esta realidade e pedem ajuda a empresas como a Play Planet para transformar os seus espaços públicos, de forma a eliminar a exclusão. O município de Oeiras foi o cliente que permitiu que o projeto apresentado se desenvolvesse, mas é esperado que com este documento seja criado mais interesse na transformação dos espaços de jogo e recreio existentes em espaços mais apelativos e inclusivos.

1.3 Objetivos

Com as tarefas desenvolvidas no estágio pretendeu-se obter conhecimentos sólidos sobre a temática da inclusão, especialmente aplicada aos espaços de jogo e recreio, de forma a dominar a utilização da tabela criada para avaliar estes espaços e tecer análises fundamentadas para cada espaço, objeto de estudo. Era esperado que fosse capaz, no fim do estágio, de sugerir melhorias para os espaços analisados, de forma a apoiar a tomada de decisões do cliente, relativamente às transformações dos espaços incluídos no projeto.

O município de Oeiras expressou interesse em analisar os seus parques infantis, de modo a perceber se são locais não discriminatórios para a sua população e, com este objetivo, a Play Planet reuniu uma equipa especializada nesta temática de forma a cumprir esta tarefa, tendo resultado na elaboração de um relatório de avaliação.

Deve ser do interesse dos órgãos de gestão pública transformar os espaços infantis já existentes em locais mais apelativos e inclusivos, de forma a permitir o saudável desenvolvimento de todos os seus jovens munícipes. Com o propósito de colaborar no projeto de análise dos espaços incluídos no projeto, foram determinados os seguintes objetivos para o decorrer do estágio:

- Compreender a importância do espaço de jogo e recreio para o desenvolvimento das crianças;
- Abordar a inclusão aplicada aos espaços de jogo e recreio;
- Colaborar na criação de métodos de avaliação dos espaços de jogo e recreio, em termos gerais e aplicados à inclusão;
- Identificar, no terreno, as barreiras e dificuldades que as pessoas portadoras de deficiência sentem nos espaços, de forma a sugerir soluções ou minimizar as dificuldades existentes;
- Ter contacto com pessoas portadoras de deficiência e suas famílias, com o objetivo de compreender as suas dificuldades ao utilizar um espaço de jogo e recreio;
- Apresentar a análise aos espaços selecionados, com sugestões e conclusões.

1.4 Metodologia de trabalho

De modo a contribuir para a elaboração do relatório de avaliação sobre a inclusão dos espaços de jogo e recreio, pedido pelo Município de Oeiras, foi-me sugerido, como já foi referido, que realizasse uma pesquisa bibliográfica sobre as diversas temáticas associadas a este tema. Individualmente, através de bibliografia sugerida pelo laboratório de inclusão, comecei por tomar conhecimento sobre o processo de desenvolvimento da criança e de que forma é que se pode relacionar com os espaços de jogo e recreio. Após consolidada esta informação, fui introduzida ao tema da inclusão, especialmente aplicada

aos espaços de jogo e recreio, tema em destaque no relatório encomendado. Esta abordagem exigiu muita leitura e filtragem de informação, dada a vastidão de conteúdos sobre o tema da inclusão associada a outras realidades. Posteriormente, fui integrada na equipa de trabalho criada especificamente para o projeto da “análise à inclusão dos espaços de jogo e recreio, no município de Oeiras”.

De forma a dar início ao projeto, a equipa destacada para o mesmo reuniu e cada elemento apresentou o que achava ser importante que constasse numa tabela de avaliação de inclusão de espaços de jogo e recreio. Depois de discutidas as sugestões foram selecionados os parâmetros de avaliação mais importantes para a análise e decidida a forma como estes deveriam ser preenchidos.

Recorrendo à listagem dos espaços de jogo e recreio, cedida pelo município de Oeiras, foram marcadas as localizações dos espaços de forma a melhor organizar logisticamente as visitas. Foi ainda nesta fase que se procedeu à recolha de informação sobre o Concelho, com o objetivo que toda a equipa conhecesse a realidade sobre a qual iria tecer análises e considerações.

Numa terceira fase, os elementos da equipa de trabalho criada para este projeto foram organizados em grupos, de modo a conseguir cumprir os prazos determinados pelo cliente.

Durante o estágio acompanhei várias visitas, colaborando no preenchimento das tabelas de avaliação, fazendo anotações, avaliações visuais ou medições nos equipamentos, conforme me era indicado para cada espaço de jogo e recreio. Destas visitas foram-me indicados 10 parques que teria a responsabilidade de analisar após a avaliação, de forma a testar os conhecimentos adquiridos no estágio.

Após preenchidas todas as tabelas de avaliação, de todos os parques listados pelo município, foi reunida a informação e as análises de todos os grupos de trabalho e elaborado o relatório final de análise, encomendado pelo cliente. Na qualidade de estagiária colaborei de forma diferente nesta última fase. Reuni as 10 avaliações provenientes dos espaços que deveria analisar, teji comentários, análise e sugestões, e só depois passei estes dados para a minha orientadora de estágio da empresa e gerente da Play Planet.

Graças à participação no projeto acima descrito, foi possível reunir dados para a elaboração deste relatório de estágio, que será apresentado nos seguintes capítulos.

1.5 Organização do Relatório

Este relatório está dividido em cinco capítulos, sendo que o primeiro consiste na introdução, objetivos, descrição geral do projeto, metodologia utilizada, apresentação da empresa onde foi realizado o estágio e o laboratório de inclusão que permitiu que este projeto fosse concretizado.

No segundo capítulo, relativo à revisão bibliográfica, explico concretamente o que é a inclusão e quem são as pessoas que poderão estar a ser excluídas dos espaços de jogo e recreio por não existirem espaços inclusivos. Neste capítulo ainda apresento exemplos de equipamentos e soluções que podem ser utilizados para transformar e criar espaços de jogo e recreio mais inclusivos. Aborda-se também, nesta parte do relatório, a importância do jogo para o desenvolvimento humano, permitindo compreender os impactos que a exclusão em espaços de jogo e recreio pode ter no desenvolvimento saudável de alguém. Faz-se ainda uma breve abordagem à história dos parques infantis, permitindo conhecer um pouco sobre a evolução destes espaços, realçando também aspetos menos positivos que encontramos nestes locais e que legislação está associada a algumas dessas falhas. Termino este ponto do relatório com a apresentação da legislação que salvaguarda o direito de todas as crianças a brincar e a se desenvolverem, que completo com reflexões sobre se existem legisladas considerações sobre crianças com dificuldades.

No capítulo 3 ocorre a descrição das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio e é apresentada informação sobre o concelho de Oeiras e sobre o enquadramento dos espaços analisados. Neste ponto é referido o método de recolha de dados utilizado pela equipa de avaliação, sendo também explicados os parâmetros utilizados nas avaliações.

No capítulo 4 são apresentadas as avaliações, análise e sugestões para os 10 espaços de jogo e recreio permitindo perceber o trabalho desenvolvido por toda a equipa e conhecer a forma como estes elementos foram apresentados ao cliente.

Nas considerações finais é feita a análise ao estágio realizado e à experiência adquirida, tecendo críticas à forma como este projeto poderá, dada a sua especificidade, ter ignorado a avaliação de aspetos mais estéticos ou sensitivos não incluindo, por exemplo, a perspetiva das pessoas que utilizam os espaços avaliados, ou não considerando a localização e envolvente dos parques analisados. Neste ponto são também apresentadas as conclusões sobre o projeto desenvolvido e como este é um importante guia para

auxiliar a criação ou transformação de espaços de jogo e recreio, em espaços mais inclusivos. É destacada ainda a importância de criar legislação adaptada à inclusão e posto em evidencia a arquitetura paisagista, como área atuante no espaço aberto publico, com capacidade de criar espaços mais inclusivos, como parques infantis, onde todas as crianças possam brincar livremente.

2. ESTADO DA ARTE

2.1 Contextualização

Com a revolução industrial e posteriormente com a digital, a sociedade passou a depender, cada vez mais, das máquinas e tecnologias para executar muitas tarefas. Os hábitos de vida alteraram-se e aumentou o individualismo proporcionado pela sociedade de consumo. O espaço público aberto, por muitos anos, deixou de ser aproveitado graças ao ritmo de vida acelerado gerado por estas alterações. Verificou-se a perda de multifuncionalidade da paisagem e o zonamento e funcionalismo ganharam expressão. (Carreira, 2016).

Nas cidades, os espaços de jogo e recreio, mais especificamente os parques infantis, passam a ser dos poucos locais que permitem que as crianças voltem a estar em contacto com o exterior, recriar brincadeiras e conviver. Mas, infelizmente, muitos destes espaços são uniformizados, graças ao recurso excessivo de modelos e equipamentos pré-fabricados, muito populares nos anos no início do séc. XXI. Interesses comerciais e económicos, aliados a desconhecimento e a uma legislação castradora, foram a fórmula certa para criar centenas de espaços de jogo e recreio inadaptados às reais necessidades do desenvolvimento infantil.

Para corrigir os erros do passado e projetar um futuro mais inclusivo a alternativa é criar espaços de jogo e recreio mais atrativos e que respeitem as capacidades e limitações dos seus utilizadores. É também importante perceber que, para projetar esta tipologia de espaços, devem ser compreendidas as necessidades, motivações e etapas de desenvolvimento das crianças.

Nos parques infantis todos nós fomos, alguma vez, desafiados a partilhar atividades e a nos relacionar com outros indivíduos. Por este motivo, é importante que ninguém seja excluído desta dinâmica devido a diferenças físicas ou cognitivas. Brincar permite à criança desenvolver a criatividade, explorar, conviver e, acima de tudo, divertir-se. A possibilidade de brincar livremente desenvolve a confiança, que é essencial para o bem-estar psicológico e físico das crianças. Ao criar espaços de jogo e recreio inclusivos, permitimos que todas as crianças brinquem juntas. O espaço físico exterior apoia a criança na construção da sua identidade, pelo que devem ser projetados espaços inspiradores, que permitam criar relações com os mesmos e com as pessoas que os frequentam.

Este capítulo aborda as diversas temáticas que foram necessárias compreender para que o trabalho de avaliação da inclusão e normas dos espaços de jogo e recreio fosse bem construído e fundamentado.

Num primeiro momento, é abordado o tema da inclusão, quais os princípios que existem que nos ajudam a criar espaços inclusivos e que equipamentos podem ser usados para os materializar. De seguida, é explicada a importância do jogo para o desenvolvimento humano e quais os direitos que garantem que todas as crianças, independentemente das suas limitações, possam jogar. Por fim, é feita a associação entre o jogo e os parques infantis, com uma breve exposição da sua origem e evolução. O capítulo termina com a exposição de falhas habituais nos parques infantis, e de que modo, na nossa opinião, podem ser causadoras de exclusão. Apresenta-se também a legislação que determina as normas a aplicar na construção de parques infantis, que complementamos com algumas críticas construtivas.

Como já foi referido, foi necessário compreender cada um destes temas para poder propor parâmetros de avaliação para estes espaços quanto ao conforto, segurança e inclusão. O desenvolvimento das crianças deve ser encarado com seriedade por parte dos projetistas e órgãos de gestão municipal. Os temas abordados não são de domínio generalizado, salientando a necessidade de consultar empresas especializadas na conceção/construção destes espaços, que sigam as normas técnicas, mas que também assegurem uma articulação com a envolvente e o carácter do sítio onde são construídos.

2.2 Breve história dos parques infantis

O período da Revolução Industrial gerou grandes mudanças na paisagem e na sociedade. Devido à necessidade de mão de obra, muitas pessoas migraram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e os centros urbanos cresceram de forma descontrolada, sem qualquer tipo de organização ou planeamento. A desvinculação abrupta do homem à terra teve repercussões negativas a nível físico e mental, devido à privação da Natureza. Os parques infantis surgiram com o objetivo de proporcionar às crianças dos espaços urbanos, experiências mais semelhantes àquelas que as crianças

criadas em ambientes rurais vivenciavam, particularmente o contacto com elementos naturais e a possibilidade de utilizarem espaços amplos e ao ar livre para brincar e se desenvolverem fisicamente.

Em 1906 foi formada a *Playground Association of America* que apoiou a criação de muitos parques infantis, definindo o layout dos espaços e as atividades que estes deveriam conter (Carreira, 2016). Os parques infantis projetados eram reproduções exatas uns dos outros, mas, estes novos espaços, permitiram afastar as crianças das ruas, o que permitiu o desenvolvimento da sua saúde física e a criação de boas dinâmicas sociais nos bairros. É de referir que eram espaços supervisionados por um adulto formado para o efeito.

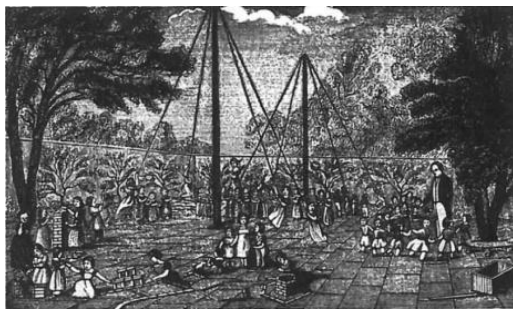


Fig. 3 - Primeira ilustração conhecida de um parque infantil. Henry Barnard, 1848.

No entanto, os custos associados a esta forma de jogar eram muito elevados e, gradualmente, este tipo de parques desapareceu. Só com o fim da segunda Guerra Mundial a figura da criança começa novamente a ser valorizada e os parques infantis ganham importância. O seu conceito espalha-se por todo o mundo, e passa a ser visto como uma solução para os problemas sociais e de saúde pública, causados pela excessiva urbanização (Carreira, 2016).

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial surge um tipo de parque que se destaca pela recusa do uso de equipamentos pré-fabricados. Uma das suas principais características era o ambiente de descoberta e exploração, onde a criança era incentivada a assumir uma atitude criativa e participativa no processo de jogo. No pós-guerra este modelo apoiou a reconstrução das cidades e surgiram 3 variações – os *junk playgrounds*, os *adventure playgrounds* e os *robinson [crusoe] playgrounds* – que consistiam basicamente em variações do mesmo conceito, mas em países diferentes.

Os *junk playgrounds* surgiram inicialmente na Dinamarca, através do arquiteto paisagista dinamarquês Carl Theodor Sørensen, que constatou que as crianças não se importavam de brincar em terrenos baldios, sucatas e estaleiros de obras. Lady Allen, arquiteta

paisagista inglesa, viu na construção de *junk playgrounds* uma oportunidade para a reconstrução das cidades e a prevenção da emergente delinquência juvenil. Esta arquiteta paisagista envolveu-se em diversas causas centradas na criança e contribuiu para que estes parques fossem criados em Inglaterra, com a denominação de *adventure playgrounds*.



Fig. 4 – Junk playgrounds, Copenhaga, 1943 e Adventure Playground, Kozlovsky, 2007

Os *Robinson [Crusoe] playgrounds* diferenciavam-se dos anteriores na medida em que, para além da componente da construção do parque, integravam também diversas atividades artísticas destinadas a crianças de todas as faixas etárias, tais como representações teatrais e musicais, trabalhos de artesanato e de expressão plástica, bem como zonas para a prática de jogos competitivos, jogos de tabuleiro e de desportos de equipa, que os modelos anteriores não consideraram. Outro aspeto a destacar neste modelo foi a sua relação com a Natureza e com os elementos naturais. Nestes aprendia-se técnicas de jardinagem e havia interação com animais domésticos de pequeno porte.



Fig. 5 - Robinson playground em Zurique, Suíça, 1955-1960

Esta nova forma de criar parques infantis incentivou a prática do exercício físico e despertou o interesse em explorar soluções que recorressem à imaginação e criatividade.

Nas décadas de 50 e 60 surgem na Europa e nos Estados Unidos novas tipologias de parques e equipamentos de jogo que procuravam mudar a abordagem tradicional na conceção de parques infantis.

Nos *Playscapes* a topografia era parte integrante do jogo, sem recorrer a objetos ou equipamentos. As crianças poderiam correr, saltar, escalar e deslizar ao longo de grandes pirâmides, sem comprometer a sua segurança. O objetivo era expor a criança a ambientes onde a arte estivesse presente, de modo a estimular a sua sensibilidade para a estética.

As *Play sculptures* consistiam na existência de objetos fixos, de carácter escultórico, geralmente com formas abstratas, de contornos suaves, destinados a ser usados pelas crianças como equipamentos de jogo.

Através da junção dos dois conceitos anteriores surgiram parques de grandes dimensões que utilizavam a arte abstrata para proporcionar experiências lúdicas mais enriquecedoras e criativas. Todo o parque era entendido como uma obra de arte à escala urbana, na qual a criança podia explorar os limites da sua criatividade. Os materiais utilizados eram rígidos e resistentes, não requerendo muita manutenção. Era defendido que as peças, apesar de totalmente estáticas, encorajavam a criança a se movimentar e a explorar ativamente o ambiente lúdico do parque. (Carreira, 2016).

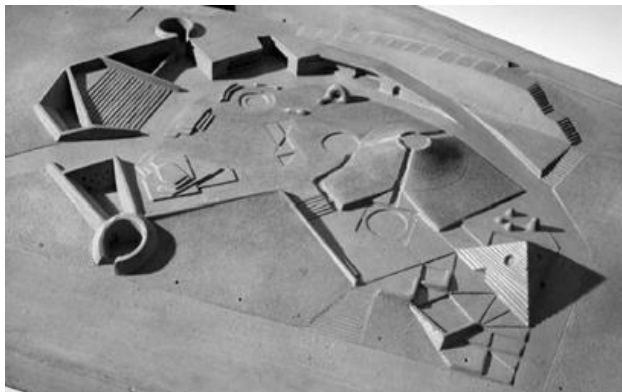


Fig. 6 – Playscape de Noguchi e L. Kahn, Riverside Park e *Play sculpture* de Robert Winston, 1961

À medida que as cidades se foram reerguendo, também os parques infantis ressurgiram e, o metal foi a matéria-prima eleita para criar novas soluções lúdicas. Os equipamentos mais frequentes eram os baloiços, carrosséis, estruturas para trepar e escorregas fabricados em aço, sendo que o pavimento era normalmente em asfalto dado ser um material que requer pouca manutenção.

Até aos anos 70 não havia nos projetistas nem nos órgãos de gestão, qualquer preocupação com as questões de segurança dos parques infantis. No entanto, devido ao elevado número de acidentes graves e à pressão dos meios de comunicação, foram exigidas novas medidas de conceção, instalação e manutenção para estes locais. A *British Standards Institute* anunciou um conjunto de normas de segurança que, entre outras orientações, previa a introdução de superfícies de absorção de impacto, de forma a minimizar a ocorrência de acidentes nos parques infantis (Alves Carreira, 2020).

A legislação, as normas de segurança exageradas e a necessidade de homologação de todos os equipamentos levou, inevitavelmente, à limitação nas escolhas dos projetistas e à utilização exclusiva de equipamentos comerciais pré-fabricados, contribuindo para a reprodução do conceito de parque infantil atualmente mais reconhecido. Durante muitos anos, os parques infantis criados consistiram em espaços estereotipados, previsíveis, coloridos, excessivamente organizados, seguros e fechados, que agradavam aos pais por serem espaços que protegiam as crianças dos perigos da cidade, agradavam à sociedade, em geral, porque limitavam a criança e agradavam, também, a projetistas menos informados que, de forma rápida e fácil, integravam espaços infantis nos seus projetos. Neste cenário, as necessidades das crianças não eram reconhecidas e foi necessário repensar o modelo.

Os parques infantis contemporâneos podem ser vistos como uma melhoria dos parques infantis tradicionais e começaram a ser desenvolvidos nos anos 90. Este modelo de conceção provém da necessidade de reformar os parques infantis existentes e passou a ter em consideração o desenvolvimento da criança e o efeito do ambiente sobre o indivíduo.

Em Lisboa, os espaços de jogo exteriores começaram por estar associados a organizações que acolhiam crianças em idade pré-escolar. O primeiro a surgir foi no jardim da Estrela, em 1938, com o conceito de área de jogo. Mais tarde, na segunda metade do séc. XX, foi desenvolvido o Parque Florestal de Monsanto, considerado o maior parque da área metropolitana de Lisboa. Nele foram criadas, à semelhança do jardim da Estrela, áreas de jogo, surgindo o parque infantil do Alvito. Atualmente existem centenas de parques infantis por todo o país, infelizmente muitos caracterizados pelo modelo monótono de repetição de equipamentos, menosprezando a atratividade visual destas instalações. É,

por isso, importante desenvolver formas de avaliar os espaços de jogo e recreio existentes, impulsionando a criação de locais mais atrativos e inclusivos.



Fig. 7 – Parque infantil jardim da estrela (1957) e parque infantil Alvíto (Armando Serôdio, 1963, Arquivo Municipal de Lisboa)

2.3 As falhas nos parques infantis

Reforçando a ideia do que foi afirmado em pontos anteriores, todos os parques infantis devem possuir três qualidades: 1) Ser espaços para descobrir, onde a criança tem a possibilidade de explorar e experimentar situações diferentes; 2) Ser espaços de apropriação; isto é, devem ser espaços com que a criança se identifique e estabeleça relações de afetividade e/ou posse. 3) Devem poder ser modificados e transformados, permitindo a atuação das crianças e a manifestação da sua personalidade. Azevedo (2015)

Faz parte do desenvolvimento da criança explorar, descobrir e criar relações/ memórias com os espaços e, o parque infantil, porque é limitado no espaço e nas funções, pode não servir totalmente estas necessidades. Com a enumeração de falhas facilmente reconhecíveis em parques infantis, pretendemos alertar para situações a que se deve dar atenção e tentar modificar, de forma a não limitar o potencial de desenvolvimento das crianças e garantir a sua segurança.

A legislação e comercialização em massa de equipamentos infantis pré-fabricados levou 1) ao uso repetido e excessivo de equipamentos estandardizados. O problema não está na utilização dos equipamentos em si, mas sim no conceito de parque infantil que passou a basear-se na simples existência de equipamentos. Esta forma de projetar negligencia o

potencial valor lúdico destes espaços, empobrecendo a experiência e aprendizagem das crianças. É a busca incessante das crianças pelo desafio que as leva a usar os equipamentos de formas alternativas e perigosas, o chamado comportamento de compensação das crianças. (Fale, 2000)

2) ao eliminarmos os desafios, em prol da segurança, estamos a ignorar a necessidade intrínseca da criança de se superar e de explorar o ambiente físico. Segundo um estudo realizado no Reino Unido por David J. (1998), a percentagem de acidentes relacionados com o equipamento infantil instalado em espaços de jogo e recreio é aproximadamente de 3%, sendo que a grande maioria de acidentes não são originados pelo equipamento em si, mas sim por objetos trazidos pelas crianças para o parque infantil, permitindo concluir, portanto, que os parques infantis são até bastante seguros;

3) a presença de vedações como solução, quase exclusiva, para a limitação dos parques infantis é uma forma errada de demarcação de um espaço. Inconscientemente muitas vezes recorremos à sua existência para procurar um parque infantil. No entanto para as crianças as vedações podem apenas representar uma “jaula” colorida, onde os jogos são limitados pela presença de uma barreira rígida;

4) as vedações e superfícies de amortecimento de impacto são utilizadas para conferir segurança ao espaço, sem qualquer preocupação estética e criativa, conferindo aos parques infantis uma imagem homogeneizada e monótona;

5) a escassez de vegetação e outros elementos, como a água ou a terra é outra falha bastante frequente nos parques infantis. O contacto com estes elementos estimula a criatividade e a aprendizagem da criança; no entanto estes elementos são raramente incluídos no desenho dos parques infantis convencionais, onde são privilegiados os equipamentos e a borracha dos pavimentos. Para além disto, a vegetação poderá ajudar a promover o conforto microclimático no parque infantil e prevenir as queimaduras solares provocadas pelas longas exposições ao sol, através da existência de sombra gerada pelas copas das árvores. Quando se projeta um parque infantil há que ter em consideração as pré-existências, sejam estas vegetação ou morfologia do terreno;

6) Raramente a topografia do terreno é aproveitada de forma a criar oportunidades lúdicas optando-se normalmente pela horizontalidade, mais adequada à instalação básica de equipamentos. Apagar as referências do local para construir um parque infantil constitui uma agressão à paisagem sendo desperdiçada a oportunidade de criar parques dinâmicos e variados. A dimensão do espaço disponível para a implantação do parque

infantil pode também ser um fator limitante. Os equipamentos ocupam muito espaço e existem casos em que o espaço disponível é reduzido;

7) é dada mais importância à atividade física, inclusive em zonas de estadia para os acompanhantes, que estão frequentemente fora do perímetro do parque infantil o que, do ponto de vista social, não é correto, pois contribui para um menor contacto entre os utilizadores do espaço. As dimensões reduzidas, aliadas à imposição da vedação, aumentam a sensação de reclusão e segregação da realidade envolvente;

8) a reduzida oferta lúdica dos equipamentos infantis limita o jogo social, visto nestes espaços mais monótonos a criança não necessitar de ajuda de outras para escorregar, trepar ou andar de baloiço. Para além disso, é raro um parque infantil criar condições para realizar jogos em equipa ou brincadeiras de grupo, como o jogo da macaca, apanhada ou escondidas. É importante que os parques infantis ofereçam áreas diversificadas, onde se possa brincar coletivamente e repousar quando necessário.

Quando se começou a assumir um modelo de parque infantil como um modelo desejável para o recreio das crianças, permitimos que este modelo se repetisse sem qualquer alteração. Com consequência, de norte a sul do país existem parques com equipamentos homogeneizados, vedações coloridas e pavimento em borracha, sem qualquer consideração pelo local ou necessidades dos utilizadores. (Barreiros, 1985) As crianças, tal como os adultos, não são um grupo homogéneo; são seres com valores, sensibilidades, gostos e personalidades diferentes e os espaços de recreio devem espelhar a sua criatividade e dinamismo. Portanto, a monofuncionalidade é outro problema de muitos parques infantis que, após o horário escolar e os fim-de-semana, são espaços vazios e sem aptidão. O seu “design” e equipamentos limitam o tipo de utilizador a frequentar o espaço, ocorrendo um distanciamento emocional por grande parte da sociedade, tornando-se um dos motivos da ocorrência de vandalismo nestes locais. (Alves Carreira, 2020)

É importante perceber de onde surgem as falhas anteriormente descritas. O Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de setembro, que atualmente vigora associado às regras a implementar num parque infantil, define um “Espaço de Jogo e Recreio” como “áreas destinadas à atividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, no qual a atividade motora assuma especial relevância”. Esta definição é redutora e revela desconhecimento sobre a importância destes espaços no desenvolvimento das crianças.

Os espaços de jogo e recreio devem promover o desenvolvimento da criança através de atividades que estimulem todas as suas faculdades e não apenas as físicas.

Neste decreto, no artigo nº 3, os equipamentos dos parques infantis são divididos em 6 tipos principais: escorregas, giratórios, equilíbrio, suspensão, escalada, baloiço e sensoriais, sendo que, dentro destas tipologias estes equipamentos podem ser equipamentos de movimentos não forçados, onde o utilizador consegue parar por si próprio, ou de movimento forçado, onde o utilizador não consegue parar por si próprio, como no caso dos baloiços. Para prevenir possíveis acidentes, a anterior legislação declarava a obrigatoriedade da presença de vedações à volta de equipamentos pendulares, prevenindo eventuais acidentes que pudessem ocorrer em caso de distração do utilizador. Esta era uma medida desajustada para um espaço que se quer livre de obstáculos e onde o movimento é fundamental para as atividades do recreio infantil. Felizmente a norma 1176 já sugere a remoção deste tipo de barreira, pois há diversas soluções de projeto que podem prevenir o risco de colisão de crianças com baloiços em movimento, sem recorrer a soluções rígidas, como a diferença da materialidade do pavimento, presença de matéria vegetal, modelação do terreno, entre outros.

O artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 203/2015, diz ainda que os espaços de jogo e recreio devem permitir a circulação interna pedonal, livre de quaisquer obstáculos, a todos os utilizadores, incluindo aqueles que apresentem mobilidade condicionada. Neste decreto foi eliminada a obrigatoriedade da existência de uma vedação, como solução de proteção dos espaços de jogo e recreio. O uso indiscriminado de vedações, sem que a sua função se revelasse necessária, era uma forma de segregar as crianças, separando-as do espaço físico e social envolvente e limitando a circulação espontânea no lugar. Infelizmente a opção de usar vedações é algo que ainda faz parte do vocabulário de muitos projetistas e órgãos de gestão, quando se fala em criar parques infantis. Será necessário promover ações de formação para destruir esta ideia entranhada de que um parque infantil tem que ter uma vedação, mesmo quando este se encontra a 10 metros ou mais de uma via rodoviária de grande fluxo (N1176).

Até aos anos 70/80, as normas de segurança dos espaços de jogo e recreio não eram tidas em consideração, tendo ocorrido acidentes graves. Em 1998, o Comité Europeu de Normalização publicou um conjunto de normas com requisitos gerais de segurança para os equipamentos e superfícies de impacto nos espaços de jogo e recreio. As grandes diferenças verificadas na construção de parques infantis, após a publicação destas

normas, foram a utilização de superfícies de amortecimento de impacto e o aumento da exigência de qualidade no fabrico e instalação de equipamento.

Os decretos e normas são instrumentos fundamentais para a gestão, fiscalização e inspeção dos espaços de jogo e recreio. Foi muito importante a publicação destes decretos e normas, para que a sociedade e órgãos de gestão passassem a ter maior sensibilidade para os aspetos técnicos dos parques infantis, que antes eram vistos como apenas locais de atividades lúdicas de curta duração.

Até à publicação do Decreto-lei nº 274/2007, o Instituto do Desporto de Portugal era responsável pela fiscalização das infraestruturas, equipamentos e de espaços desportivos, incluindo os parques infantis. Após esta data, essa responsabilidade passou para Autoridade Económica para a Segurança Alimentar (ASAE) que, por acumular muitas responsabilidades, muitas vezes não tem a capacidade de fiscalizar os espaços com a regularidade que seria necessária.

Em Portugal, atualmente, os espaços de jogo e recreio devem respeitar os requisitos impostos pelo Decreto-Lei n.º 203/2015 e pelas normas europeias NP EN 1176, que estabelecem os requisitos gerais e métodos de inspeção para os equipamentos utilizados em espaços de jogo e recreio. A norma NP EN 1177 estabelece os requisitos gerais e métodos de ensaio para superfícies de amortecimento de impacto utilizadas em espaços de jogo e recreio. É outro documento muito importante para garantir a segurança dos espaços. É na norma 1176 que são definidos alguns termos, importantes para a compreensão do relatório e análises, como:

- Espaço livre: espaço na envolvente do equipamento que pode ser ocupado pelo utilizador num movimento forçado pelo equipamento.
- Espaço de queda: espaço na envolvente do equipamento que pode ser ocupado por um utilizador em queda de uma parte do equipamento.
- Espaço mínimo: espaço requerido para a utilização segura do equipamento.
- Altura de queda Livre: maior distância vertical entre o apoio e a área de impacto.
- Aprisionamento: perigos constituídos por uma situação em que um corpo, parte de um corpo, ou vestuário, podem ficar presos.

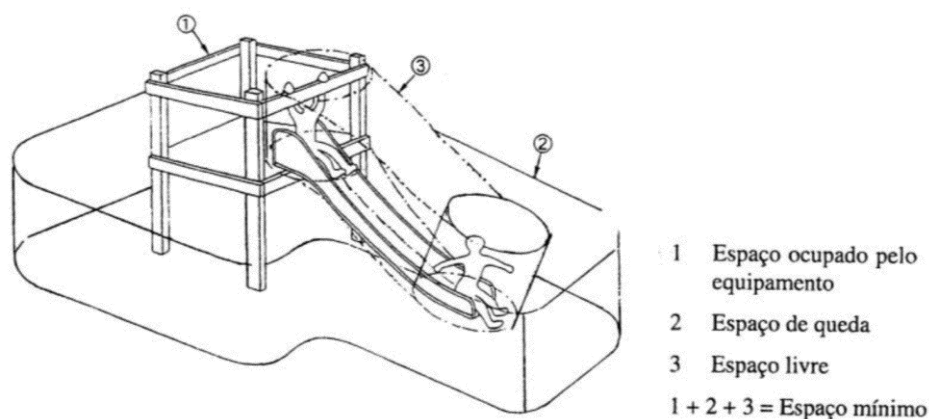


Fig. 8 – Representação visual de termos associados a espaços de jogo e recreio. NP 1176

Um dos aspetos que deveria ser revisto no decreto-lei e nas normas em vigor, por não ser concordante com a ideia de tornar os espaços infantis mais inclusivos, é a obrigatoriedade de especificar as idades e as alturas mínimas e máximas dos utilizadores em todos os equipamentos, através da existência de uma chapa informativa. Esta obrigação é discriminatória e, no fundo, não garante que o equipamento seja utilizado em segurança, limitando também a possibilidade de os pais participarem na atividade com os filhos. Esta medida é promotora de situações de exclusão, sendo que crianças com a mesma idade poderão ter alturas e capacidades diferentes e não deve ser uma simples chapa que define quem deve ou não usufruir dos equipamentos.

A maioria dos equipamentos podem ser utilizados por crianças de todos os tamanhos e pesos e até mesmo por adultos, sendo que o próprio desenho do equipamento determina naturalmente quais os utilizadores que o podem utilizar sem riscos e limitações, não sendo necessário existir uma limitação pré-anunciada.

Art.º 16, alínea 2

“O fabricante ou seu mandatário ou o importador estabelecido na União Europeia de equipamentos destinados a espaços de jogo e recreio devem apor, ainda, de forma visível, legível e indelével, sobre:

*a) O equipamento e a respetiva embalagem;
 (...)*

*ii) A idade mínima e máxima dos utilizadores a quem se destina;
 (...)*

v) A altura mínima e máxima dos utilizadores;”

Os Espaços de Jogo e Recreio são áreas onde, tal como o Decreto-Lei n.º 203/2015 anuncia, as atividades motoras são a valência mais tida em consideração. No entanto é

necessário que outras valências, tais como a sensorial, a cognitiva e a de comunicação, sejam integradas no seu projeto, de forma a responder às necessidades de todas as crianças, tenham estas ou não dificuldades. Hoje, felizmente, há uma maior preocupação com a inclusão da diversidade. No caso específico das crianças, a sociedade está orientada para aceitar a diferença e incentivar o desenvolvimento de cada um, independentemente das suas características. O mesmo deve ser implementado nos espaços de jogo e recreio. Cada criança é única e tem características físicas e cognitivas diferentes sendo, por isso, imperativo a existência de espaços lúdicos que possam ser utilizados por todas, independentemente da sua idade ou das suas capacidades. É importante que as crianças tenham o seu próprio espaço de lazer, onde possam aprender, comunicar, brincar e evoluir. Jogar é essencial para o desenvolvimento de todos os domínios da criança e, do ponto de vista físico, o ato de brincar pode auxiliar na manutenção e incrementação de capacidades, mas não é menos importante o valor que esta atividade tem para o desenvolvimento cognitivo da criança. Vários estudos afirmam que o conhecimento que a criança faz do espaço se inicia muito cedo, através do rastejar, andar e tocar, sendo que as diferentes materialidades com que contacta e as relações com outras crianças, têm um grande impacto no seu conhecimento do espaço-ambiente.

Criar inclusão em espaços de jogo e recreio já existentes nem sempre é fácil, devido ao fator emocional associado aos espaços, mas, projetar com vista à inclusão contribui para uma melhor integração de todos na vida em sociedade. Deve ser prioritário, ao criar novos espaços, não gerar barreiras físicas, garantindo que todas as crianças possam circular e usufruir do espaço de igual forma. Os espaços de jogo e recreio devem ser capazes de transmitir ao utilizador segurança, competência, autonomia e liberdade de forma a serem concordantes com os princípios de projeto.

2.4 O direito a brincar

Em 1948 foi escrita a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde a criança e o seu fator de exposição ao ambiente que a envolve são muito considerados. As crianças não são todas iguais e não se desenvolvem da mesma forma e ao mesmo tempo. É importante

criar condições para que cada criança seja respeitada, individualmente, sendo-lhe fornecidas condições que permitam o seu saudável desenvolvimento.

Nas últimas décadas ocorreu uma evolução no tratamento jurídico relacionado com pessoas com incapacidades; porém, poucas foram as intervenções efetivas relacionadas com acessos ou oferta lúdica nos espaços públicos. Legislar os acessos e a presença de equipamentos inclusivos, em parques infantis é dever do Estado e fazer cumprir esta legislação é responsabilidade dos órgãos de gestão pública e de fiscalização.

Apenas onze anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959. Nesta é reconhecido, pela primeira vez, o direito de brincar à criança.

“[...] A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientadas para os mesmos objetivos da educação [...]”

Princípio 7º da Declaração Universal dos Direitos da Criança

No ano de 1977, na Declaração dos Direitos da Criança de Brincar, é pela primeira vez afirmada a importância da criança se expressar, comunicar e aprender com o mundo exterior. O ato de brincar é, neste documento, associado à saúde, à educação, ao bem-estar e ao lazer. Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, propõe às autoridades locais envolver as crianças na tomada de decisões que as impliquem diretamente.

“Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem [...]”

Artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança

Graças a declarações como as anunciadas, os espaços de lazer infantis passaram a ser locais harmoniosos, seguros e lúdicos. A moldura legal tem promovido o envolvimento da criança na sociedade civil e existe uma concordância global de que as crianças são essenciais para melhorar o mundo, através da sua energia, criatividade, empenho e otimismo. A criança deve ser tida como um ser individual com necessidades próprias que, embora mais vulnerável e dependente, tem direitos como os restantes cidadãos, de viver num ambiente saudável, seguro e que incentive o seu desenvolvimento. Para que os direitos das crianças sejam respeitados é crucial que os espaços de jogo e recreio promovam o convívio, sendo atrativos e diversificados, de forma a permitir o

desenvolvimento de competências sociais, psicológicas e emotivas através do ato de brincar. As crianças são, na sua essência, fantasiosas, criativas e curiosas, mas há circunstâncias reais que podem limitar a sua capacidade de brincar, devendo ser criadas oportunidades para que todas as crianças possam ser criativas independentemente das suas características.

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência define deficiência com “um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a participação plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas.”

Os princípios gerais desta convenção são 8 e traduzem-se no seguinte:

- 1- O respeito da dignidade inerente, da autonomia individual, incluindo a liberdade de escolha, e da independência das pessoas;
- 2- A não discriminação;
- 3- A participação e inclusão plenas e efetivas na sociedade;
- 4- O respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- 5- A igualdade de oportunidades;
- 6- A acessibilidade;
- 7- A igualdade entre homens e mulheres;
- 8- O respeito pelas capacidades evolutivas das crianças com deficiência e o respeito pelo direito das crianças com deficiência em preservarem as suas identidades;

Nesta convenção as crianças são claramente tidas em consideração. Se o artigo 19 da reconhece a igualdade de direitos de todas as pessoas com deficiência a viverem na comunidade, com escolhas iguais às demais e apela a que sejam delineadas medidas eficazes e apropriadas para facilitar a inclusão e participação na comunidade, nos artigos 7 e 30 são consideradas especificamente as crianças. O Artº 7º da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência defende que:

- a) Os Estados Membros têm que tomar todas as medidas necessárias para garantir, às crianças com incapacidades, o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais crianças;
- b) Em todas as decisões relativas às crianças com incapacidades, o interesse da criança deve ser a consideração primordial;
- c) Os Estados Membros devem garantir que as crianças com incapacidades tenham o direito de exprimirem livremente as suas opiniões em todas as matérias que lhes digam respeito, sendo as suas opiniões devidamente tomadas em consideração, de acordo com a sua idade e maturidade, em condições de igualdade com as demais crianças, e a receberem assistência apropriada à sua incapacidade e idade para o exercício deste direito.

“As crianças com deficiência têm, e condições de igualdade com outras crianças, a participar em atividades lúdicas, recreativas, desportivas e de lazer”

Artigo 30 da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

Existem, portanto, instrumentos legais que têm como propósito assegurar a igualdade de pessoas com deficiência, mas ainda assim continuam a existir barreiras, físicas e morais, à sua participação enquanto membros iguais da sociedade. É importante que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de estar ativamente envolvidas nos processos de tomada de decisão sobre políticas e programas, especialmente naqueles que lhes dizem respeito.

Em Portugal, os parques infantis e outros locais públicos têm muitas limitações para pessoas com dificuldades e, apesar de atualmente os órgãos de representação municipais estarem mais sensibilizados para o tema da inclusão, promovendo a construção de espaços de lazer públicos acessíveis a todos, o problema agrava-se nos espaços mais antigos e pouco adaptados a pessoas com limitações. É por este motivo que o projeto de análise que se segue descreve uma forma de avaliação, quanto à inclusão de espaços de jogo e recreio já existentes, tendo como propósito ser uma ferramenta de apoio para os órgãos de gestão que tenham interesse em transformar os espaços da sua responsabilidade.

2.5 O desenvolvimento da criança associado ao ato de jogar

As expressões jogar e brincar são, por norma, indissociáveis quando se fala de atividades infantis; é por isso importante distingui-las no contexto deste relatório. Kishimoto (1998) define o jogo como: 1) o resultado de um sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social; 2) um sistema de regras; 3) um objeto.² Para este autor, num jogo, um conjunto de atividades podem gerar novos vocábulos, expressões físicas e verbais ligadas ao ato de jogar. Ao mesmo tempo, nestas atividades são seguidas regras que tornam cada jogo diferenciado, sendo ainda cada jogo caracterizado pelas peças ou equipamentos que lhe conferem identidade. Já brincar pode ser definido como uma conduta estruturada com regras implícitas ou explícitas. No ato de brincar as crianças utilizam a sua imaginação para, obedecendo a regras acordadas pelos intervenientes, executar ações, sendo que os equipamentos apenas funcionam como auxiliares.

Os investigadores da educação infantil referem a importância do jogo enquanto fator de grande importância no desenvolvimento humano³, refere a falta de preparação para a vida que temos ao nascer e apresenta diversas vantagens do ato de jogar e a necessidade de explorar e exercitar o corpo e o cérebro, de forma a criar informações que nos permitam desenvolver a capacidade de interpretar e adaptar a novas situações. No mesmo documento, Neto (2001) refere que o jogo promove o desenvolvimento cognitivo, nomeadamente a capacidade verbal, habilidades manipulativas, resolução de problemas, processos mentais e capacidades de processar informação.

Neto (1979), refere ainda que, o desenvolvimento neuro-motor da criança é influenciado pela forma como o corpo se adapta e modifica. Já o desenvolvimento afetivo está relacionado com a forma como o corpo organiza as interações. É dos 4 aos 8 anos que se verifica um maior desenvolvimento da criança, devido ao enriquecimento sensorial, motor e gestual, sendo importante realizar atividades de coordenação dos movimentos naturais, como correr, saltar e lançar. É também nestas idades que ocorre o desenvolvimento da capacidade de integração espaço-temporal, acompanhado do desenvolvimento do esquema corporal, da lateralidade e do sentido rítmico. A nível das

² Kishimoto (1998), *O jogo e a educação infantil*, p. 106 - 108.

³ Neto (2001), *Jogo na Criança & Desenvolvimento Psicomotor*.

qualidades físicas, por norma, verifica-se uma melhoria da força, velocidade e destreza. Esta faixa etária é caracterizada por ter gosto por explorar o espaço de forma livre, fazer jogos espontâneos e imitar os adultos.⁴

Outro autor que relacionou, em 1968, o desenvolvimento da criança e os espaços de jogo e recreio foi Gibson, através da denominada percepção ecológica. Nesta abordagem, a *affordance* foi um dos conceitos desenvolvidos e diz respeito à relação estabelecida entre um indivíduo e o ambiente. As *affordances* não sofrem alterações para satisfazer os interesses ou necessidades do utilizador, sendo apenas percebidas quando os interesses ou necessidades da criança são compatíveis com a oferta no espaço. Assim, espaços de jogo e recreio que incentivem o movimento e exploração permitem um maior número de percepção de *affordances*, ou seja uma interação criança-espaço mais rica. Esta abordagem é particularmente interessante, pois apoia a ideia de que é importante criar variedade e dinâmica num parque infantil. As crianças sentem-se mais entusiasmadas quando os seus limites e capacidades são desafiados, sendo que espaços de jogo e recreio com um excessivo número de equipamentos monótonos limitam a sua imaginação.

Existem 10 pontos, escritos por Heft (1988), baseados na teoria de Gibson, que permitem avaliar a qualidade de um espaço de jogo e recreio para crianças:

- Superfícies planas e ou suaves;
- Declives suaves;
- Objetos soltos;
- Objetos fixos;
- Objetos fixos, mas não rígidos;
- Superfícies escaláveis;
- Abertura (permite o movimento livre);
- Esconderijo;
- Material moldável (exemplos: terra, lama, areia);
- Água.

⁴ Neto (1979) A criança, o espaço e desenvolvimento motor

São vários os autores que dedicaram a sua atividade à definição de jogo e a relacionar este conceito com o desenvolvimento da criança. As abordagens que permitem justificar a forma como são pensados os parques infantis inclusivos referem a importância da interação da criança com os elementos dos espaços de jogo e recreio, defendendo que esta interação promove o seu desenvolvimento cognitivo, físico e emocional.

Huizinga (1938) é o autor do conceito *Homo Ludens*, e considera que o jogo apareceu antes da própria cultura, na história da civilização, dado que muito antes do aparecimento do ser humano, já os animais tinham atividades lúdicas. Para este autor o jogo define-se essencialmente através de quatro regras: 1) Ser livre. Sendo que o jogo deverá ser uma atividade voluntária e não uma obrigação 2) Ser uma evasão à vida “real”, transportando o ser humano para um mundo exterior à razão. 3) Ser limitado em termos de tempo e espaço. Um jogo começa e acaba e depende sempre de um espaço real ou imaginado; 4) Ter regras próprias. Estas quatro regras apoiam a ideia de que o jogo é muito mais do que um simples passatempo infantil. Para a criança jogar é ainda mais importante, pois está no início do seu desenvolvimento, sendo a melhor forma de apreender o mundo, perceber regras sociais, limites físicos e definir a sua própria identidade. É essencial, para uma criança, perceber os seus limites, as suas capacidades e as suas aptidões, tomando consciência do corpo, do espaço e da relação entre eles. Para que essa aprendizagem seja possível, as crianças necessitam de espaços seguros, estimulantes, diversificados e desafiadores, caso contrário os seus movimentos serão apenas automatizados. A qualidade do espaço de recreio, a quantidade de tempo passada a jogar, o tipo de atividades praticadas e o meio social, são condições que influenciam o desenvolvimento do carácter, espírito e valores do indivíduo enquanto criança e futuro adulto.

2.6 A inclusão

As atividades de lazer são, muitas vezes, consideradas algo supérfluo pelas sociedades capitalistas, que as interpretam como uma compensação pelo trabalho realizado, mas para as pessoas com deficiência são justamente as atividades de lazer que promovem o seu desenvolvimento e inclusão na sociedade. Para os cerca de 15% da população

mundial que vive com deficiência⁵, muitos deles residentes em áreas urbanas, as limitações de acessibilidade ou oferta contribuem para aumentar a sua exclusão e marginalização.

Na língua portuguesa, a palavra inclusão refere-se ao ato ou efeito de abranger, compreender ou integrar⁶ sendo, portanto, a melhor palavra para definir a integração absoluta de pessoas que possuem necessidades específicas numa sociedade. O conceito, no contexto deste relatório, abrange não só as pessoas que nasceram com algum tipo de deficiência, mas também as que a adquiriram de forma permanente ou temporária, ou viram as suas capacidades limitadas, fruto de lesões, acidentes, doença e ou envelhecimento.

Inclusão significa que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades ou dificuldades, têm o direito de ser respeitadas e participar em atividades em espaços públicos. Criar inclusão pode ser visto como um movimento educacional, mas também social e político, que visa defender o direito de todos os indivíduos se incluírem na sociedade de que fazem parte e de serem aceites/ respeitados por aquilo que os diferencia dos outros.

A inclusão é um direito fundamental que obriga a repensar a diferença, a diversidade e os sistemas educativos, impulsionando a transformação da sociedade. O movimento inclusivo assume o direito de todas as crianças, independentemente das suas características individuais, a brincar no mesmo local. Em Portugal, este direito é regulado pelo Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de agosto.⁷

A melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades é conseguida através de medidas e políticas socioeconómicas inclusivas, mas também educativas. Estas medidas serão tanto mais eficazes quanto mais centradas nas aptidões destas pessoas e na criação de políticas direcionadas para o desenvolvimento das suas competências.

Nas últimas décadas, várias medidas têm vindo a ser adotadas para promover uma maior inclusão, criando uma maior sensibilização para este tema. Apesar disso, ainda estamos

⁵ Relatório mundial sobre a deficiência, *World Health Survey*, 2011

⁶ Infopédia, Dicionários Porto editora, consultado a 26 de maio 2022

⁷ Este decreto estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais. Revoga o Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de maio, e o Decreto-Lei n.º 84/78, de 2 de maio.

longe de poder afirmar que vivemos numa sociedade inclusiva, que assegura o pleno exercício dos direitos e necessidades de todos os seus cidadãos.

É ainda importante reforçar que o tema da inclusão é muito abrangente. O estudo desenvolvido irá apenas focar-se na avaliação da inclusão nos espaços de jogo e recreio, de forma a contribuir para a não exclusão de qualquer criança.

2.7 Princípios do “Design Universal”

O conceito de “Design Universal” é explorado por muitas empresas especializadas em projetar e criar espaços de jogo e recreio, com o propósito de eliminar potenciais dificuldades para pessoas com incapacidades quando frequentam este tipo de espaços. Recorrendo a um simples conceito, as empresas criam soluções permitindo que mesmo projetistas ou clientes com limitados conhecimentos sobre a inclusão, consigam gerar espaços inclusivos.

Foi Ronald Mace (1997) o fundador do conceito de “Design Universal” que, resumidamente, consiste em idealizar espaços e equipamentos que possam ser utilizados por todos, tendo em consideração o maior número possível de dificuldades em cada projeto desenvolvido. É importante salientar que nem mesmo recorrendo à abordagem do “design universal” é possível criar espaços de jogo e recreio para todas as pessoas, dado o enorme leque de dificuldades que existem. Mas, se houver a preocupação em criar inclusão já um passo para eliminar barreiras. No caso dos parques infantis mais antigos, sem troca de equipamentos, só é possível alterar aspetos de acessibilidade e mobilidade dentro e na envolvente do espaço, não sendo possível torná-lo verdadeiramente inclusivo, dadas as limitações dos equipamentos.

O “design universal” tem 7 princípios que podem ser aplicados no desenvolvimento de qualquer espaço e equipamento inclusivo:⁸

⁸ Connell (1997) *The principles of universal design*

1. Deve permitir ao utilizador escolher o método de utilização - Ser justo;
2. Deve ser apropriado, independentemente do tamanho do corpo do utilizador, postura ou mobilidade - Ser inclusivo;
3. Deve ser útil, comercializável, atraente e seguro para as pessoas com diferentes capacidades - Ser inteligente;
4. Deve ser fácil de compreender e deve corresponder às expectativas e intuição do utilizador - Ser independente;
5. Deve fornecer avisos e evitar situações potencialmente perigosas - Ser seguro;
6. Deve ter atividades aliciantes nos equipamentos e espaço físico - Ser ativo;
7. Não deve ter ações repetitivas nem incentivar o esforço físico excessivo, possuindo espaços de repouso - Ser confortável

As práticas do “design universal” visam eliminar a discriminação, promovendo o respeito, a normalização e a aceitação da diferença, nas várias áreas em que são utilizadas. Para projetar e criar parques infantis inclusivos, devem ser seguidas os princípios acima enunciados, de forma a eliminar barreiras físicas, garantir acessibilidade e criar conforto e independência para todos os utilizadores.

2.8 Equipamentos e espaços inclusivos

Para garantir que no espaço urbano as crianças tenham a possibilidade de jogar de forma segura, foram pensados espaços especiais para este efeito, a que se chamaram de espaços de jogo e recreio. Por definição, estas são áreas destinadas à atividade lúdica das crianças, delimitadas fisicamente e têm na sua composição equipamentos que incentivam o desenvolvimento motor.⁹ Os espaços de jogo e recreio podem ser parques infantis, de recreio escolar, parques aventura, equipamentos de interior, insufláveis, parques de skate e todos os espaços com características específicas e cuja função seja promover o recreio infantil. Neste relatório de estágio o objeto de estudo são especificamente os

⁹ Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 203/2015 - Diário da República n.º 182/2015, Série I de 2015-09-17.

parques infantis, seguindo-se uma breve abordagem à sua história, desenvolvimento e panorama atual, apresentando ainda uma análise às falhas, a nível conceptual e formal, destes modelos muito homogeneizados e alheios às necessidades da população de cada local.

Os espaços de jogo e recreio, em geral, devem ser atrativos e o mais inclusivos possível. Os princípios do “design universal” podem ajudar a projetar espaços que permitam que todas as crianças, independentemente das suas capacidades, brinquem juntas em espaços cativantes e desfrutem das mesmas atividades. Mas é necessário que o promotor do espaço tenha a capacidade de aceitar novas formas de espaços de jogo e recreio. Para muito projetistas e empresas menos especializadas, o “design universal” aplicado a espaços de jogo e recreio consiste em introduzir equipamentos que só pessoas com incapacidades utilizem. Esta abordagem não só não é inclusiva, como é estigmatizante, visto que as pessoas com incapacidade não querem, naturalmente, movimentar-se em áreas específicas, separadas do resto das pessoas. As crianças com incapacidades também querem brincar com as outras crianças; colocá-las em equipamentos restritivos só acentua as suas limitações, impedindo-as de interagir com outras crianças e limitando o seu desenvolvimento. Na verdade, criar espaços de recreio inclusivos pode ser muito simples. Existem no mercado equipamentos, muito semelhantes aos já existentes nos parques infantis, mas com pequenas adaptações que tornam os espaços mais apelativos para pessoas com algum tipo de incapacidade.

Este é um exemplo de um equipamento muito utilizado nos primórdios dos parques infantis inclusivos. É o equivalente a um balanço, mas adaptado para receber uma cadeira de rodas. Para este equipamento funcionar tinha que ser impulsionado por um adulto com boa mobilidade e força, excluindo qualquer criança com deficiência que não tivesse uma cadeira de rodas. Este equipamento caiu em desuso na União Europeia, muito devido ao seu carácter exclusivo e limitador.



Fig. 9 - Exemplo de um equipamento com abordagem não inclusiva.

Fonte: Catálogo Play Planet 2021

Os espaços e equipamentos inclusivos devem permitir que o utilizador seja o mais autónomo possível e isto implica desenhar um espaço acolhedor, onde a existência de qualquer incapacidade se torne irrelevante. Estes espaços devem apresentar mais-valias diretas ao nível da saúde física e mental dos seus utilizadores, de forma a promover, quando há possibilidade, as suas capacidades cognitivas, melhorar a sua condição física, bem como apoiar o desenvolvimento da linguagem e meios de comunicação. Brincar é importante para manter o bem-estar de crianças e adultos. Os sons, imagens e cheiros reduzem o stress, estimulam os sentidos, e beneficiam todas as crianças, particularmente aquelas com déficit de atenção/hiperatividade, transtorno do espectro do autismo, problemas comportamentais e doenças mentais. (Teles, 2009)

Nos parques infantis as atividades sensoriais são particularmente importantes para as crianças no espectro do autismo. Estas podem ser facilmente afetadas pelo excesso de estímulos, como ruídos mais fortes, e é importante criar áreas onde se possam abrigar e acalmar. Equipamentos que combinem painéis lúdicos, oscilação, ou deem para trepar são ótimos para estimular diversos sentidos. Ao conciliar atividades de estímulo mental, com atividades de maior exigência física permitimos que várias crianças participem na mesma atividade e estimulamos a comunicação e entreaajuda entre pessoas com diferentes capacidades.

A torre de atividades apresentada consegue, num só equipamento, ter atividades que promovem os estímulos físicos, com a presença de diversos patamares, reduzindo a exclusão de crianças com limitações físicas, graças às rampas e pequenos degraus entre eles. Esta também possui estímulos cognitivos e sociais, dada a existência de painéis lúdicos variados, que promovem a comunicação e entreaajuda para superar desafios.



Fig. 10 - Torre inclusiva. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acedido a 16 de fevereiro de 2022.

Os equipamentos inclusivos têm, evidentemente, pormenores pensados para crianças com incapacidades, mas devem estimular a brincadeira de todos, de forma a promover o convívio e integração. Por exemplo, numa estrutura de baloiço deve existir um assento adaptado e um simplificado, garantindo que todos possam brincar na mesma estrutura, sendo que a melhor solução será sempre colocar um assento que possa ser utilizado por todos, como o mostrado na figura 5. Mesmo um deficiente profundo pode, através de um auxiliar, usufruir deste equipamento, dado que o mesmo garante a postura, assemelhando-se ao assento de um sofá.

O assento em forma de ninho, permite que crianças com limitações ou sem qualquer mobilidade, sejam confortavelmente colocadas no interior do mesmo, permitindo que outras crianças participem na brincadeira ao mesmo tempo dada a sua dimensão e fisionomia.



Fig. 11 – Baloiço inclusivo. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acedido a 16 de fevereiro de 2022

A escolha de equipamentos deve ser influenciada pela quantidade e tipologia de estímulos que se pretende que estejam presentes num espaço de jogo e recreio (Amaral, Gedes, Gama, 2014). Em seguida, são enunciados alguns equipamentos mais genéricos, das marcas parceiras da Play Planet, com referência ao tipo de estímulos e benefícios que a sua presença pode trazer a um espaço infantil.

As casinhas funcionam como pequenos refúgios e pontos de encontro, servindo como estímulo social, e podem ser uma excelente oportunidade de inclusão para utilizadores do espectro do autismo, que podem necessitar de espaços mais calmos para brincar, momentaneamente.



Fig. 12 – Casinha de brincar. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acedido a 01 de março de 2022

Os baloiços combinam coordenação motora e estímulos sensoriais, com o utilizador a ganhar noção sobre o movimento do seu corpo. A repetição de movimentos também poderá ter um efeito relaxante, benéfico para crianças com paralisia ou autismo que, desta forma, são incluídas nas brincadeiras das outras crianças;



Fig. 13 – Baloiço. Fonte: Lappset, disponível em <https://www.lappset.com>, acedido a 27 de maio de 2022

Os equipamentos rotativos são ótimos simuladores sensoriais e motores. Através destes equipamentos as crianças podem experienciar velocidade, de forma segura, e se tiverem plataformas ao nível do solo é possível de serem utilizados por alguém numa cadeira de rodas, garantindo que usufrui dos mesmos estímulos que os outros utilizadores.



Fig. 14 – Carrossel. Fonte: Lappset, disponível em <https://www.lappset.com>, acedido a 27 de maio de 2022

Os escorregas dão a sensação de velocidade sem que a criança tenha de exercer qualquer força, permitindo utilizadores com menos capacidades motoras de usufruírem destes equipamentos.



Fig. 15 – Escorrega. Fonte: Lappset, disponível em <https://www.lappset.com>, acedido a 31 de maio de 2022

As molas desenvolvem habilidades motoras, apoiam a noção de movimento e, acima de tudo, são fontes de diversão. Através de painéis laterais e pegas é possível que as molas sejam adaptadas e seguras para todos. Estes equipamentos, devido ao seu movimento repetitivo, podem também ajudar a acalmar alguém do espectro do autismo.



Fig. 16 – Mola. Fonte: Lappset, disponível em <https://www.lappset.com>, acedido a 31 de maio de 2022

Os equipamentos temáticos estimulam a criatividade das crianças e neles é possível simular atividades do dia a dia, apoiando o desenvolvimento da imaginação e potenciando interações com crianças com habilidades menos desenvolvidas.



Fig. 17 – Comboio. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acedido a 31 de maio de 2022

Os trampolins desenvolvem capacidades motoras, força muscular, coordenação e equilíbrio. Mesmo quando utilizados por alguém em cadeira de rodas é possível ao utilizador ter noção do seu corpo e melhorar a sua postura ao utilizar estes equipamentos.



Fig. 18 – Trampolim. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acedido a 31 de maio de 2022

Atividades que incluam a utilização de areia são bons estimuladores sensoriais, motores, sociais, cognitivos e desenvolvem a criatividade. Se forem acessíveis a alguém com mobilidade reduzida, são das melhores atividades oferecidas por um parque infantil, assim como os equipamentos com presença de água, dado permitirem a descoberta, experimentação e interação.



Fig. 19 e 20 – Equipamento “jogo de água” e Caixa de areia. Fonte: Proludic, disponível em www.proludic.co.uk, acedido a 31 de maio de 2022

Encorajar a integração não deve ser exclusivo dos equipamentos. A área de jogo também deve promover o convívio. Se a localização dos equipamentos no parque infantil for pensada de forma a criar dinâmicas, promovemos a inclusão. Por exemplo, a presença de bancos ou mesas confere conforto, mas também potencia a socialização entre os vários utilizadores e seus acompanhantes.

Ser projetista de espaços abertos públicos, como os parques infantis inclusivos, requer conhecimento específico na área. Os conhecimentos necessários para criar um espaço de jogo e recreio são específicos e o não domínio destes conhecimentos pode levar à criação

de espaços pouco apelativos, que promovem a exclusão e que não obedecem às normas de regulamentação em vigor. Para facilitar a tarefa dos projetistas, diversas empresas desenvolveram gamas de equipamentos e mobiliário urbano que promovem a inclusão. A ideia não é, à semelhança dos parques homogeneizados, comercializar os equipamentos como se apresentam, mas sim expor soluções de possível alteração mediante cada projeto.

As crianças com níveis de habilidades diferentes devem brincar juntas e as crianças com mais habilidade devem ser desafiadas. Só com a criação de espaços de jogo e recreio inclusivos e bem planeados, esta dinâmica se pode concretizar. A utilização de diferentes tons cromáticos nos equipamentos é um exemplo de como poderemos criar inclusão, sem grandes investimentos monetários. Por exemplo estas diferenças de tons podem ser muito importantes para auxiliar meninos com visão reduzida. Ao estimular os sentidos das crianças ajudamo-las a compensar dificuldades e promovemos o seu desenvolvimento. As cores, formas, texturas e sons são ótimos estimuladores de sentidos. O movimento é um excelente auxiliar de memória para o corpo. Também a diferença de texturas no pavimento e a demarcação do espaço de recreio com uma vedação podem apoiar alguém com dificuldades de orientação.

Resumindo, na Play Planet, defende-se que um parque infantil inclusivo deve respeitar os seguintes critérios:

- **Localização e acesso:** as barreiras do parque devem ser vedações simples e esteticamente apelativas, com várias entradas; os portões devem ter largura suficiente para a passagem de cadeiras de rodas; próximo do parque deve existir um lugar de estacionamento para deficientes; o acesso ao parque deve ser rampeado e em pavimento consolidado.
- **Superfícies de amortecimento e circulação:** deve existir diferença de cor e textura entre áreas de passagem e áreas de segurança de equipamentos, de modo a apoiar a orientação de alguém invisual ou com visão reduzida; dentro do parque não devem existir obstáculos; os pavimentos devem ser confortáveis.
- **Mobiliário:** devem ser criadas várias áreas de descanso, úteis para quem acompanha os utilizadores mas, também, necessárias para alguém com uma incapacidade que force o descanso ou o isolamento temporário; deve existir um painel informativo na entrada

do parque que localize e explique, a todos os utilizadores, os diversos equipamentos e mobiliários de apoio.

- Equipamentos: devem ser simples, coloridos e promover vários tipo de estímulos, sem abdicar da acessibilidade.

3. Caracterização de Oeiras

3.1 Contextualização geográfica do trabalho

Para compreender a realidade e envolvimento de cada espaço de jogo e recreio analisado, a equipa dedicada ao projeto considerou pertinente reunir alguns conhecimentos sobre o concelho e as diversas freguesias do Município. Estes dados foram recolhidos no âmbito do estágio apresentado e tidos em consideração nas análises apresentadas no relatório final entregue ao cliente.

O concelho de Oeiras, apesar de densamente povoado, tem apenas 45,88 km² de área. Em 2013, o município sofreu uma reestruturação e das dez freguesias que o compunham, passou apenas a ter cinco, sendo estas agrupadas em uniões de freguesia, desde essa data. Estas cinco uniões de freguesia totalizam, segundo os censos de 2021, 171 802 habitantes (Fonte: INE), sendo este o 5.º município mais densamente povoado de Portugal.

O relevo que compõe o concelho é diversificado e destacam-se na paisagem os vales das diversas ribeiras que o atravessam, que rasgam os montes de zonas mais elevadas, como a serra de Carnaxide. Oeiras beneficia de um clima temperado marítimo, excelente para a prática de atividades ao ar livre, como o surf ou as caminhadas no passeio marítimo, sendo considerado um município que promove grande qualidade de vida a quem nele estuda ou trabalha.

O município de Oeiras foi fortemente beneficiado pelo crescimento da capital, dado ser um local de passagem entre Lisboa e Cascais, fator que atraiu a construção de habitações, serviços e acessos, como a linha de ferro Lisboa-Cascais, ou a autoestrada A5. A pressão urbana influenciou a que surgissem, neste município, muitos bairros ilegais e de qualidade reduzida, tendo isto consequências graves na ocupação do território, com perda de qualidade dos espaços abertos públicos, redução na qualidade ambiental e deficiente conservação do património cultural. Para tentar resolver estes problemas, em 1980, a Câmara Municipal de Oeiras mandou elaborar um plano geral de urbanização e, no mesmo ano, começou a apostar no desenvolvimento de atividades terciárias ligadas à Ciência de Investigação e às Tecnologias de Informação e Comunicação. Neste momento, Oeiras é um concelho reconhecido pelo seu potencial e qualidade. Este município tem provado ter os seus habitantes como prioridade e este projeto faz parte de uma série de estudos, que têm como propósito tornar Oeiras um concelho apelativo para todos.

3.2 Dados estatísticos

Os dados dos censos de 2021 não se encontram, na sua totalidade, disponíveis no período em que decorre o desenvolvimento deste relatório. No entanto, os dados de 2011 permitem tirar algumas conclusões sobre a população de Oeiras.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2011 residiam em Oeiras 172.120 pessoas representando uma variação positiva de 6,2%, face ao valor de 2001. Esta é uma grande quebra do ritmo de crescimento demográfico registado até à década de 90, como é possível de perceber pela análise do gráfico que se segue, que apresenta dados relevantes sobre o número de habitantes nas diversas freguesias de Oeiras, em três momentos de análise, com 10 anos de intervalo entre eles.

	Proporção da freguesia no Município			Densidade Populacional			Taxa de Crescimento Anual Médio (%)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Barcarena	7,51	7,31	8,05	1011,43	1309,84	1537,90	sd	0,42	1,58
Carnaxide	52,73	13,17	15,05	2546,12	3269,39	3978,20	sd	-12,35	1,95
Oeiras-S. J. Barra	28,65	21,50	19,65	5266,39	5238,73	5029,20	sd	-2,16	-0,3
Paço de Arcos	11,11	14,49	8,90	2437,88	3462,51	4512,00	sd	3,4	-4,19
Algés	a	12,05	12,94	10527,20	9818,75	11254,70	sd	a	1,32
C. Quebrada-Dafundo	a	4,07	3,71	2896,50	2258,73	2192,50	sd	a	-0,3
Linda-a-Velha	a	13,54	11,62	10778,89	9608,47	8741,20	sd	a	-0,93
Porto Salvo	a	8,47	8,81	1434,73	1868,15	2064,20	sd	a	1
Queijas	a	5,41	6,03	4100,70	3819,80	4512,50	sd	a	1,7
Caxias	a	a	5,23	sd	sd	2640,60	sd	a	a

Tabela 1. População de Oeiras em 1991, 2001 e 2011. Fonte de dados: INE. Diagnóstico Demográfico e Projeção da População, 2015, Teresa Pimentel

Através desta tabela é possível perceber que, de 1991 para 2001, a maioria das freguesias do Município tiveram uma taxa de crescimento anual médio negativa, sendo que esta percentagem não melhorou expressivamente em 2011. A freguesia de Algés é a que tem a maior densidade populacional, o que pode estar associado à sua boa localização, boa rede de transportes e vias de circulação, que a aproximam da cidade de Lisboa, e ainda à sua proximidade à linha de costa, muito procurada para lazer e desporto. Já Barcarena é a freguesia onde o número de habitantes é menos expressivo, mas onde a taxa de crescimento nunca foi negativa.

Estes dados revelam que a dispersão populacional no concelho não é equilibrada, o que poderá estar relacionado com o fato de algumas freguesias serem mais próximas da linha de costa ou de importantes vias de acesso, como autoestradas, que as aproximam da capital.

É importante ter em consideração que Oeiras é um concelho associado a vários períodos de ocupação populacional, o que influencia muito as densidades apresentadas. Para perceber melhor o tipo de população que ocupa cada freguesia, o indicador mais apropriado é o índice de envelhecimento, que expressa a relação entre a população idosa (> 65 anos) e a população jovem (0 - 14 anos). O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade e, em Portugal, a mesma tendência verifica-se, sendo que em Oeiras o aumento do índice de envelhecimento é expressivo em todas as freguesias do concelho.

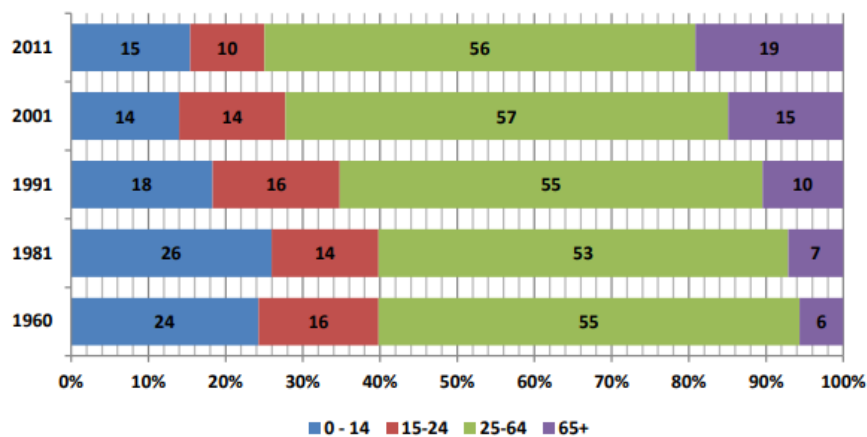


Gráfico 1. Idade da população residente em Oeiras, ao longo de 50 anos. Fonte de dados: INE. Diagnóstico Demográfico e Projeção da População, 2015, Teresa Pimentel. Cálculos do autor

Este gráfico permite perceber quais as idades das pessoas registadas como habitantes de Oeiras ao longo de 50 anos e, revela de imediato, que o concelho sofreu alterações significativas ao longo dos anos. Segundo este levantamento, a população entre os 0 e os 14 anos, no qual se foca este projeto de análise da inclusão, teve uma diminuição de expressividade entre 1981 e 2001, recuperando em 2011 e passando a representar cerca de 15% da população de Oeiras. Já a faixa etária dos 15 aos 24 anos teve uma tendência decrescente desde 1991, assim como a faixa dos 25 aos 64, que não apresenta uma tendência evolutiva clara. Contrariamente, a população com mais de 65 anos tem uma tendência de aumento significativa e se, em 1960, 6% da população pertencia a esta faixa, em 2011 este valor já era de 19%. As freguesias onde a população tendencialmente é mais

envelhecida são Barcarena, Carnaxide, Algés, Cruz Quebrada-Dafundo e Queijas, sendo que em Oeiras-São Julião da Barra e Paço de Arcos a percentagem de população idosa diminuiu. Mas, de um modo geral, em todas a freguesia de Oeiras aumentou o peso da população com mais de 65 anos (dados INE, censos 2011).

Os dados apresentados permitem concluir que o número de habitantes no município de Oeiras continua a aumentar, mas de forma lenta. É nas freguesias próximas da linha de costa onde ocorrem os maiores aumentos de população, sendo estes habitantes uma faixa etária mais jovem. É esperado, portanto, que o número de parques infantis nestas freguesias seja superior.

3.3 Sobre a deficiência

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) refere que “o conceito de deficiência reporta a um estado da pessoa, com enfoque biológico, e diz respeito a alterações ou anomalias ao nível das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais”, distinguindo este conceito de incapacidade que “engloba os diferentes níveis de limitações funcionais, relacionados com a pessoa e o seu meio ambiente”¹⁰

No ano de 2011 existiam no concelho de Oeiras 22.285 pessoas com, pelo menos, uma incapacidade (dados INE, censos 2011), ou seja, mais de 22000 pessoas potencialmente excluídas de espaços de lazer por estes estarem mal-adaptados a estas pessoas.

Na tabela seguinte é possível perceber quais as dificuldades que os habitantes de Oeiras declararam nos censos de 2011 e qual a sua expressividade na população do concelho. Infelizmente não foi feita a discriminação entre crianças e adultos neste levantamento, mas o mesmo permite perceber as necessidades dos habitantes do município.

¹⁰ Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Organização Mundial da Saúde, Direcção-Geral da Saúde, Lisboa, 2004

Território	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender ou outros ou fazer-se compreender	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
	Oeiras (Concelho)	10.407	447	5.840	400	10.308	1.218	6.853	1.466	3.766	1.736	3.603
UFALCD	2.931	116	1.726	112	3.170	349	2.000	417	1.122	514	1.047	184
Barcarena	808	35	416	31	806	88	582	135	312	161	286	78
UFCQ	2.127	90	1.145	70	1.984	195	1.342	282	732	307	707	130
UFOPC	3.440	167	1.972	136	3.404	478	2.257	496	1.231	630	1.173	273
Porto Salvo	1.101	39	581	51	944	108	672	136	369	124	390	68

1 – Tem muita dificuldade em efetuar a ação 2 – Não consegue efetuar a ação

Tabela 2. População de Oeiras com pelo menos uma incapacidade. Fonte INE, censos 2011

Estes valores destacam a importância de criar espaços públicos abertos, adaptados a pessoas com algum tipo de incapacidade. No concelho de Oeiras o número de pessoas que tem dificuldades ao nível visual ultrapassava, em 2011, os 10.800, sendo que este valor é ainda superior quando consideramos as pessoas que têm dificuldade motoras e não conseguem andar ou subir degraus. É ainda importante destacar o número de pessoas que têm dificuldades de comunicação, sendo que este é um dos estímulos menos explorados nos parques infantis.

Oeiras é um concelho considerado de referência ao nível do desenvolvimento social, e os seus representantes têm noção que é necessário analisar e intervir no espaço público de forma salvaguardar os direitos e a satisfazer as necessidades de todas as pessoas residentes neste concelho. O projeto que se segue demonstra este interesse. Através da análise dos espaços de jogo e recreio de Oeiras é possível criar uma base que permite perceber prioridades e tecer objetivos para a reabilitação dos espaços existentes, de forma a torná-los mais inclusivos, bem como orientar a construção de novos espaços onde idealmente não deveria existir exclusão.

4. MÉTODOS E METODOLOGIA

4.1 O projeto

O contexto em que uma criança nasce e se desenvolve tem grande impacto na forma como esta se integra na sociedade em idade adulta e, como foi analisado no capítulo anterior, o desenvolvimento motor é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças. Os espaços de jogo e recreio podem contribuir para estimular o desenvolvimento das crianças, sendo que, quanto mais qualificados e adaptados estes forem, maior será o potencial de desenvolvimento motor e social de uma criança. Com base nesta premissa, o projeto que se segue tem como objetivo analisar a inclusão e o respeito pelas normas em vigor, dos espaços de jogo e recreio indicados pelo município de Oeiras, e irá desenvolver-se em 4 fases que enuncio de seguida.

- 1) Descrição geral do projeto – explicação breve como é que o projeto surgiu e qual o objetivo da sua realização;
- 2) Método de recolha de dados – apresentação e explicação dos parâmetros que constituem a tabela utilizada na avaliação;
- 3) Caracterização da base da amostra – exposição de dados sobre o Município de Oeiras, importantes para compreender o contexto social e físico de cada espaço em análise;
- 4) Análise dos espaços de jogo e recreio – apresentação de dados relativos à análise global dos espaços integrantes do projeto e apresentação pormenorizada dos 10 espaços destacados para o estágio desenvolvido.

Numa fase inicial do projeto de análise, foi necessário reunir a informação pré adquirida, de todos os elementos do grupo de trabalho, para criar o método que iria ser utilizado na avaliação dos espaços. Da combinação de ideias e opiniões surgiu uma tabela de avaliação que cada grupo levou consigo na visita física aos espaços de jogo e recreio. Após a recolha dos dados, cada grupo elaborou a análise aos espaços que haviam avaliado, relacionando-a com as informações entretanto adquiridas sobre o contexto social e físico de cada parque. No caso do grupo em que fui inserida, e ao abrigo do estágio, fui responsável por elaborar esta análise aos espaços visitados, com o objetivo de testar conhecimentos e, paralelamente, gerar informação para expor neste relatório.

Ao longo do desenvolvimento do projeto houve a oportunidade de contatar com Iara de Paula, criadora da empresa Terapias sobre Rodas, que tem como base de atividade ajudar

na reabilitação e inserção, na sociedade, de pessoas com algum tipo de deficiência. A sua colaboração como consultora da Play Planet tem sido muito importante para garantir que os novos espaços e os equipamentos criados na empresa, sejam acessíveis e promovam diversos estímulos. Deste contato, surgiu a oportunidade de estar com pais e educadores de crianças com diversas incapacidades, que permitiram ter uma maior percepção da importância de criar inclusão nos espaços públicos, nomeadamente nos espaços de jogo e recreio. Este contacto direto com as pessoas que lidam com a diferença diariamente, permitiu ganhar uma maior sensibilidade para abordar a análise que fui incumbida de realizar neste projeto, bem como tecer sugestões para melhoria destes espaços e de outros.

4.2 Descrição geral do projeto

Relacionar o tema da inclusão com espaços de jogo e recreio, ainda é algo pouco explorado por quer por académicos quer por entidades privadas. Por este motivo, a quantidade de informação que relaciona os dois temas é escassa, quer a nível de documentação teórica, como do ponto de vista de estudos práticos, que associem a criança à vivência do espaço público.

O estudo encomendado à Play Planet consistiu na análise, do ponto de vista da inclusão, de espaços de jogo e recreio, pertencentes ao concelho de Oeiras. De forma a criar uma base de informação mais completa sobre este tipo de abordagem, a Play Planet decidiu analisar os espaços de jogo e recreio do ponto de vista da inclusão, tal como pedido pelo cliente, mas também avaliar o cumprimento das normas em vigor. Estes dois pontos de análise estão intrinsecamente relacionados, uma vez que se o cumprimento das normas não for respeitado, automaticamente o espaço não será seguro para ser utilizado por pessoas com incapacidades. A recolha dos dados para a análise foi feita presencialmente, avaliando os parâmetros pré-definidos pelo grupo de trabalho e recorrendo à observação, testagem e medição dos espaços em avaliação. Posteriormente, cada grupo reuniu a informação obtida e passou-a ao laboratório de inclusão, que teve a responsabilidade de criar o relatório pretendido pelo Município de Oeiras.

Estando a realizar um estágio, foi-me indicado que tecesse a minha própria análise a cada espaço visitado, com base nas avaliações recolhidas pelo grupo, recorrendo aos conhecimentos pré adquiridos relacionados com o tema da inclusão em espaços de jogo e recreio. Fez parte das tarefas de estágio que, mediante as análises feitas, sugerisse alterações aos espaços de jogo e recreio, de forma a torná-los o mais inclusivos possível. Os resultados obtidos na análise global aos espaços de jogo e recreio, do município de Oeiras, permitem de imediato perceber que há muitos espaços pouco adaptados a pessoas com aptidões diferentes. Esta mesma realidade é espelhada na análise feita ao abrigo do estágio, relativa a 10 espaços que integram este mesmo projeto.

Apesar de ser notório que já haviam sido feitas alterações aos espaços de jogo e recreio e sua envolvente, com o propósito de os tornar mais inclusivos, muitos dos locais visitados apresentaram características que os tornam insatisfatórios do ponto de vista da inclusão e cumprimento das normas em vigor.

4.3 Método de recolha de dados

Como ponto de partida para o projeto foi feito, através da listagem fornecida pelos serviços municipais, disponível no Anexo 1 deste documento, o levantamento da localização dos espaços de jogo e recreio que o cliente pretendia que analisássemos. Este foi um levantamento importante para perceber a dispersão destes espaços na área do concelho e facilitar o processo de visita aos mesmos.

A figura que se segue tem por base a carta de divisão de freguesias, possível de consultar no plano diretor municipal de Oeiras, na qual foi marcada a localização de cada espaço de

jogo e recreio integrado no projeto. Com base apenas no nome do espaço listado, nem sempre foi fácil esta marcação, tendo sido feitos ajustes no dia das visitas e elaborada uma listagem com coordenadas, que foi fornecida ao cliente para eventuais projetos futuros.



Fig. 21. Figura com a marcação dos espaços de jogo e recreio, segundo a carta de divisão de freguesias do município de Oeiras. Fonte: Play Planet

Através de uma simples análise visual a esta figura, é possível perceber que a disposição dos espaços de jogo e recreio pelo município não é equitativa. Esta distribuição poderá estar relacionada com fatores físicos do território, legislativos e ou sociais, sendo que o que o motivo mais provável é aquele que relaciona esta distribuição com o número de pessoas existentes em cada freguesia, que poderá influenciar um maior ou menor interesse dos órgãos de gestão em criar esta tipologia de espaços. Pretende-se, que no decorrer do projeto seja possível apurar mais informação sobre a dispersão dos espaços de jogo e recreio, junto do Município.

No âmbito do projeto, foram visitados pela equipa de trabalho 84 espaços de jogo e recreio, pertencentes ao concelho de Oeiras, sendo que 10 destes espaços foram selecionados para serem apresentados neste relatório de estágio. A seleção dos espaços a analisar, foi arbitrária, tendo como único critério que pertencessem a diferentes freguesias, com o objetivo de criar diversidade e possibilitar a comparação entre os dados obtidos. A análise realizada aos diversos espaços teve em consideração os riscos

inerentes ao espaço físico e aos equipamentos, considerando as normas de avaliação dos espaços de jogo e recreio em vigor e os critérios pré-determinados pelo grupo de trabalho, que podem indicar se os espaços são ou não inclusivos. Esta abordagem foi essencial para avaliar potenciais riscos e limitações para todos os utilizadores, nos espaços de jogo e recreio incluídos no projeto.

Para garantir que as diversas análises efetuadas fossem justas, dado serem realizadas por grupos diferentes, foi definido que o melhor método seria a criação de uma tabela de avaliação que recorresse a sistemas de avaliação numérica. Apesar destes valores serem meramente sugestivos e ligeiramente influenciáveis pela perceção de cada grupo, estes permitiram determinar valores percentuais de avaliação, que resultou na distinção entre um espaço de jogo e recreio “satisfatório”, mediante a obtenção de mais de 50% na avaliação ou “insatisfatório”, se o valor obtido na avaliação fosse menor que 50%. Cada parâmetro de avaliação teve um fator de ponderação diferente, mediante o que o grupo considerou ter mais ou menos influência na segurança e inclusão do espaço e dos equipamentos em análise.

A tabela de avaliação, presente no Anexo 2 deste documento, analisa parâmetros que o grupo de trabalho, destacado para o projeto, considerou ser importantes para determinar o carácter inclusivo de cada espaço de jogo e recreio analisado. Esta tabela é organizada em dois tópicos: Análise geral e Critérios de Avaliação, sendo que este segundo tópico é composto por 3 categorias: Orientação, Acessibilidade e Estímulos.

No tópico apelidado de “análise geral” é possível obter informações sobre a localização do espaço de jogo e recreio, os elementos de arquitetura e design, o mobiliário urbano, a comunicação com utilizador, higiene, segurança, conforto e funcionamento do mesmo, aspetos que, segundo a norma 1176 e o decreto-lei n.º 203/2015, devem ser avaliados para validar a segurança e a conformidade de um espaço de jogo e recreio. Os parâmetros associados à avaliação da inclusão foram colocados no tópico “critérios de avaliação” e foram redigidos tendo como base os conhecimentos que o grupo de trabalho tinha sobre a inclusão.

Uma vez que este estudo tem como propósito ajudar os órgãos de gestão do município de Oeiras a tomar decisões relativamente aos seus espaços de jogo e recreio, deve ter como base uma avaliação isenta de incertezas e o mais completa possível, permitindo realizar avaliações justas e sustentadas, que possibilitem priorizar ações de transformação nos espaços avaliados.

4.4 Parâmetros de análise

Os espaços de jogo e recreio devem ser planeados de forma a considerar a livre circulação e acesso ao espaço e aos equipamentos, a ter mobiliário urbano que aumente o conforto dos seus utilizadores, mas também devem estimular sentidos, sendo este ponto, em específico, muitas vezes menosprezado. Para realizar a avaliação dos espaços de jogo e recreio incluídos neste projeto, a equipa de trabalho da Play Planet definiu vários critérios, mediante o que é expectável encontrar num espaço de jogo e recreio seguro, agradável, mas também inclusivo. Como dito anteriormente, os parâmetros presentes na tabela tiveram ponderações diferentes, uma vez que não têm o mesmo impacto na experiência do utilizador. Dentro dos critérios de avaliação, a orientação foi a categoria com menos peso na avaliação, uma vez que alguém com dificuldades de orientação pode ser acompanhado por alguém capaz de auxiliar. As categorias acessibilidade e estímulos tiveram o mesmo fator de ponderação, uma vez que são interdependentes. Sem acessibilidade os utilizadores não conseguem usufruir dos estímulos cedidos pelos equipamentos ou pelo espaço e sem estímulos a acessibilidade de pouco vale, sendo que brincar num espaço que não cria desafios ou permite dinâmicas, é desinteressante para o utilizador. De seguida são explicadas as categorias consideradas no tópico “Critérios de avaliação”, diretamente associadas ao carácter inclusivo de um espaço de jogo e recreio.

Orientação

Para analisar a orientação dos espaços de jogo e recreio foram considerados os seguintes parâmetros, na tabela de avaliação:

- Percurso até ao espaço de jogo e recreio (EJR): Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber por pessoas cegas, ou com visão condicionada, que ali existe um EJR?
- Entrada no EJR: A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir?
- Acesso a informação de segurança: Existe painel/dispositivo informativo com informação de segurança legível para cegos ou pessoas com baixa visão?

- Corredores de Circulação: Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos?

Estas questões permitem avaliar se o espaço analisado permite uma fácil orientação a todo o tipo de utilizadores. Ou seja, para que o espaço de jogo e recreio respeite os critérios de boa orientação deve estar bem sinalizado, sem caminhos ou vedações complexas e entradas impercetíveis, deve ter informações úteis para o utilizador que o auxiliem em caso de acidente e, sobretudo, não deve, nos seus acessos e área integrante, apresentar obstáculos ou pavimentos que possam dificultar a movimentação. A cada um dos parâmetros avaliados nesta categoria foi dado um fator de ponderação diferente, pois os mesmos têm diferentes impactos na segurança e conforto do utilizador. O parâmetro com maior ponderação foi o acesso à informação de segurança, sendo que a sua não perceção pode implicar riscos para o utilizador e a sua presença é um requisito obrigatório do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, que estabelece as condições de segurança dos espaços de jogo e recreio.

Acessibilidade

Na análise à acessibilidade, foram analisados aspetos como:

- Na proximidade do EJR: O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés?
- Na entrada no EJR: A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés?
- Dentro do EJR: Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR?
- Dentro do EJR: Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque?
- Dentro do EJR: Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas?

Nesta categoria foi, sobretudo, avaliada se uma cadeira de rodas e carrinhos de bebés podem aceder e circular no espaço de jogo e recreio, bem como se os equipamentos permitem ser alcançados e utilizados por pessoas com incapacidades. Aos parâmetros incluídos nesta categoria, também foram atribuídas ponderações diferentes, sendo mais valorizada a acessibilidade dentro dos espaços através do recurso a soluções de pavimentos ou corredores, seguindo-se a acessibilidade à entrada do espaço e a acessibilidade aos próprios equipamentos. Para analisar o carácter inclusivo dos espaços de jogo e recreio, é importante avaliar se estes não impossibilitam que alguém com incapacidades usufrua do local.

Um espaço de jogo e recreio acessível não é por si só um espaço inclusivo; não basta que este permita que todos possam entrar e movimentar-se pelo espaço. É necessário que um espaço de jogo e recreio tenha equipamentos acessíveis e interessantes, que possam ser usados de forma autónoma ou com ajuda, com cadeira de rodas ou recorrendo à transferência física, considerando todo o tipo de utilizadores

Estímulos

Para o desenvolvimento motor e cognitivo de uma criança os estímulos são fundamentais. É, portanto, importante que num projeto de avaliação de espaços de jogo e recreio, quanto à inclusão, sejam considerados aspetos que podem potenciar ou impedir o desenvolvimento da criança.

As crianças com limitações físicas e cognitivas deparam-se, muitas vezes, com a dificuldade de assumir sensorialmente o que as envolve, sendo esta limitação maior quando não existem ambientes adequados, que elas possam explorar.

Num espaço de jogo e recreio podem existir soluções que permitam, por exemplo, a estimulação visual através do uso de cores fortes, a estimulação auditiva através da presença de música, a estimulação motora através de rampas e túneis, a estimulação táctil pelo toque de várias superfícies diferentes e a estimulação da comunicação, se foram colocados equipamentos que potenciem o desenvolvimento de linguagem.

Existem cinco tipos de estímulos são considerados essenciais, dada a importância que têm para o desenvolvimento da criança.



Fig. 22 - Tipos de estímulos. Fonte: Play Planet

Os **estímulos sociais** permitem melhorar o desempenho em funções cognitivas e promovem a integração social, sendo que os equipamentos de uso coletivo, como as torres de atividades, mais facilmente potenciam este estímulo.

Os **estímulos sensoriais** são todos aqueles que são recebidos através de um ou vários sentidos, sendo importantes componentes lúdicos para todas as crianças, especialmente para as que não são capazes de usar elementos fisicamente mais desafiantes. Nos espaços de jogo e recreio pode ser complicado incorporar elementos que promovam o estímulo do paladar, porém, é possível incorporar, por exemplo, elementos de vegetação para estimular o olfato. Os equipamentos mais utilizados para explorar os sentidos são os que estimulam a audição ou o tato, como os instrumentos musicais e as caixas de areia; mas apesar da vasta oferta no mercado de equipamentos de estímulos sensoriais; estes são ainda pouco utilizados.

As atividades que estimulam o pleno funcionamento de todas as áreas do cérebro e as capacidades cognitivas são essenciais para o desenvolvimento da criança. Uma boa forma de estimular a **capacidade cognitiva** das crianças é através de jogos; nos espaços de jogo e recreio é possível potenciar estes estímulos, com a existência de painéis de jogo nos equipamentos, ou marcações de jogo nos pavimentos, tornando o espaço mais aliciante e completo.

O **estímulo físico** permite melhorar o desempenho motor dos utilizadores e é o mais fácil de encontrar num espaço de jogo e recreio, sendo que é oferecido pela generalidade dos equipamentos. Já nos primeiros parques infantis este estímulo era bastante considerado e é bastante importante para o desenvolvimento das crianças, sendo que nestes locais é possível promover, de forma simples, a saúde e desenvolver competências motoras básicas.

A **comunicação** é um processo através do qual os seres humanos partilham informação, mas nem todos os indivíduos conseguem comunicar através da fala. Esta incapacidade, de produzir fala articulada compreensível, pode limitar ou inibir a expressão oral e

verifica-se em crianças, jovens e adultos com problemas congênitos, mas também poderá ser fruto de outras perturbações adquiridas, ou de desenvolvimento. A dificuldade de comunicação tem consequências na aprendizagem, no envolvimento em relações sociais, ou no comportamento e gestão das emoções. Para estimular a comunicação é essencial a presença de equipamentos que potenciem a comunicação, com atividades coletivas, mas, infelizmente, este é dos estímulos mais raros de encontrar nos parques infantis, muito devido ao desconhecimento de quem os projeta.

Os **estímulos proprioceptivo e vestibular** foram considerados na avaliação devido à sua importância para a reabilitação de pessoas com deficiências. O estímulo de propriocepção refere-se à capacidade que temos de reconhecer a localização espacial do nosso corpo, a sua posição e orientação, a força exercida pelos músculos e a posição de cada parte deste em relação às demais, sem utilizar a visão, sendo este estímulo muito importante para manter o equilíbrio corporal. O sistema vestibular deteta a posição e o movimento da cabeça e, quando este sistema não está devidamente estimulado, existe um maior risco de quedas e entorses.

É possível criar oportunidades de integração e reabilitação nos espaços de jogo e recreio; basta que as entidades participantes nos projetos estejam sensibilizadas para a importância de criar inclusão. A existência de espaços melhor adaptados a pessoas com incapacidades promove não só o interesse de pessoas a título individual, mas também de empresas dedicadas à área de reabilitação. Estas entidades procuram espaços ao ar livre para desenvolver algumas atividades e têm preferência por se sediarem junto a parques infantis inclusivos, sendo, por isso a sua existência um fator de atratividade.

5. ANÁLISE

5.1 Trabalho desenvolvido

No âmbito do concurso público para “aquisição de serviços de elaboração de estudo de diagnóstico para 80 espaços de jogo e recreio, no Concelho de Oeiras”, foi formado um grupo de trabalho, pertencente à empresa Play Planet, que efetuou a avaliação e análise dos espaços listados pela Câmara Municipal de Oeiras, para este concurso. O estágio apresentado neste documento foi realizado na empresa Play Planet e dedicou-se exclusivamente ao projeto anteriormente enunciado. Para além da avaliação quanto à inclusão, através de parâmetros pré-definidos, foi feita a validação habitual da conformidade dos espaços, tendo como base as normas e legislação em vigor.

No decorrer do projeto foram feitas visitas aos espaços listados, no anexo 1, e executado o levantamento, através de inspeção visual e testagem de todos os componentes do espaço de jogo e recreio e da sua envolvente. Foi ainda feito o preenchimento da tabela formada pelos parâmetros de análise dos espaços, definidos pela equipa de trabalho, na fase inicial do projeto, tabela esta presente no Anexo 2 deste documento.

A análise apresentada é o resultado da relação estabelecida entre os valores obtidos nas avaliações, os conhecimentos técnicos do grupo de trabalho e os dados adquiridos sobre o concelho. Da combinação destes fatores resultaram linhas de análise técnica e sugestões de melhoria para cada espaço visitado, correspondendo ao que o cliente pretendia com o lançamento do concurso.

5.1.1 Análise a 10 casos de estudo

Os 10 casos de estudo apresentados pertencem à listagem de espaços de jogo e recreio designados pelo município, no âmbito do projeto de análise à inclusão, presente no anexo 1 deste documento. Estes foram selecionados pela Arquiteta Paisagista Milva Maggioni, orientadora do grupo de trabalho constituído para realizar a avaliação e proprietária da empresa Play Planet, representando, portanto, também a coordenação do estágio realizado. Os espaços selecionados, como já foi referido, tiveram como único critério de seleção serem de diferentes freguesias e constituem um total de 10 análises, que têm como consequência avaliar os espaços na perspetiva da sua construção, tipo de materiais utilizados, localização, acessibilidade, funcionalidade, segurança e inclusão.

A metodologia escolhida para efetuar as análises descritas neste ponto é, em tudo semelhante aos métodos utilizados pelo grupo de trabalho na análise dos restantes espaços de jogo e recreio pertencentes ao projeto. Nas análises foi utilizada a tabela de avaliação criada para o projeto e os dados foram recolhidos fisicamente em cada local, possibilitando o preenchimento imediato do ficheiro Excel criado para o efeito. Para o registo de dados recorreu-se ao método quantitativo, pré-acordado pelo grupo, onde foram atribuídos valores numéricos aos diversos parâmetros de avaliação, consoante a sua importância no estudo em causa.

As análises resultam da leitura dos dados obtidos na avaliação, completadas por comentários e sugestões, feitas com base na informação recolhida, sobre os espaços lúdicos, a freguesia e o município onde estes se localizam. Em seguida é apresentada a análise a 10 casos de estudo, elaboradas no âmbito do estágio desenvolvido.

- EJR Jardim Municipal de Algés

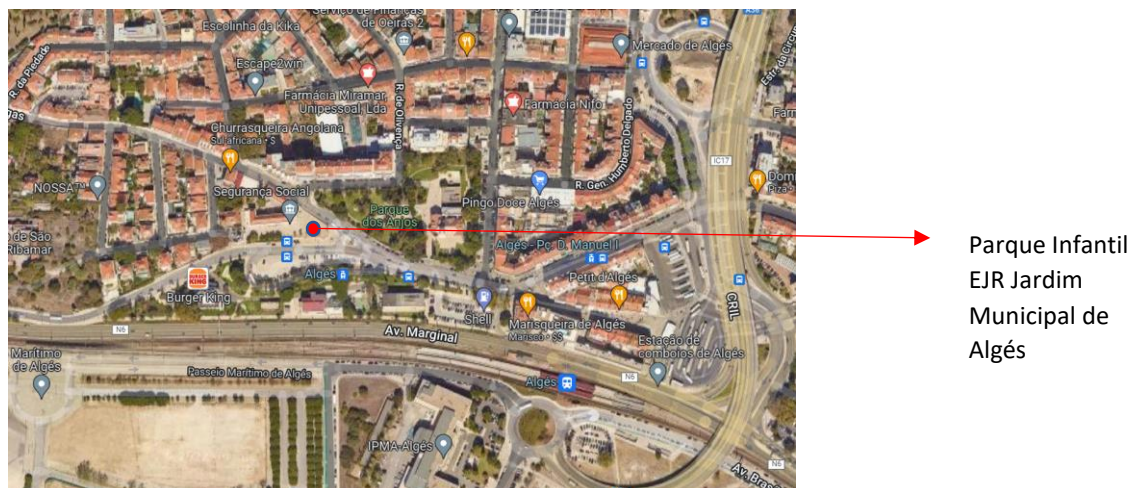
Listado com o número 1 na lista cedida pelo município, este espaço de jogo e recreio está situado na freguesia de Algés, atual união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo, na morada Praça 25 de Abril. Foi visitado no dia 6 de fevereiro de 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este é um parque infantil construído em 2008, localizado numa zona privilegiada da freguesia, sendo que na sua proximidade passam diversos tipos de transportes públicos, como o elétrico, autocarros e comboio, como é possível verificar na Figura 23. Próximo deste parque infantil localiza-se o mercado municipal, o jardim de infância “Escolinha da Kika” e diversos serviços, como minimercados, restaurantes e serviços de finanças. Este espaço de jogo e recreio beneficia, ainda, por ter sido construído num dos diversos espaços verdes da freguesia de Algés, tendo uma interessante envolvência natural, que o torna agradável a nível térmico, sonoro e visual.

Graças aos dados recolhidos sobre as diversas freguesias de Oeiras, sabemos que esta é uma das que tem um maior número de residentes, muitos deles com mais de 65 anos. Nos censos de 2011, mais de 13000 pessoas desta freguesia declararam ter algum tipo de incapacidade. É, portanto, esperado que este seja um parque infantil bem fornecido em equipamentos infantis, mas também em mobiliário urbano e sombra, permitindo uma

agradável estadia dos utilizadores e seus acompanhantes. É também esperado que este espaço e os seus equipamentos tenham em consideração as incapacidades declaradas por uma grande percentagem da população residente em Algés, permitindo a acessibilidade, utilização e desenvolvimento a todos os seus visitantes.

No anexo 3 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.



Parque Infantil
EJR Jardim
Municipal de
Algés

Fig. 23 - Localização do parque infantil N.º1 - EJR Jardim Municipal de Algés. Fonte: GoogleMaps. 05/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 4, tendo sido obtida a percentagem de 46.25% quanto à avaliação da inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho.

A nível da quantidade de equipamentos infantis e urbanos, este é um espaço bem fornecido. No entanto, foram registadas inconformidades que prejudicaram a sua avaliação, como a do equipamento “casa de brincar”, que não tinha painéis limitadores laterais, ou o equipamento “escorrega” que se encontrava desmontado.

O pavimento deste parque infantil, apesar de ser em borracha contínua, tem diferentes espessuras e alturas à superfície, fator de potencial perigo para o utilizador que, ao circular livremente, pode tropeçar e cair.

O painel informativo, neste caso, é um elemento menos positivo, visto ter pouca visibilidade e não ter indicações áudio ou em braile excluindo, desta forma, o acesso à informação por parte de pessoas cegas ou com baixa visão. Também por estar muito

baixo, pode ser considerado um obstáculo a estas pessoas que, por norma, se orientam no espaço pelas suas extremidades, local onde o painel se encontra.

O balanço entre os aspetos positivos e negativos foi calculado através de uma tabela Excel, presente no anexo 4, e gerou um número inferior a 50%, valor este que distingue os parques avaliados entre suficientes ou insuficientes quanto à sua avaliação de inclusão e segurança

De seguida é apresentado o resumo da avaliação ao EJR do Jardim Municipal de Algés, tal como foi apresentado no relatório de avaliação para a inclusão dos espaços de jogo e recreio do Município de Oeiras.

ORIENTAÇÃO 35,00%

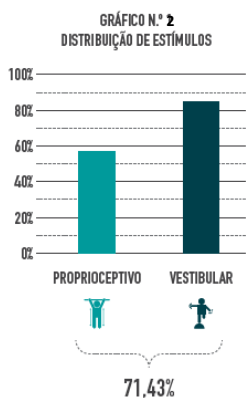
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ BOM
PAINEL INFORMATIVO	✘ INSUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM

ACESSIBILIDADE 69,44%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ MUITO BOM
	ENTRADA DO EJR	✔ BOM
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ BOM
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	✘ MAU

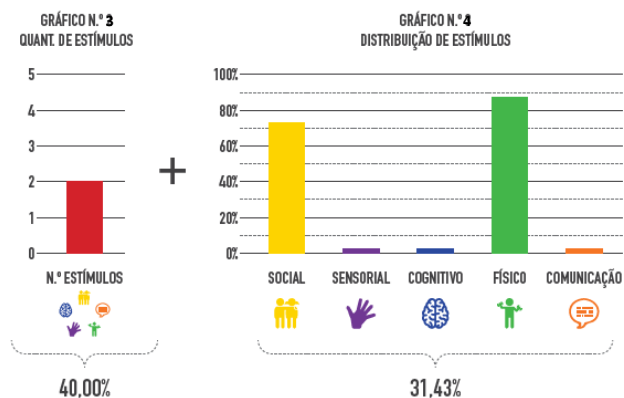
ESTÍMULOS 1 71,43%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ BOM



ESTÍMULOS 2 35,71%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ✘ INSUFICIENTE



Estes valores e gráficos resumem os dados registados na tabela de avaliação e, através dos mesmos, é possível perceber vários aspetos sobre estes espaços de jogo e recreio, nomeadamente, que os acessos ao parque avaliado são bons, sendo possível aceder ao mesmo através de rampas, fator que poderá cativar pessoas com dificuldades motoras. Este é um espaço sem barreiras físicas dentro do EJR e com pavimento de borracha contínuo, o que também possibilita a livre circulação de utilizadores com alguma dificuldade física. Já os equipamentos infantis presentes no espaço não podem ser considerados inclusivos, dado serem de difícil acesso ou utilização para alguém com

dificuldades motoras; para além disto, são equipamentos pouco cativantes do ponto de vista dos estímulos sensorial, cognitivo e de comunicação sendo, como é hábito, mais privilegiados os estímulos físicos e sociais. Assim, a avaliação permite perceber que o acesso e possibilidade de usufruir do espaço em análise é muito limitado para os utilizadores que tenham declarado algum tipo de incapacidade.

Como sugestões de melhoria imediata recomendamos colocar chapas de identificação nos equipamentos em que estes estão em falta, dada a sua obrigatoriedade segundo o Artigo 15º do DL 203/2015 e complementar a informação do painel do EJR, com texto em braile ou áudio, para melhorar a orientação e permitir o acesso à informação por parte de todos os utilizadores. Para além disto, recomendamos que a tipologia de equipamentos a instalar, no caso de necessidade de substituição dos equipamentos existentes, seja de carácter mais inclusivo, aproveitando as inúmeras opções que o mercado de parques infantis já apresenta, respeitando as necessidades declaradas pela população desta freguesia, nomeadamente na dificuldade em andar ou subir degraus. Estes equipamentos podem ser simples, como painéis musicais e lúdicos, ou mais complexos, como trampolins, carrosséis ou torres de atividades.

- EJR Jardim dos Plátanos

Este espaço de jogo e recreio, situado na freguesia de Linda-a-Velha, na Rua de Ceuta, é o número 11 da lista cedida pelo município de Oeiras e foi visitado em 16 de fevereiro de 2022, com o objetivo de avaliar a sua aptidão para a inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

É um parque infantil construído em 2008 e está incluído no Jardim dos Plátanos sendo, portanto, beneficiando da sua envolvência, com agradáveis estruturas de sombreamento, que conferem conforto ao utilizador. Como é possível verificar na próxima figura, o parque em análise é relativamente próximo de uma via de circulação automóvel com grande movimento, sendo esta uma das vias de circulação principais na freguesia. Na sua proximidade existe a escola secundária Professor Augusto Lucas e diversos serviços, como restaurantes, ginásios e reparação automóvel. É ainda de salientar a existência de estacionamento automóvel junto ao parque infantil, o que poderá facilitar o acesso a alguém com mobilidade reduzida.

Tal como o parque anteriormente analisado, também este pertence à união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo, caracterizada pelo elevado número de habitantes registados, grande taxa de envelhecimento e com elevada percentagem de residentes a declarar, nos censos de 2011, ter algum tipo de incapacidade que afeta o seu dia a dia. É, portanto, esperado que este espaço e os seus equipamentos tenham em consideração as incapacidades declaradas por uma grande percentagem da população residente, permitindo a acessibilidade, utilização e desenvolvimento a todos os seus visitantes.

No anexo 5 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.

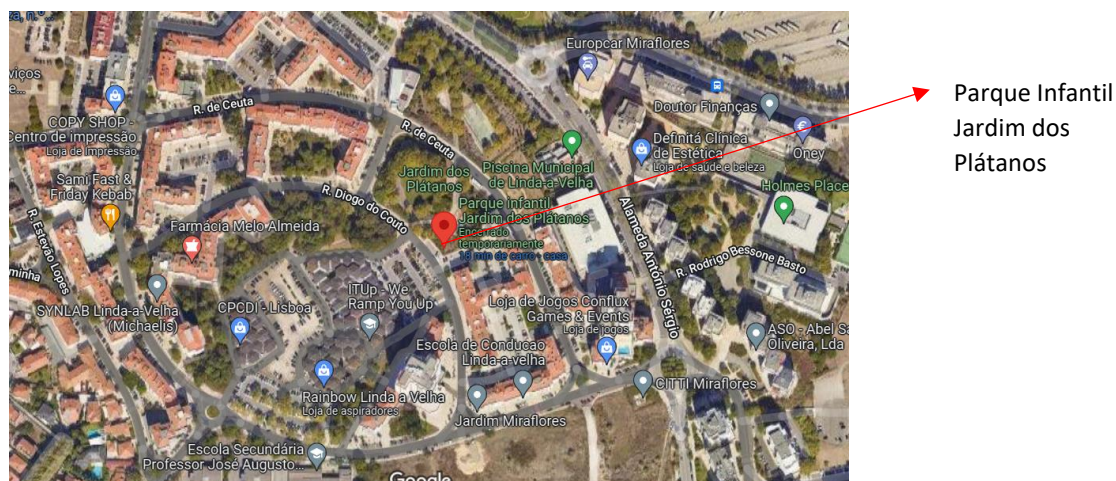


Fig. 24 - Localização do parque infantil N.º11 - EJR Jardim dos Plátanos. Fonte: GoogleMaps. 05/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 6, tendo sido obtida a percentagem de 42.13%. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho.

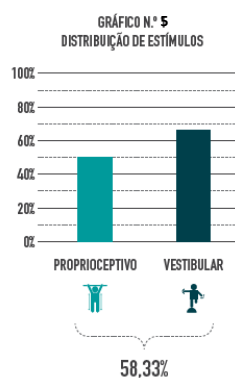
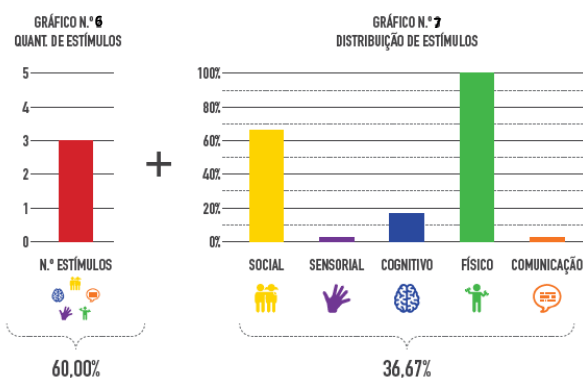
Os equipamentos infantis deste espaço foram instalados em caixas com pavimento sintético contínuo de 5cm de espessura na zona da torre de atividades e baloiço, 4,5cm de espessura na zona das molas e com 4cm de espessura na zona da casa de brincar. A presença deste tipo de pavimento seria algo positivo se o piso não estivesse bastante endurecido, com alteração de cor e com perda de amortecimento visível.

Na zona do baloiço existem, no pavimento, marcas de postes de uma vedação que terá sido removida, provavelmente desde que a sua obrigatoriedade deixou de fazer parte das normas, o que demonstra que o município está a par das regras que orientam os seus parques infantis. Já o baloiço, em específico, apresenta pontos com ferrugem e tem a tinta a saltar, necessitando de manutenção.

A plataforma onde estão os equipamentos infantis é separada por um caminho de acesso, com um lancil de desnível 2cm, o qual poderá ser um pequeno obstáculo à circulação livre de utilizadores com dificuldade de mobilidade. Também o painel informativo deste parque tem pouca visibilidade, sendo ausentes indicações áudio ou em braile, excluindo, por isso, o acesso de informação a pessoas cegas ou visão reduzida. Por estar muito baixo, o painel informativo, pode ser também um obstáculo para as pessoas que, devido às suas dificuldades, se orientam no espaço pelas extremidades, local onde o painel se encontra. Como pontos positivos há a destacar a envolvente vegetal deste espaço de jogo e recreio, favorável ao estímulo sensorial, pela sua variedade de cor, texturas e cheiros. O espaço que rodeia as caixas dos equipamentos tem bastante potencial para a colocação de novos equipamentos ou criação de atividades, se houver a intenção de transformar este parque infantil num espaço mais apelativo e inclusivo, sem prejudicar o seu espaço livre.

De seguida apresento o resumo da avaliação ao EJR Jardim dos Plátanos, tal como foi apresentado no relatório de avaliação para a inclusão dos espaços de jogo e recreio do Município de Oeiras.

ORIENTAÇÃO		32,50%	ACESSIBILIDADE		61,11%
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE		FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ SUFICIENTE			ENTRADA DO EJR	✔ SUFICIENTE
PAINEL INFORMATIVO	⊘ INSUFICIENTE		DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM			CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM
				ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	⊘ MAU

ESTÍMULOS 1**58,33%**PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR **✓ SUFICIENTE****ESTÍMULOS 2****48,33%**SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO **✗ INSUFICIENTE**

Os valores percentuais e gráficos resumem os dados registados na tabela de avaliação apresentada em anexo e, através destes métodos de recolha de informação, é possível perceber que este é um espaço de jogo e recreio bem fornecido de mobiliário urbano, limpo e com equipamentos infantis em bom estado de conservação. É possível aceder ao parque infantil através de rampas, aspeto que permitiu uma boa avaliação em termos de acessibilidade, e os acessos e entradas no parque são largos e desimpedidos de obstáculos, permitindo a livre e fácil circulação de uma cadeira de rodas ou pessoas invisuais. Assim, o painel informativo foi o único ponto com avaliação negativa, na avaliação da orientação.

Ao nível dos equipamentos, estes não podem ser considerados inclusivos, dado serem de difícil acesso ou utilização para alguém com dificuldades motoras. Para além disso, são equipamentos limitados do ponto de vista de estímulos, focando-se muito na atividade física e social, mas praticamente sem a presença de estímulos sensoriais, cognitivos ou de comunicação que, como percebemos anteriormente, seriam uma boa oportunidade de reabilitação para uma grande percentagem da população desta freguesia.

Como sugestões de melhoria imediata recomendamos colocar chapas de identificação nos equipamentos em que estão em falta, dada a sua obrigatoriedade segundo o Artigo 15º do DL 203/2015 e complementar a informação do painel informativo com braile ou áudio, para melhorar a orientação e permitir o acesso à informação por parte de todos os utilizadores. Quando possível, seria interessante inserir equipamentos de menores dimensões no espaço livre existente, que promovessem diferentes estímulos, como painéis de jogos ou “telefones”, que ajudam na reabilitação de pessoas com dificuldades cognitivas, sensoriais ou de comunicação.

- EJR Alto de Santa Catarina

Este espaço de jogo e recreio tem o número 12 na listagem de EJR do Município e está situado na freguesia da Cruz Quebrada, pertencente à união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo, mais propriamente na Rua João de Deus. Este parque foi visitado no dia 6 de fevereiro de 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

É um parque infantil construído no ano de 2013 e está integrado num parque verde sendo, portanto, beneficiado por uma agradável envolvente natural. Na figura 25 é possível ter noção da envolvência deste parque infantil que na sua proximidade tem o Instituto Espanhol de Lisboa, a escola de futebol do Belenenses, a escola básica João Gonçalves Zarco, cafés, um lar de idosos, uma clínica de reabilitação e uma zona residencial de grandes dimensões, o que leva em crer que este será um parque infantil muito utilizado. Há a destacar a existência, na sua proximidade, de uma clínica de reabilitação motora, que poderá eventualmente usufruir do parque infantil para promover a reabilitação dos seus clientes.

A freguesia da Cruz Quebrada/ Dafundo é também caracterizada por ter uma elevada densidade populacional, uma grande taxa de envelhecimento e uma elevada percentagem de residentes a declarar ter algum tipo de incapacidade. É, portanto, esperado que este espaço e os seus equipamentos tenham em consideração as incapacidades declaradas por uma grande percentagem da população residente, permitindo a acessibilidade, utilização e desenvolvimento a todos os seus visitantes.

No anexo 7 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.

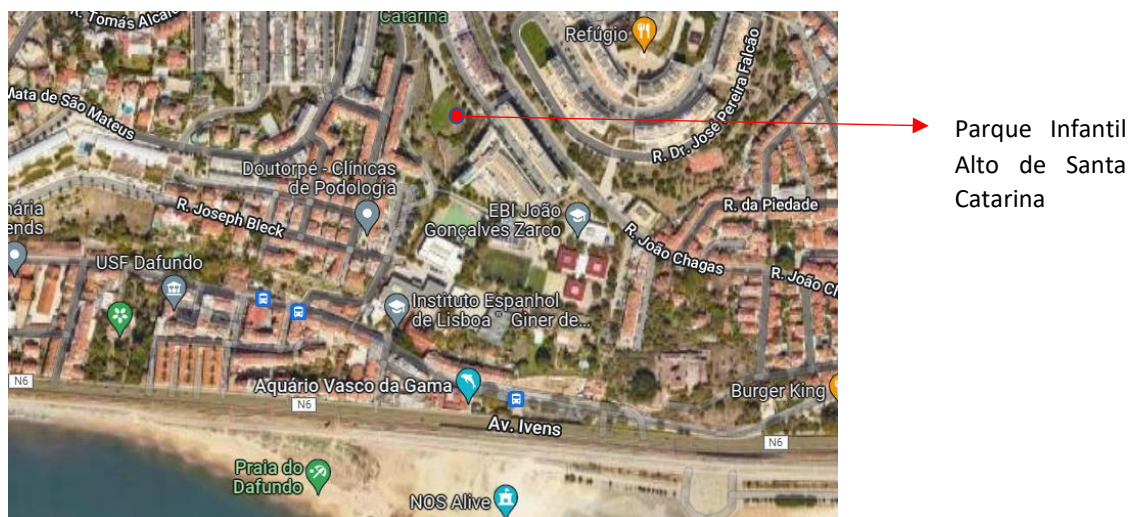


Fig. 25 - Localização do parque infantil N.º12 - EJR Alto de Santa Catarina. Fonte: GoogleMaps. 06/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 8, tendo sido obtida a percentagem de 43.38% quanto à inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho. Ganha destaque, como parâmetro que aumentou muito a percentagem negativa o pavimento. Os equipamentos foram colocados em parcelas com pavimento contínuo de borracha, que se apresentava com desgaste, queimado pelo sol e endurecido, sendo que a cor amarela já se encontra praticamente branca. Este pavimento tem desgaste muito acentuado junto à saída do escorrega da torre de atividades, o que pode representar um perigo para o utilizador em caso de queda, dado já não garantir claramente a sua capacidade de amortecimento. O painel de informação tem, tal como os anteriores analisados, pouca visibilidade e não assegura o acesso a informação a pessoas cegas ou com baixa visão. Mais uma vez este painel, por estar muito baixo, pode ser um obstáculo a pessoas que se tentem orientar pelas extremidades do parque.

De seguida apresento o resumo da avaliação ao EJR Alto de Santa Catarina, tal como foi apresentado no relatório de avaliação para a inclusão dos espaços de jogo e recreio do Município de Oeiras.

ORIENTAÇÃO 32,50%

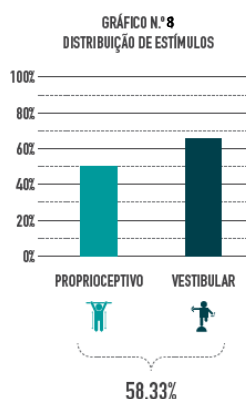
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ SUFICIENTE
PAINEL INFORMATIVO	❌ INSUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM

ACESSIBILIDADE 75,00%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ BOM
	ENTRADA DO EJR	✔ BOM
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	❌ INSUFICIENTE

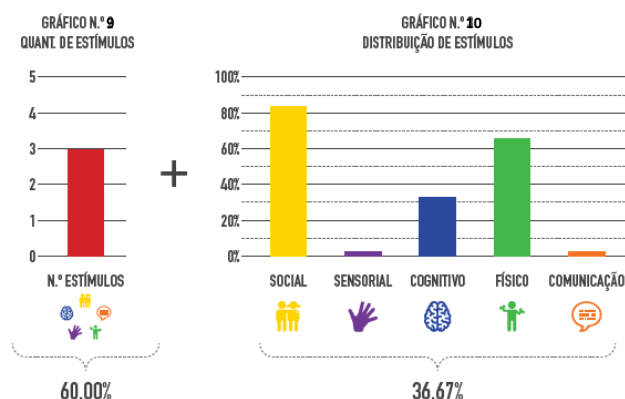
ESTÍMULOS 1 58,33%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ SUFICIENTE



ESTÍMULOS 2 48,33%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ❌ INSUFICIENTE



Este é um espaço bem fornecido de mobiliário urbano, limpo e com equipamentos infantis em bom estado de conservação. O percurso até ao parque, bem como a sua entrada, têm bons acessos, com largura considerável e livres de obstáculos, o que permite uma fácil circulação e perceção da sua localização a pessoas com alguma incapacidade. Desta forma, só o painel informativo obteve avaliação insuficiente no parâmetro da orientação. A acessibilidade de forma geral foi bem projetada, falhando apenas quando relacionada com os equipamentos que, mais uma vez, não têm em consideração a altura que uma pessoa com mobilidade reduzida consegue alcançar.

Do ponto de vista da promoção de estímulos, é um parque infantil um pouco mais avançado do que os anteriores, dado já ter na sua composição equipamentos que promovem os estímulos cognitivos, neste caso os painéis de jogo. No entanto, seria importante promover mais a inclusão dos utilizadores com dificuldades sensoriais ou de comunicação que, segundo os dados dos censos de 2011, correspondem às maiores dificuldades declaradas pelos habitantes do município.

Como sugestões de melhoria imediata recomendamos colocar as chapas de identificação nos equipamentos em que estão em falta, dada a sua obrigatoriedade segundo o Artigo 15º do DL 203/2015 e complementar a informação do painel informativo do parque, com

braile ou áudio, para melhorar a orientação e permitir o acesso à informação, por parte de utilizadores com alguma incapacidade. Sugerimos ainda a instalação de equipamentos para estímulo sensorial como equipamentos musicais e de comunicação, dado serem os únicos estímulos a não serem explorados neste parque. Com estas melhorias este espaço de jogo e recreio passaria a ser um ótimo local para promover a reabilitação ao ar livre dos clientes da clínica que se encontra na sua proximidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes com algum tipo de incapacidade.

- EJR Bairro Luta pela Casa

Este espaço de jogo e recreio tem o número 68 na listagem, pertence à união de freguesias de Carnaxide e Queijas e está situado na Rua Bento Ferreira Torrão, em Carnaxide. Foi visitado no dia 16 de fevereiro de 2022 com o objetivo de avaliar a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este parque infantil foi construído no ano de 2005 e está localizado num bairro residencial de reduzida dimensão, próximo da serra de Carnaxide, espaço natural de grande interesse, muito utilizado para caminhadas desportivas ou em família. Neste bairro existe um jardim infantil e um pavilhão desportivo, o que faz prever que este parque tenha picos de utilização muito elevada, principalmente nas horas de saída do jardim de infância.

No anexo 9 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no dia da visita.

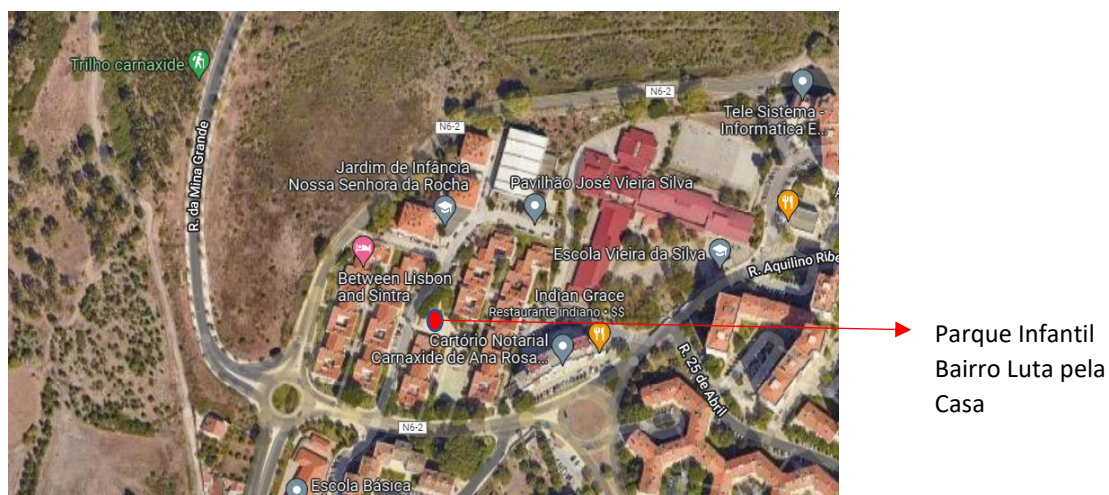


Fig. 26 - Localização do parque infantil N.º 68 - EJR Bairro Luta pela Casa. Fonte: GoogleMaps. 06/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 10, tendo sido obtida a percentagem de 55.75% nos parâmetros de avaliação. Este é um valor considerado suficiente em termos de inclusão e cumprimento das normas de segurança, sendo o primeiro parque apresentado neste relatório a obter uma avaliação final positiva, o que revela que apesar dos esforços deste município, ainda há muito trabalho a ser feito em termos de inclusão nos parques infantis.

Um dos aspetos menos positivos verificados no parque foi o pavimento de acesso ao EJR ser feito em calçada portuguesa, o que pode ser desconfortável para pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeiras de rodas, caso não seja bem mantida. Este pavimento pode mesmo dissuadir pessoas com dificuldades motoras a voltar ao parque. Mais uma vez, o painel informativo existente é básico, não tendo qualquer característica que facilite a obtenção de informação por parte de invisuais ou com visão reduzida, sendo que, por estar muito baixo, pode ser também um obstáculo à circulação.

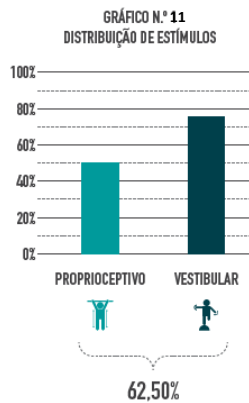
Como pontos positivos há a destacar o pavimento contínuo de borracha, com 5cm e cores variadas, excelente para o estímulo sensorial e para a promoção de segurança. O facto de o parque ser rodeado por um muro em alvenaria, com entrada específica, pode ser vantajoso para a orientação de pessoas invisuais ou com baixa visão e é mais apelativo que as habituais vedações. Ao existir no interior do recinto um banco de estadia permite aos acompanhantes e utilizadores repousar e conviver. Outro aspeto positivo a destacar é a presença de rampas de acesso ao parque, que vencem os desníveis dos degraus existentes.

A avaliação do parque resume-se nos seguintes esquemas:

ORIENTAÇÃO		32,50%	ACESSIBILIDADE		66,67%
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE		FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ BOM			ENTRADA DO EJR	✔ BOM
PAINEL INFORMATIVO	✘ INSUFICIENTE		DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ SUFICIENTE			CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM
				ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	✘ MAU

ESTÍMULOS 1 62,50%

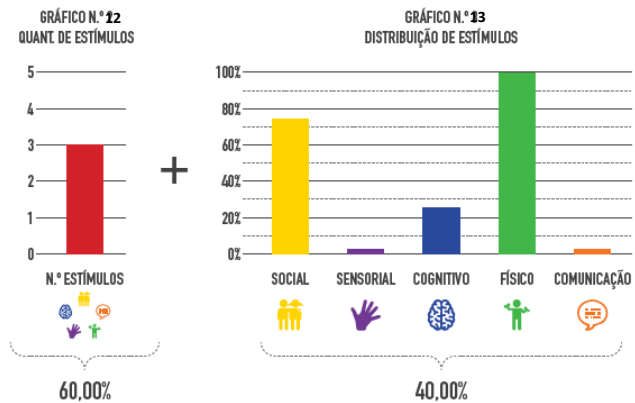
PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ SUFICIENTE



ESTÍMULOS 2

50,00%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ✔ SUFICIENTE



Os valores percentuais e gráficos resumem os dados registados na tabela de avaliação apresentada em anexo e em termos de avaliação da orientação, como já foi referido, foram obtidos valores, em geral positivos, só se destacando negativamente o painel informativo do parque. A acessibilidade dentro e fora do parque infantil é considerada suficiente sendo que, mais uma vez, nos equipamentos presentes não foi tida em consideração a necessidade de alguém com dificuldades motoras aceder aos equipamentos.

Os estímulos cognitivos estão presentes através da inteligente criação de jogos e esquemas no pavimento do parque infantil, provando que por vezes basta alguma imaginação para transformar um espaço num local mais inclusivo. Infelizmente os estímulos sensoriais e de comunicação não estão novamente presentes num parque infantil avaliado no decorrer do projeto.

Como sugestão de melhoria imediata foi sugerida a substituição da chapa de identificação no equipamento, escrita á mão, no sentido de transmitir a informação de forma clara e ainda complementar a informação do painel com informação em áudio ou em braille, para melhorar a orientação e acesso à informação. Este é um parque com pouca área livre restante dentro do recinto de jogo, mas a sua envolvente poderia ser aproveitada para instalar equipamentos que promovessem os estímulos em falta, dado que estes por norma estão associados a equipamentos de reduzidas dimensões, como painéis lúdicos. Estes novos equipamentos devem ser corretamente projetados, para que não prejudiquem a livre circulação dos utilizadores.

- EJR Correios

Este espaço de jogo e recreio pertence a Queijas, mais propriamente à união de freguesias de Queijas e Carnaxide, situado na morada Largo dos Correios. Tem o número 35 da listagem do município e foi visitado na data 6 de fevereiro de 2022, com o propósito de ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este parque infantil foi construído no ano de 2017 e posiciona-se numa praça, rodeado de prédios de habitação. Como será possível verificar na figura seguinte, na proximidade do parque em análise existe uma escola básica, o que faz antever picos de utilização do mesmo, uma vez que o espaço é bem fornecido com acessos e estacionamento automóvel, fatores que podem facilitar a frequência por utilizadores com alguma incapacidade motora.

No anexo 11 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.

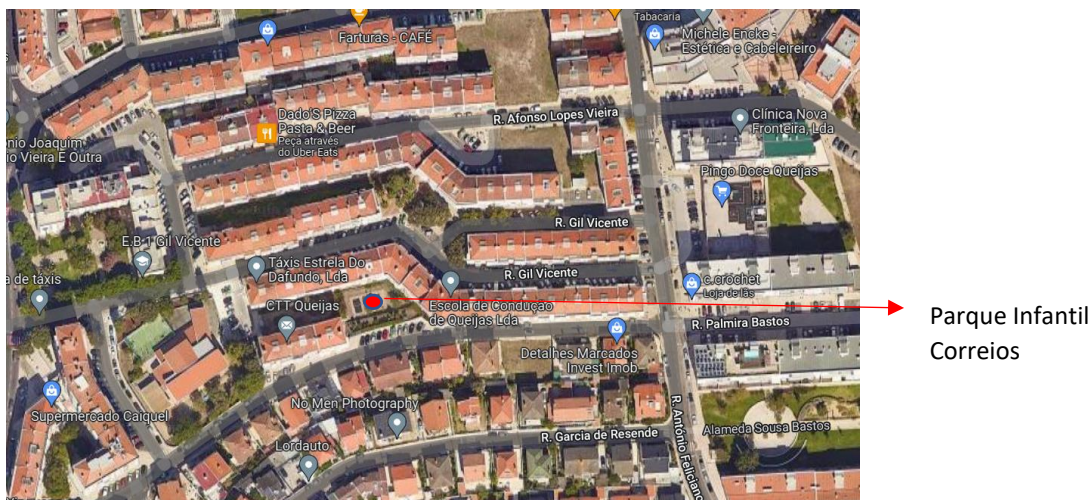


Fig. 27 - Localização do parque infantil N°35 - EJR Correios. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 12, tendo sido obtida a percentagem de 39.50% quanto à inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho. As observações técnicas que levaram a esta avaliação negativa foram várias, como o facto de o portão do parque ter apenas 68cm, não permitindo a entrada de cadeira de rodas, que precisam, universalmente, de 80cm e ainda a existência de um degrau na entrada do espaço que

reforça a exclusão de utilizadores incapacitados fisicamente. No interior do parque infantil o pavimento é em lajetas com bastante textura, propícias a causar quedas, sendo que os equipamentos se encontram em 2 caixas com pavimento amortecedor em placas de borracha. Também o painel informativo do parque tem, novamente, pouca visibilidade, sem indicações em áudio ou braile, excluindo neste caso o acesso de informação a pessoas cegas ou com baixa visão.

O resumo da avaliação realizada resulta no seguinte:

ORIENTAÇÃO 28,75%

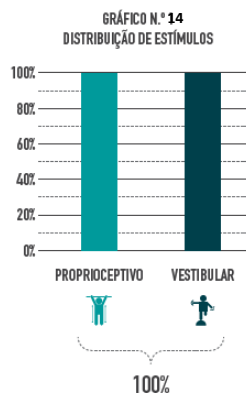
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ SUFICIENTE
PAINEL INFORMATIVO	⊘ INSUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	⊘ INSUFICIENTE

ACESSIBILIDADE 50,00%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ SUFICIENTE
	ENTRADA DO EJR	⊘ MAU
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	⊘ INSUFICIENTE

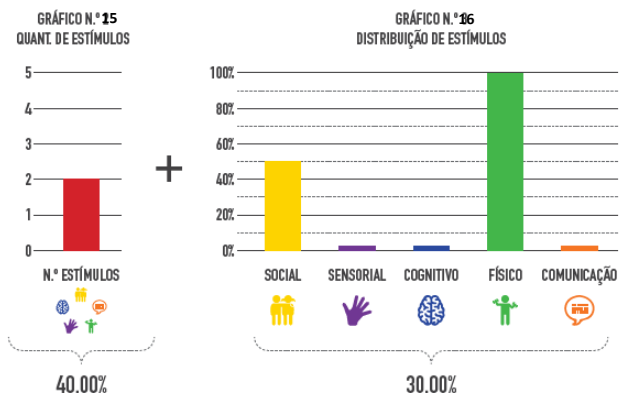
ESTÍMULOS 1 100%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ MUITO BOM



ESTÍMULOS 2 35,00%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ⊘ INSUFICIENTE



Na avaliação da orientação destacou-se como ponto positivo o bom acesso ao parque, que não foi suficiente para equilibrar a má avaliação que o painel informativo e os corredores de circulação em pavimento irregular obtiveram neste parâmetro de avaliação. Como dito anteriormente, a entrada no parque é pouco inclusiva, verificando-se pouca largura no portão e um degrau nesta única entrada no parque infantil. O pavimento em borracha é um fator positivo na avaliação da acessibilidade, pois permite uma fácil locomoção e os corredores de circulação entre equipamentos estão livres de obstáculos, sendo que um dos pontos essenciais a melhorar neste parâmetro de avaliação

será o difícil acesso aos equipamentos infantis que, mais uma vez, não têm em consideração os utilizadores com alguma incapacidade motora.

Para a melhoria imediata deste espaço de jogo e recreio sugerimos a remoção do portão e a sua substituição por outro com as medidas regulamentares, assim como a execução de uma pequena rampa junto à entrada, eliminando o degrau existente. Na envolvente às caixas, na zona das lajetas, existe bastante espaço para a colocação de mais equipamentos que promovam estímulos sensoriais, cognitivos e de comunicação, que foram completamente ignorados nos equipamentos presentes. Estes novos equipamentos podem ser, por exemplo, equipamentos musicais. Seria também benéfico substituir o painel existente, por um com informação em áudio ou em braile para melhorar a orientação e o acesso à informação por utilizadores com dificuldades visuais.

- EJR Guerra Junqueiro

Este espaço de jogo e recreio está localizado na freguesia de Barcarena, na Rua Guerra Junqueiro, tem o número 54 da listagem do município e foi visitado a 30 de fevereiro de 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Com base na caracterização previamente apresentada, sabemos que esta freguesia tem reduzida densidade populacional, tendo mais de 3000 habitantes declarado, nos censos de 2011, ter alguma incapacidade, pelo que é esperado encontrar um parque que não ignore as necessidades dos seus utilizadores, pois há uma grande probabilidade de alguns destes dados serem relativos a crianças a habitar na freguesia.

Este parque infantil foi construído no ano de 2013 e está posicionado no interior de um quarteirão, circundado por lugares de estacionamento, facto que permite o seu fácil acesso por parte de utilizadores com incapacidades físicas. Esta envolvente é, no entanto, pouco apelativa, com ausência total de vegetação. Este parque está localizado numa zona residencial, rodeada por importantes polos económicos, sendo de esperar que seja mais utilizado ao fim de semana e ao final do dia.

No anexo 13 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.

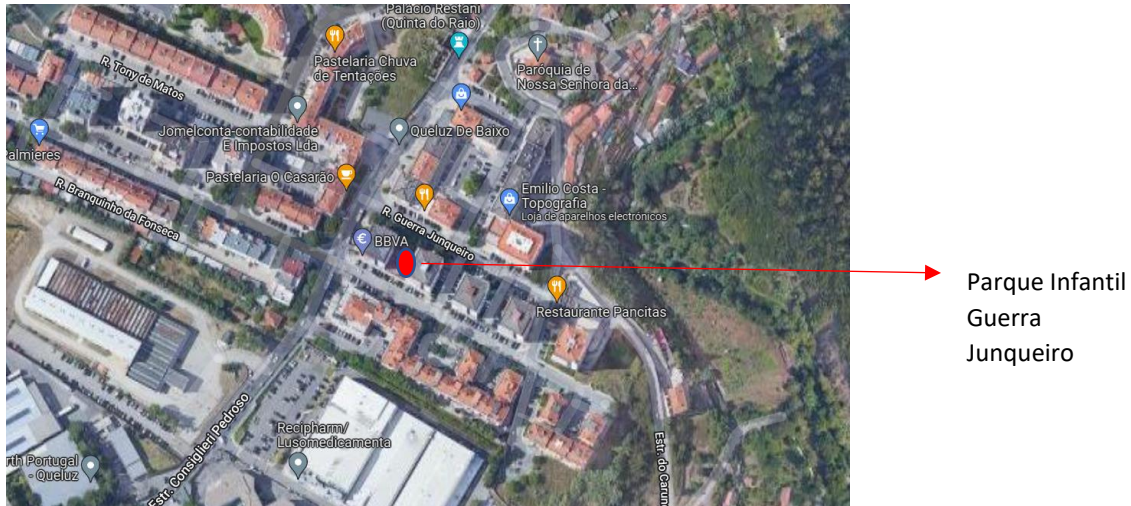


Fig. 28 - Localização do parque infantil N°54 - EJR Guerra Junqueiro: GoogleMaps. 09/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 14, tendo sido obtida a percentagem de 46.25%, quanto à inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho. Apesar deste valor, este é um espaço de jogo e recreio com boa acessibilidade, com passeios largos e lugares de estacionamento para deficientes junto à entrada do parque. A entrada no EJR é feita de nível e, dentro do parque infantil, a circulação pode ser feita em lajetas de betão, sem desníveis e com piso confortável. Também o mobiliário urbano está de acordo com o exigido nas normas, estando presentes o bebedouro e bancos para estadia, proporcionando conforto aos utilizadores e seus acompanhantes. Porém, infelizmente os equipamentos presentes não podem ser considerados inclusivos, do ponto de vista da integração de alguém com diferenças físicas ou cognitivas, dado a sua difícil acessibilidade e limitação a nível de atividades. Mais uma vez, o painel informativo tem pouca visibilidade e ausência de indicações em áudio ou em braile, excluindo o acesso de informação a pessoas cegas ou visão reduzida. Há a destacar a presença de máquinas de treino físico ao ar livre que possibilitam o contacto entre diferentes gerações neste local, o que é ainda mais importante numa freguesia com um elevado índice de envelhecimento.

O resumo dos resultados obtidos na avaliação é o seguinte:

ORIENTAÇÃO 35,00%

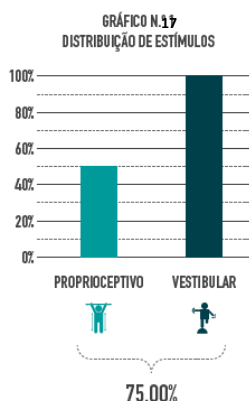
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ BOM
PAINEL INFORMATIVO	✘ INSUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM

ACESSIBILIDADE 69,44%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ BOM
	ENTRADA DO EJR	✔ BOM
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	✘ MAU

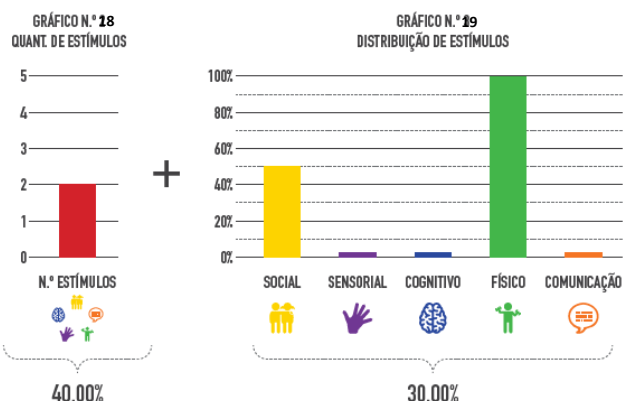
ESTÍMULOS 1 75,00%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ BOM



ESTÍMULOS 2 35,00%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ✘ INSUFICIENTE



A nível de orientação, como anteriormente referido, é um parque infantil que respeita os utilizadores com incapacidades, falhando apenas no tipo de painel informativo. A ponderação dada a este parâmetro de avaliação faz, no entanto com que o valor obtido na orientação seja insuficiente.

É um espaço com bons acessos, desimpedidos de obstáculos e a entrada no parque é feita através de um portão largo e com mola, facilitando a sua abertura por parte de alguém com incapacidades motoras. Por consequência, a avaliação obtida na acessibilidade também se revelou positiva, sendo que o único aspeto a melhorar é o tipo de equipamentos infantis que foram escolhidos para o parque. No entanto é mais uma vez de reforçar que, dado o ano de construção do parque – 2013 - não seria de esperar encontrar equipamentos com carácter inclusivo, dado não ser um tema muito abordado na área dos parques infantis antes do aparecimento da norma de 2015.

O EJR tem bastante espaço livre e, como sugestão de melhoria, recomendamos a instalação de novos equipamentos que proporcionem estímulos diferentes dos existentes, como o cognitivo, o sensorial ou a comunicação. Também seria benéfico complementar a informação do painel com informação, recorrendo a áudio ou braile, para melhorar a orientação e acesso à informação para todos os utilizadores.

- EJR Igreja de Leião

Este espaço de jogo e recreio, listado com número 51 da lista do município, situa-se na freguesia de Porto Salvo, na Estrada de Talaíde e foi visitado a 10 de fevereiro de 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este parque infantil foi construído no ano de 2017 e localiza-se numa zona residencial de reduzida dimensão e densidade populacional. Este parque está associado a uma igreja, o que permite antever que o parque terá picos de utilização mais elevada.

No anexo 15 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.

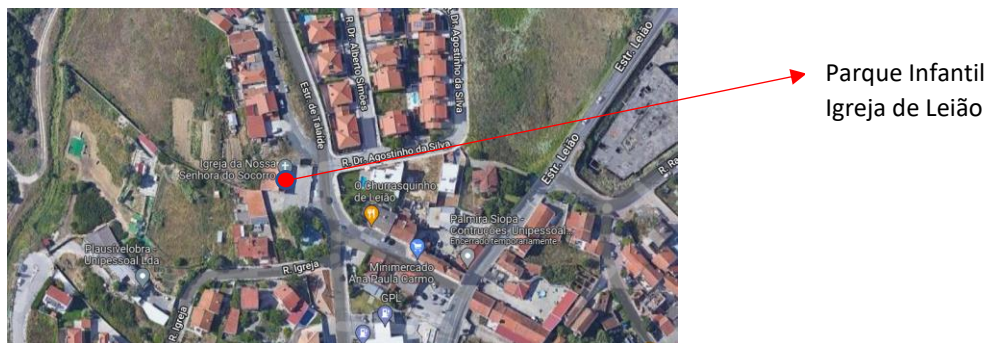


Fig. 29 - Localização do parque infantil Nº51 - EJR Igreja de Leião. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 16, tendo sido obtida a percentagem de 45.38%, quanto à inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho. O principal ponto que contribuiu para a avaliação negativa deste parque infantil foi o facto de, na zona da torre de atividades o pavimento amortecedor ser em piso de borracha contínua endurecida, sem capacidade de amortecimento e com a cor azul manchada e queimada pelo sol, revelando não estar em conformidade com as normas em vigor. Para além disso as chapas de identificação dos equipamentos estão ilegíveis ou sem qualquer informação e o painel informativo tem pouca visibilidade, sem indicações em áudio ou em braille, excluindo o acesso de informação a pessoas cegas ou com baixa visão. Por estar muito baixo, este painel informativo pode ser ainda um obstáculo físico para pessoas que utilizem os limites do parque para se orientarem nele.

A avaliação do parque pode ser resumida da seguinte forma:

ORIENTAÇÃO 50,00%

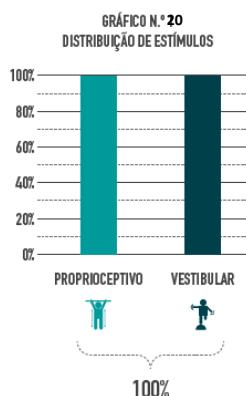
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔️ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔️ SUFICIENTE
PAINEL INFORMATIVO	✔️ SUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔️ SUFICIENTE

ACESSIBILIDADE 63,89%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	❌ INSUFICIENTE
	ENTRADA DO EJR	✔️ BOM
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔️ MUITO BOM
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔️ MUITO BOM
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	❌ MAU

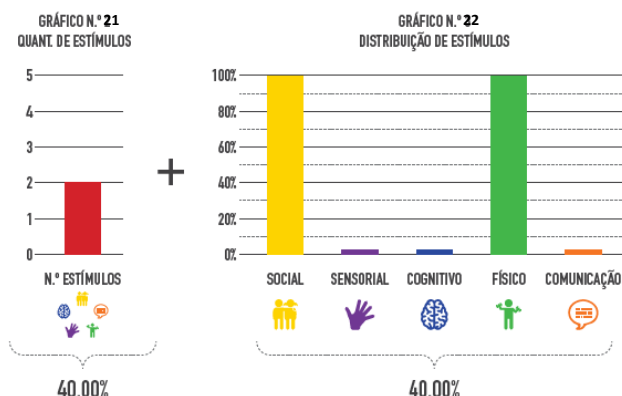
ESTÍMULOS 1 100%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔️ MUITO BOM



ESTÍMULOS 2 40,00%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ❌ INSUFICIENTE



A avaliação da acessibilidade e orientação resultou em percentagens bastante satisfatórias, sendo os únicos pontos a carecer de melhoria, os acessos na envolvente do parque, que consistem em pavimentos de calçada, muito desconfortáveis a alguém que circule de cadeira de rodas e a acessibilidade aos próprios equipamentos infantis, que não têm em consideração utilizadores com incapacidades motoras. Do ponto de vista dos estímulos a percentagem foi muito insatisfatória, sendo que não foram pensadas quaisquer atividades de estímulo sensorial, cognitivo ou de comunicação, o que significa que um utilizador com algum tipo de incapacidade não terá o prazer de usufruir do espaço de jogo e recreio.

Para criar estímulo sensorial seria interessante reforçar a vegetação, recorrendo a espécies aromáticas e aproveitando o canteiro existente dentro do EJR. No imediato sugerimos substituir a chapa de identificação nos equipamentos em que está ilegível, dada a sua obrigatoriedade segundo o Artigo 15º do DL 203/2015, e completar o painel de informação com recurso a áudio, para melhorar a orientação e acesso à informação. No futuro será interessante instalar equipamentos que promovam estímulos para além do físico e social.

- EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras

Este espaço de jogo e recreio, identificado com o número 122 na listagem do município, situa-se na freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, pertencente à união de freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, caracterizada pela elevada taxa de habitantes jovens. O parque em análise está localizado no passeio marítimo do município, mais especificamente na praia de Santo Amaro de Oeiras e foi visitado no dia 10 de fevereiro 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este espaço de jogo e recreio foi construído no ano de 2019 e está construído num local privilegiado, com acesso visual ao mar e acesso físico à areia. Para além disto, este parque infantil é próximo de um parque urbano de grandes dimensões e de um centro desportivo, e é atravessado por uma linha de água, sendo por isso um parque infantil muito visitado.

No anexo 17 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.

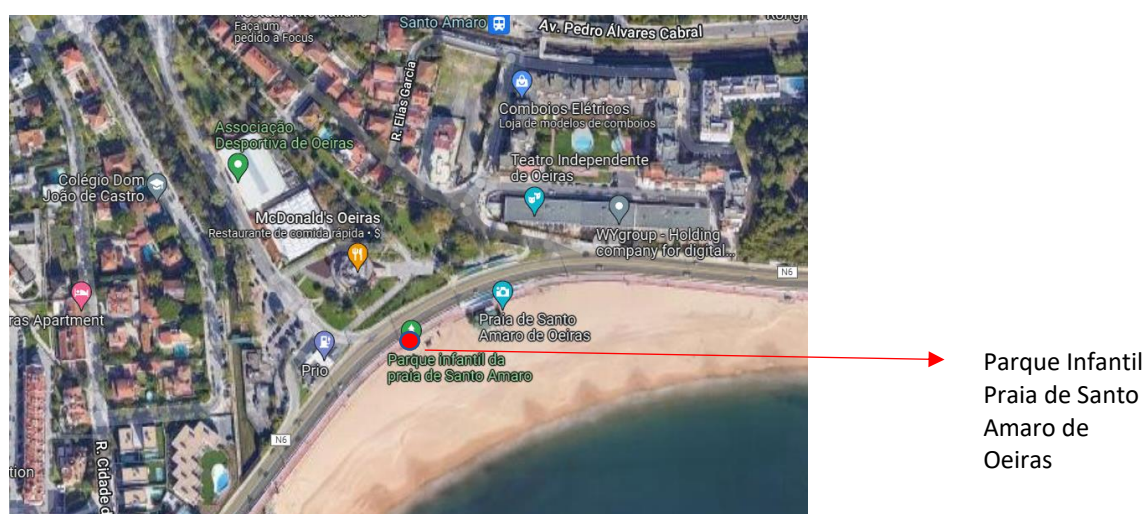


Fig. 30 - Localização do parque infantil Nº122 - EJR Praia de Santo Amaro de Oeiras. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 18, tendo sido obtida a percentagem de 45.38%, quanto à inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho. Este parque, apesar de ter uma envolvente muito apelativa, obteve uma pontuação bastante baixa em

relação aos parâmetros de segurança e inclusão. Os seus equipamentos foram instalados diretamente no areal da praia, sem pavimentos ou tapetes que permitam o acesso e circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

De seguida é apresentado o resumo da avaliação ao EJR, tal como foi apresentado no relatório de avaliação para a inclusão dos espaços de jogo e recreio do Município de Oeiras.

ORIENTAÇÃO 42,50%

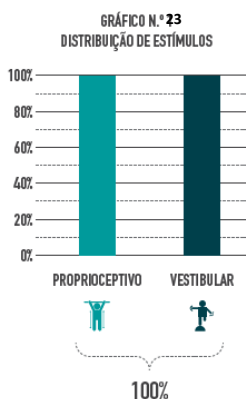
PERCURSO ATÉ AO EJR	⊘ MAU
ENTRADA NO EJR	⊘ INSUFICIENTE
PAINEL INFORMATIVO	✔ SUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	⊘ MAU

ACESSIBILIDADE 0,00%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	⊘ MAU
	ENTRADA DO EJR	⊘ MAU
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	⊘ MAU
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	⊘ MAU
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	⊘ MAU

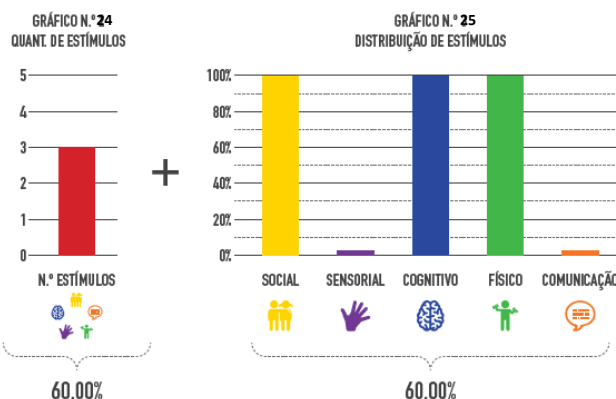
ESTÍMULOS 1 100%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ MUITO BOM



ESTÍMULOS 2 60,00%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ✔ SUFICIENTE



Como já referido, nos parâmetros que avaliam a acessibilidade ao espaço de jogo e recreio, a percentagem obtida foi insatisfatória, sendo que o único ponto que respeita tanto as normas como a inclusão é o painel informativo, que por ser recente, já contém informação em braille e está localizado 1m acima do solo, não representando um obstáculo à circulação. Mas foi a nível da avaliação da acessibilidade que o resultado foi pior, sendo que nenhum dos pontos avaliados conseguiu obter uma percentagem superior a zero. O facto de o pavimento do parque ser apenas em areia exclui completamente a possibilidade de utilização por parte de alguém que tenha incapacidades motoras, sendo que o acesso destas pessoas aos equipamentos também não foi considerado. É pesadoso perceber que este é um parque infantil recente e que apesar de toda a informação que atualmente existe sobre o tema da inclusão, o acesso e possibilidade de usufruir do espaço a pessoas com incapacidades foi completamente ignorado.

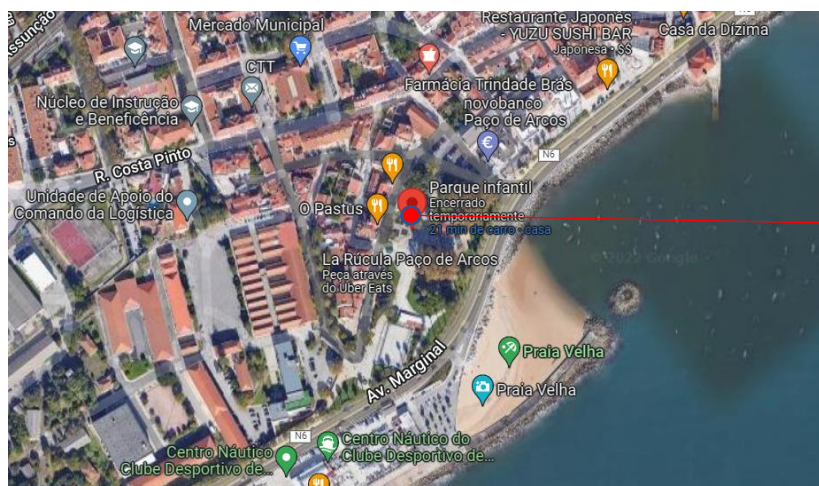
Para melhorar este espaço de jogo e recreio sugerimos que sejam adicionados equipamentos com estímulo sensorial e de comunicação, como jogos de areia e água que aproveitam os recursos existentes no local e estimulam a brincadeira criativa, sendo também importante criar corredores de acesso a crianças com dificuldades motoras, de forma a permitir que todos possam usufruir deste espaço de jogo e recreio com um potencial enorme dada a sua localização.

- EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos

Este espaço de jogo e recreio pertence à freguesia de Paço de Arcos, união de freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias; está localizado na Avenida Marquês de Pombal e está listado com o número 26, tendo sido visitado no dia 08 de fevereiro 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este parque infantil foi construído no ano de 2017 e enquadrado no Jardim Municipal de Paço de Arcos, beneficiando da presença de algumas árvores, que contribuem para o sombreamento parcial dos equipamentos, conferindo conforto térmico ao utilizador. Na sua proximidade é possível encontrar cafés e restaurantes, estando este parque infantil muito bem situado do ponto de vista paisagístico, dada a sua proximidade física e visual ao mar.

No anexo 19 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.



Parque Infantil
Jardim
Municipal de
Paço de Arcos

Fig. 31 - Localização do parque infantil N°26 - EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos. Fonte: GoogleMaps. 09/04/2022

A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 20 e a avaliação do espaço, quanto aos critérios de segurança e inclusão foi positiva, tendo atingido o valor de 58.50%. Este espaço de jogo e recreio está bem fornecido de mobiliário urbano bem como de papeleiras, bebedouro e bancos de estadia, aspetos que contribuem para o conforto do utilizador. Foram detetadas algumas anomalias relacionadas com a manutenção, como o equipamento “casa de brincar” que tinha 3 presas de escalada em falta e precisava de apertos. Para além disto, o parque encontra-se em bom estado de conservação. O aspeto recorrente e menos positivo que encontramos neste parque infantil foi o painel informativo, que tem pouca visibilidade e falta de indicações em áudio ou em braille excluindo, desta forma, o acesso de informação a pessoas cegas ou com baixa visão. Por estar muito baixo, mais uma vez pode ser um obstáculo a pessoas que utilizem os limites do parque para se orientarem.

De seguida é apresentado o resumo da avaliação ao EJR, tal como foi apresentado no relatório de avaliação para a inclusão dos espaços de jogo e recreio do Município de Oeiras.

ORIENTAÇÃO 35,00%

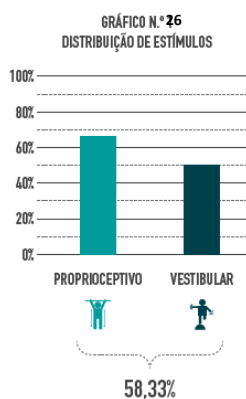
PERCURSO ATÉ AO EJR	✔ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	✔ BOM
PAINEL INFORMATIVO	✘ INSUFICIENTE
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM

ACESSIBILIDADE 72,22%

FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✔ MUITO BOM
	ENTRADA DO EJR	✔ SUFICIENTE
DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✔ MUITO BOM
	CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✔ MUITO BOM
	ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	✘ INSUFICIENTE

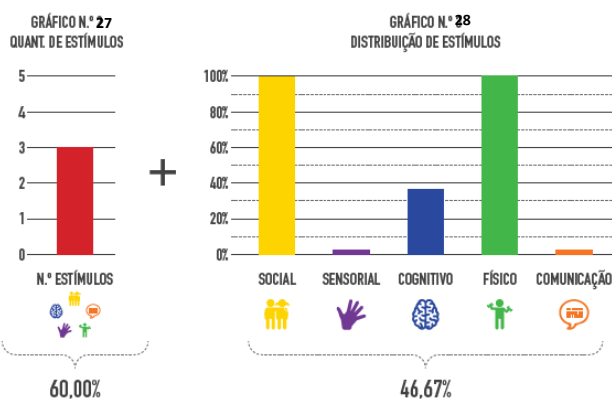
ESTÍMULOS 1 58,33%

PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ SUFICIENTE

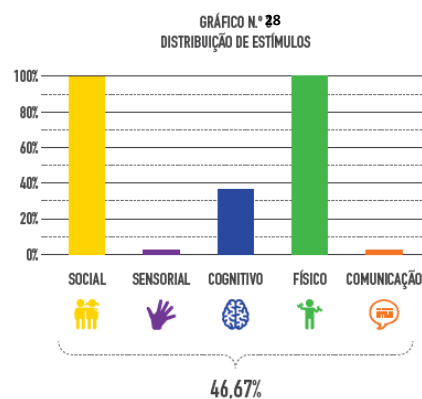


ESTÍMULOS 2 53,33%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ✔ SUFICIENTE



+



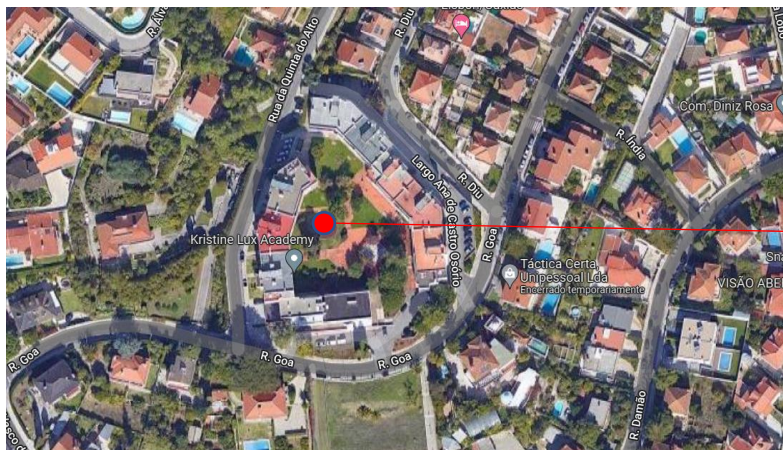
Para melhorar a avaliação no campo da orientação seria apenas necessário alterar o tipo de painel informativo, optando por um com braile ou informações áudio, dado que foi o único parâmetro a obter avaliação insuficiente. Os acessos e percursos até ao espaço de jogo e recreio são largos e desimpedidos de obstáculos, permitindo a livre circulação de pessoas que dificuldades motoras ou de visão. Também o pavimento é em borracha contínua, de longe, o melhor do ponto de vista inclusivo, pois não cria folgas que limitem a circulação. De forma a melhorar a avaliação do parque, sugerimos ampliar a oferta de equipamentos que promovam estímulos sensoriais e de comunicação, como painéis lúdicos ou equipamentos musicais, aproveitando o pavimento em lajetas existente dentro do recinto, fora das áreas de segurança dos equipamentos já existentes. É importante também colocar a chapa de identificação nos equipamentos onde está em falta ou está ilegível, dada a sua obrigatoriedade segundo o Artigo 15º do DL 203/2015; e recomendamos ainda complementar a informação do painel do parque com informação em áudio ou braile, para melhorar a orientação e possibilitar o acesso à informação por parte de utilizadores com dificuldades visuais.

- EJR Quinta do Alto

Este espaço de jogo e recreio está situado na freguesia de Caxias, também pertencente à união de freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e localiza-se na Rua Ana de Castro Osório, tendo o número 92 da listagem do município. Foi visitado no dia 8 de fevereiro de 2022, de forma a ser avaliada a sua aptidão de inclusão, bem como o cumprimento das normas em vigor.

Este parque infantil foi construído no ano de 2008 e está localizado numa zona residencial de reduzida densidade.

No anexo 21 deste documento é apresentada a lista de equipamentos infantis presentes no espaço de jogo e recreio analisado, bem como o levantamento fotográfico realizado no local, no dia da visita.



Parque Infantil Quinta do Alto

Fig. 32 - Localização do parque infantil N.º 92 - EJR Quinta do Alto. Fonte: GoogleMaps. 11/04/2022

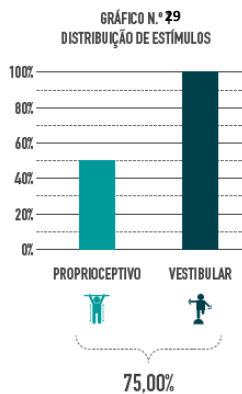
A tabela de avaliação deste EJR é possível consultar no anexo 22, tendo sido obtida a percentagem de 46.50%, quanto à inclusão. Este é um valor considerado insuficiente, neste estudo, dado estar abaixo dos 50%, o que significa que este espaço não obedece aos requisitos mínimos de inclusão, determinados pelo grupo de trabalho. O espaço de jogo e recreio tem na sua envolvente uma ampla zona relvada que, para além de ser visualmente agradável, também poderá servir para repouso. Porém, o equipamento “escorrega” estava fora de serviço por ter peças danificadas e o baloiço duplo só tinha um assento, limitando o carácter social do equipamento. Mais uma vez o painel informativo tem pouca visibilidade e ausência de informação em áudio ou em braile, excluindo o acesso de informação a pessoas cegas ou com baixa visão, podendo constituir um obstáculo à circulação, dada a sua localização na extremidade do parque infantil. É apresentado o resumo da avaliação obtida:

ORIENTAÇÃO		25,00%	ACESSIBILIDADE		72,22%
PERCURSO ATÉ AO EJR	❌ MAU		FORA DO EJR	NA PROXIMIDADE DO EJR	✅ SUFICIENTE
ENTRADA NO EJR	❌ INSUFICIENTE			ENTRADA DO EJR	✅ MUITO BOM
PAINEL INFORMATIVO	❌ INSUFICIENTE		DENTRO DO EJR	PAVIMENTOS E ACESSOS AO ESPAÇO DOS EQUIPAMENTOS	✅ MUITO BOM
CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✅ SUFICIENTE			CORREDORES DE CIRCULAÇÃO	✅ MUITO BOM
				ACESSIBILIDADE AO USO DOS EQUIPAMENTOS	❌ MAU

ESTÍMULOS 1

75,00%

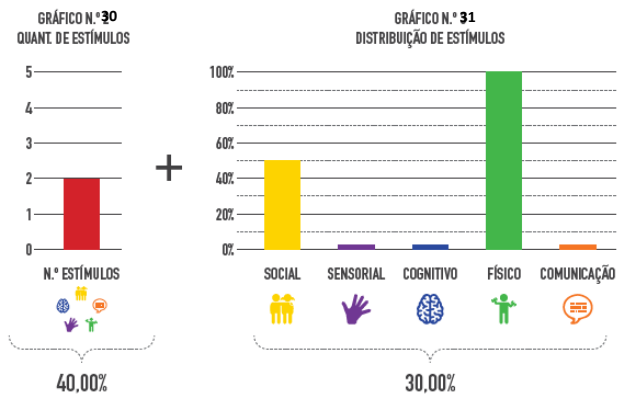
PROPRIOCEPTIVO E VESTIBULAR ✔ BOM



ESTÍMULOS 2

35,00%

SOCIAL, SENSORIAL, COGNITIVO, FÍSICO E COMUNICAÇÃO ✘ INSUFICIENTE



No campo da orientação a percentagem obtida não foi positiva, sendo que os acessos ao parque são através de relvado, o que pode limitar utilizadores em cadeiras de rodas ou outros tipos de auxiliares motores. Também a entrada no parque infantil não é inclusiva, dado a entrada tem uma dimensão de 68cm, excluindo desta forma a possibilidade de as cadeiras de rodas entrarem no espaço. Já na acessibilidade os valores foram melhores, sendo o único ponto a melhorar a acessibilidade aos equipamentos infantis existentes que, mais uma vez não têm em consideração utilizadores com incapacidades físicas. Do ponto de vista da avaliação dos estímulos a avaliação não foi suficiente, sendo que não existem equipamentos que permitam o estímulo cognitivo, sensorial ou de comunicação. Dado existir, na proximidade do parque infantil, uma zona ampla relvada, sugerimos a instalação de equipamentos que potenciem o nível inclusivo do EJR, como painéis lúdicos ou instrumentos musicais que, para além de terem pequenas dimensões, podem enriquecer muito o espaço e atrair mais utilizadores que, por norma, se afastam destes locais públicos de lazer por se sentirem pouco estimulados. Sugerimos também colocar chapas de identificação nos equipamentos em que está em falta e complementar o painel informativo com comunicação em áudio ou em braile, para melhorar a orientação e o acesso à informação para todos os utilizadores.

5.1.2 Análise aos espaços de jogo e recreio de Oeiras

As análises apresentadas, mesmo representando uma pequena amostragem da totalidade dos espaços pertencentes ao estudo, permitem perceber que a maioria das avaliações aos espaços de jogo e recreio resultaram em percentagens consideradas insatisfatórias para os parâmetros determinados. Apesar disso, as alterações sugeridas para melhoria dos espaços não são, na sua maioria, de grande exigência construtiva, simplificando o processo de transformação dos parques infantis em espaços mais inclusivos.

As tabelas que se seguem apresentam os dados obtidos nas avaliações realizadas a todos os espaços de jogo e recreio do município de Oeiras. Estes dados permitem confirmar a tendência dos resultados obtidos nos 10 casos de estudo anteriormente apresentados e completar a informação requerida pelo requerente do estudo.

A classificação inclusiva final é o índice que representa a relação entre a avaliação global da inclusão e os parâmetros que avaliam a conformidade dos espaços, mediante as normas em vigor, nos espaços de jogo e recreio. Dos 82 espaços de jogo e recreio analisados pelo grupo de trabalho, obtiveram-se os seguintes resultados na classificação inclusiva final:

- 4 EJR com classificação final de Mau (percentagem entre 0 e 19%)
- 65 EJR com classificação final de Insuficiente (percentagem entre 20 e 49%)
- 13 EJR com classificação final de Suficiente (percentagem entre 50 e 69%)
- 0 EJR com classificação final de Bom (percentagem entre 70 e 89%)
- 0 EJR com classificação final de Muito Bom (percentagem entre 90 e 100%)

Estes resultados relativos à avaliação de todos os espaços de jogo e recreio do concelho de Oeiras, revelam que cerca de 84,14% dos espaços não têm condições para serem considerados espaços seguros e inclusivos e que apenas uma pequena parte, cerca de 15,86%, reúne condições mínimas, ainda que não ideais, para serem utilizados por todas as pessoas, sendo estes considerados potencialmente inclusivos.

De seguida são apresentadas as tabelas que permitem conhecer os resultados das avaliações realizadas, por união de freguesia. A avaliação global representa a média das

percentagens obtidas nos estímulos avaliados em cada espaço de jogo e recreio e é um importante indicador de avaliação de inclusão nos espaços de jogo e recreio.

Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada (17 espaços de jogo e recreio)

Quanto à avaliação da inclusão, expressada pela avaliação global, obtiveram-se os seguintes resultados nesta união de freguesia:

- 0 EJR tiveram avaliação de Mau (percentagem entre 0 e 19%)
- 14 EJR tiveram avaliação de Insuficiente (percentagem entre 20 e 49%)
- 3 EJR tiveram avaliação de Suficiente (percentagem entre 50 e 69%)
- 0 EJR tiveram avaliação de Bom (percentagem entre 70 e 89%)
- 0 EJR tiveram avaliação de Muito Bom (percentagem entre 90 e 100%)

NOME DO PARQUE	AValiação GLOBAL	AValiação GLOBAL (%)	ORIENTAÇÃO	ACESSIBILIDADE	ESTÍMULOS 1	ESTÍMULOS 2
EJR JARDIM DOS INCENSOS Nº30	SUFICIENTE	54,50%	32,50%	63,89%	50,00%	52,00%
PARQUE URBANO PROF FRANCISCO CALDERA CABRAL Nº46	INSUFICIENTE	35,63%	30,00%	16,67%	80,00%	50,00%
EJR PARQUE URBANO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO Nº75	INSUFICIENTE	22,00%	30,00%	16,67%	70,00%	49,00%
EF PARQUE URBANO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO Nº14	INSUFICIENTE	22,00%	30,00%	13,89%	31,25%	32,50%
JARDIM DE INFÂNCIA LUISA DUCLA SOARES Nº89	SUFICIENTE	59,13%	66,67%	68,75%	33,33%	56,67%
JARDIM MUNICIPAL DE ALGÉS Nº1	INSUFICIENTE	46,25%	35,00%	69,44%	71,43%	35,71%
PI QUINTA DA FORMIGA Nº29	INSUFICIENTE	35,38%	26,25%	47,22%	83,33%	36,67%
EJR ALTO DE ALGÉS Nº22	INSUFICIENTE	34,88%	32,50%	46,44%	100,00%	40,00%
PI D JOANA PEDROSO ALVES Nº7	INSUFICIENTE	46,38%	35,00%	69,44%	100,00%	40,00%
PI DA EBI DOM PEDRO V Nº55	INSUFICIENTE	25,50%	41,67%	25,00%	70,00%	46,00%
EF JARDIM DAS TÍLIAS Nº10	INSUFICIENTE	40,50%	5,00%	63,89%	16,67%	36,67%
PI CENTRAL ELEVATORIA Nº9	INSUFICIENTE	38,50%	32,50%	52,78%	83,33%	36,67%
EB JI JOSÉ MARTINS Nº93	INSUFICIENTE	26,50%	50,00%	22,92%	50,00%	40,00%
PALÁCIO DOS ACIPRESTES Nº70	SUFICIENTE	61,00%	33,75%	77,78%	80,00%	62,00%
EJR JARDIM DOS PLÁTANOS Nº11	INSUFICIENTE	42,13%	32,50%	61,11%	58,33%	48,33%
ALTO DE SANTA CATARINA Nº12	INSUFICIENTE	48,38%	32,50%	75,00%	58,33%	48,33%
EF DO JARDIM DO ALTO DE SANTA CATARINA Nº57	INSUFICIENTE	29,50%	7,50%	38,89%	25,00%	32,50%

Tabela 3. Avaliação global dos 17 EJR da união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada. Fonte: Play Planet

Os resultados apresentados revelam que a grande maioria dos espaços avaliados, cerca de 82,35%, não oferece condições mínimas para serem considerados espaços inclusivos. É também possível perceber que apenas uma pequena percentagem, cerca de 17,65%,

obteve uma classificação positiva, mas com percentagens pouco expressivas, o que revela a necessidade de intervenção nestes espaços.

Na análise ao cumprimento das Normas Legais em Vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 203/2015 de 17 de setembro e as normas EN1176 e EN117, o resultado foi que, nos 17 EJR existem 11 espaços em inconformidade com os requisitos de segurança. Algumas inconformidades são de fácil resolução, como a colocação das chapas de identificação nos equipamentos, mas, mais graves, são os incumprimentos por pisos com desgaste ou com espessuras não conformes com os requisitos de segurança. A tabela seguinte apresenta os parâmetros considerados na tabela de avaliação, presente no anexo 2 deste documento, relacionados com as normas em vigor e que grupo de trabalho considerou pertinentes avaliar neste projeto, dado terem impacto na qualidade e segurança dos espaços de jogo e recreio. A classificação inclusiva final é, portanto, o resultado do somatório da avaliação global e da avaliação destes mesmos parâmetros.

NOME DO PARQUE	SEM CHAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONFORME OS REQUISITOS DO ARTº 15 DO DECRETO-LEI Nº203/2015, OU ILEGÍVEL	PAVIMENTO AMORTECEDOR NÃO CONFORME (ARÉO, PLACAS OU PISO CONTÍNUO COM PROFUNDIDADE MENOR DO QUE A NECESSÁRIA), E OU COM VISÍVEL PERDA DE AMORTECIMENTO	EQUIPAMENTOS MAL INSTALADOS, OU NÃO CUMPRINDO AS ÁREAS DE SEGURANÇA	EQUIPAMENTOS COM FALTA DE PEÇAS, A NECESSITAR REPARAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO INCLUSIVA FINAL
EJR JARDIM DOS INCENSOS, Nº30	X				SUFICIENTE
PARQUE URBANO PROF FRANCISCO CALDERA CABRAL, Nº 46	X	X			INSUFICIENTE
EJR PARQUE URBANO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO, Nº 75	X	X	X	X	INSUFICIENTE
JARDIM DE INFÂNCIA LUÍSA DUCLA SOARES, Nº 76	X	X	X		SUFICIENTE
JARDIM MUNICIPAL DE ALGÉS, Nº 1	X				INSUFICIENTE
PI D JOANA PEDROSO ALVES, Nº 7		X			INSUFICIENTE
EB JI JOSÉ MARTINS, Nº 93	X			X	INSUFICIENTE
PALÁCIO DOS ACIPRESTES, Nº 70				X	SUFICIENTE
EJR JARDIM DOS PLÁTANOS Nº 11	X	X			INSUFICIENTE
ALTO DE SANTA CATARINA, Nº 12	X	X			INSUFICIENTE
EF DO JARDIM DO ALTO DE SANTA CATARINA, Nº 57	X	X		X	INSUFICIENTE

Tabela 4. Avaliação segundo as normas e classificação final relativa aos 17 EJR da união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada. Fonte: Play Planet

Neste cruzamento entre a avaliação global da inclusão e a avaliação do cumprimento das normas em vigor, apenas 17.6% dos espaços de jogo e recreio obtiveram avaliação de suficiente, reforçando a necessidade de intervenção nestes espaços do município. Os EJR com classificação inclusiva negativa e várias inconformidades legais deverão ser os primeiros a ser intervencionados, como é exemplo o EJR nº 75. Noutra situação surge o EJR nº 76 que, apesar de ter merecido uma avaliação inclusiva de suficiente, tem equipamentos que não cumprem as áreas de segurança exigidas, pelo que representa risco elevado para a segurança dos utilizadores. Este é um exemplo de um parque com classificação positiva ao nível de inclusão, mas que tem de obrigatoriamente ser revisto, dada a sua inconformidade legal.

Carnaxide e Queijas (17 espaços de jogo e recreio)

- 0 EJR com avaliação de Mau (percentagem entre 0 e 19%)
- 14 EJR com avaliação de Insuficiente (percentagem entre 20 e 49%)
- 3 EJR com avaliação de Suficiente (percentagem entre 50 e 69%)
- 0 EJR com avaliação de Bom (percentagem entre 70 e 89%)
- 0 EJR com avaliação de Muito Bom (percentagem entre 90 e 100%)

NOME DO PARQUE	AValiação GLOBAL	AValiação GLOBAL (%)	ORIENTAÇÃO	ACESSIBILIDADE	ESTÍMULOS 1	ESTÍMULOS 2
PI ALTO DOS BARRINHOS N°4	INSUFICIENTE	43,00%	52,50%	58,33%	70,00%	34,00%
PI NOVA CANAXIDE N°84	INSUFICIENTE	20,25%	52,80%	8,33%	41,67%	35,00%
PI PÁTIO DOS CAVALEIROS N°38	SUFICIENTE	50,38%	52,80%	69,44%	50,00%	32,50%
EF PÁTIO DOS CAVALEIROS N°38A	INSUFICIENTE	48,00%	5,00%	75,00%	30,00%	38,00%
EJR JARDIM QUINTA DE SALLES N°80	INSUFICIENTE	20,75%	41,25%	11,11%	100,00%	40,00%
PI FERNANDO PESSOA-JARDIM DO CENTRO CÍVICO N°6	INSUFICIENTE	41,38%	36,25%	58,33%	70,00%	40,00%
EJR BAIRRO LUTA PELA CASA_68	SUFICIENTE	55,75%	32,50%	66,67%	62,50%	50,00%
EB N° SRA DO AMPARO-JARDIM DE INFÂNCIA DE CARNAXIDE N°100	INSUFICIENTE	16,25%	41,67%	12,50%	37,50%	32,50%
EJR AMÉLIA REY COLAÇO N°66	INSUFICIENTE	47,63%	51,25%	69,44%	40,00%	48,00%
PI CESÁRIO VERDE N°5	INSUFICIENTE	22,63%	47,50%	13,89%	66,67%	33,33%
PI PRAZOS III N°43	INSUFICIENTE	20,88%	31,25%	13,89%	83,33%	40,00%
PI PRAZOS I N°42	MAU	19,75%	31,25%	11,11%	100,00%	40,00%
EB JI CESÁRIO VERDE N°106	SUFICIENTE	57,13%	58,33%	64,58%	50,00%	62,00%
PI PRAZOS N°44	INSUFICIENTE	41,00%	32,50%	33,33%	100,00%	55,00%
PI JARDIM DOS CORREIOS N°35	INSUFICIENTE	39,50%	28,75%	50,00%	100,00%	35,00%
PI ALAMEDA DE QUEIJAS N°36	INSUFICIENTE	29,25%	31,25%	8,33%	37,50%	45,00%
PI CASAL DO LAMEIRO N°32	INSUFICIENTE	44,13%	27,50%	66,67%	66,67%	40,00%

Tabela 5. Avaliação global dos 17 EJR da união de freguesias de Carnaxide e Queijas. Fonte: Play Planet

Esta tabela revela que a grande maioria dos espaços avaliados nesta união de freguesias, cerca de 82,35%, não tem condições para serem considerados espaços seguros, agradáveis ou inclusivos. Apenas uma pequena parte, cerca de 17,65%, obteve uma classificação positiva, mas apenas suficiente.

Na análise em termos de cumprimento das Normas Legais em vigor (Decreto-Lei nº 203/2015 de 17 de setembro e as normas EN1176 e EN117), 12 espaços de jogo e recreio estão em inconformidade com os requisitos de segurança aplicáveis, tal como pode ser observado na tabela que se segue, o que resulta na classificação final positiva de apenas 2 espaços.

NOME DO PARQUE	SEM CHAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONFORME OS REQUISITOS DO ARTº 15 DO DECRETO-LEI Nº 203/2015, OU ILEGÍVEL	PAVIMENTO AMORTECEDOR NÃO CONFORME (ARÉAO, PLACAS OU PISO CONTÍNUO COM PROFUNDIDADE MENOR DO QUE A NECESSÁRIA), E OU COM VISÍVEL PERDA DE AMORTECIMENTO	EQUIPAMENTOS MAL INSTALADOS, OU NÃO CUMPRINDO AS ÁREAS DE SEGURANÇA	EQUIPAMENTOS COM FALTA DE PEÇAS, A NECESSITAR REPARAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO INCLUSIVA FINAL
EJR JARDIM QUINTA DE SALLES, Nº 80	X	X			INSUFICIENTE
PI FERNANDO PESSOA-JARDIM DO CENTRO CÍVICO, Nº 6	X	X			INSUFICIENTE
EJR AMÉLIA REY COLAÇO, Nº 66	X		X		INSUFICIENTE
PI CESÁRIO VERDE, Nº 5	X	X	X		INSUFICIENTE
PI PRAXIS II, Nº 43		X			INSUFICIENTE
PI PRAXIS I, Nº 42		X			INSUFICIENTE
PI ALAMEDA DE QUEIJAS, Nº 36	X	X		X	INSUFICIENTE
PI CASAL DO LAMEIRO, Nº 32	X	X	X		INSUFICIENTE
PI ALTO DOS BARRONHOS, Nº 4	X			X	INSUFICIENTE
PI PÁTIO DOS CAVALEIROS, Nº 38	X				SUFICIENTE
EB Nº SRA DO AMPARO-JARDIM DE INFÂNCIA DE CARNAXIDE, Nº 100	X				INSUFICIENTE
EB JI CESÁRIO VERDE, Nº 106	X				SUFICIENTE

Tabela 6. Avaliação segundo as normas e classificação final dos 17 EJR da união de freguesias de Carnaxide e Queijas. Fonte: Play Planet

Relacionando a avaliação global e a avaliação das normas, resultaram espaços de jogo e recreio com classificação em termos de inclusão negativa, mas também com várias inconformidades legais, pelo que estes deverão ser os primeiros a ser intervencionados. Nestes casos a requalificação geral do EJR é urgente e pode e deve passar por uma abordagem de requalificação também inclusiva.

Neste estudo destacam-se de forma positiva os EJR 38 e 106 que, apesar de não apresentarem as chapas de identificação de alguns equipamentos, apresentam potencial inclusivo e é muito fácil pô-los em conformidade com as normas.

Barcarena (14 espaços de jogo e recreio)

- 1 EJR com avaliação de Mau (percentagem entre 0 e 19%)
- 11 EJR com avaliação de Insuficiente (percentagem entre 20 e 49%)
- 2 EJR com avaliação de Suficiente (percentagem entre 50 e 69%)
- 0 EJR com avaliação de Bom (percentagem entre 70 e 89%)
- 0 EJR com avaliação de Muito Bom (percentagem entre 90 e 100%)

NOME DO PARQUE	AVALIAÇÃO GLOBAL	AVALIAÇÃO GLOBAL (%)	ORIENTAÇÃO	ACESSIBILIDADE	ESTÍMULOS 1	ESTÍMULOS 2
EJR EB1 SÃO BENTO Nº99	INSUFICIENTE	49,38%	58,33%	75,00%	50,00%	40,00%
EJR EB1 JI JORGE MINEIRO Nº90	INSUFICIENTE	39,63%	58,33%	56,17%	50,00%	40,00%
EJR ALAMEDA ARMINDO DE CARVALHO Nº40	INSUFICIENTE	45,50%	28,75%	69,44%	66,29%	36,29%
EJR GUERRA JUNQUEIRO Nº54	INSUFICIENTE	46,25%	35,00%	69,44%	75,00%	35,00%
EF GUERRA JUNQUEIRO Nº119	INSUFICIENTE	46,00%	35,00%	69,44%	25,00%	40,00%
EB1 SANTO ANTÔNIO DE TERCENA Nº112	SUFICIENTE	58,13%	66,67%	66,67%	28,57%	61,43%
EJR PRACETA DAS FORÇAS ARMADAS Nº37	INSUFICIENTE	43,00%	28,75%	63,89%	50,00%	40,00%
EJR COLINAS DO GOLF Nº95	MAU	18,38%	32,50%	8,33%	66,67%	36,67%
EJR QUINTA DO SOBREIRO Nº41	INSUFICIENTE	48,00%	55,00%	63,89%	38,89%	47,78%
EJR DE BARCARENA Nº69	INSUFICIENTE	49,63%	33,75%	52,78%	66,67%	53,33%
EJR QUINTA DA POLITEIRA Nº76	INSUFICIENTE	32,88%	51,25%	36,11%	75,00%	35,00%
EJR FERRARIAS D'EL REI Nº87	INSUFICIENTE	37,38%	45,00%	47,22%	100,00%	40,00%
EJR MOINHO DAS ROLAS Nº81	SUFICIENTE	56,50%	53,75%	63,89%	41,67%	55,00%
EF MOINHO DAS ROLAS Nº81A	INSUFICIENTE	45,50%	53,75%	63,89%	50,00%	40,00%

Tabela 7. Avaliação global dos 14 EJR da freguesia de Barcarena. Fonte: Play Planet

O resultado da avaliação global revela que a grande maioria, cerca de 85,71%, não têm condições para serem considerados espaços inclusivos, e que apenas cerca de 14,29% obteve uma classificação positiva.

Na análise do cumprimento das normas legais em vigor, destes 14 EJR, 10 espaços estão em inconformidade com os requisitos de segurança aplicáveis. Destas inconformidades há algumas de fácil e rápida solução, como a colocação das chapas de identificação nos equipamentos, como é o exemplo dos EJR 69 e 41. Mais graves são os incumprimentos por pisos com desgaste ou com espessura não conforme; nestes casos, sugere-se uma intervenção imediata.

NOME DO PARQUE	SEM CHAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONFORME OS REQUISITOS DO ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº203/2015, OU ILEGÍVEL.	PAVIMENTO AMORTECEDOR NÃO CONFORME (AREÃO, PLACAS OU PISO CONTÍNUO COM PROFUNDIDADE MENOR DO QUE A NECESSÁRIA), E OU COM VISÍVEL PERDA DE AMORTECIMENTO	EQUIPAMENTOS MAL INSTALADOS, OU NÃO CUMPRINDO AS ÁREAS DE SEGURANÇA	EQUIPAMENTOS COM FALTA DE PEÇAS, A NECESSITAR REPARAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO INCLUSIVA FINAL
EJR EB1 SÃO BENTO, Nº 99		X			INSUFICIENTE
EJR EB1 JI JORGE MINEIRO, Nº 90			X		INSUFICIENTE
EJR ALAMEDA ARMINDO DE CARVALHO, Nº 40	X	X	X		INSUFICIENTE
EB1 SANTO ANTÔNIO DE TERCENA, Nº 112	X	X	X		SUFICIENTE
EJR QUINTA DA POLITEIRA Nº 76	X	X		X	INSUFICIENTE
EJR FERRARIAS D'EL REI Nº 87		X			INSUFICIENTE
EJR MOINHO DAS ROLAS, Nº 81	X	X			SUFICIENTE
EF MOINHO DAS ROLAS, Nº 81A		X			INSUFICIENTE
EJR QUINTA DO SOBREIRO, Nº 41	X				INSUFICIENTE
EJR DE BARCARENA, Nº 69	X				INSUFICIENTE

Tabela 8. Avaliação segundo as normas e classificação final dos 14 EJR da freguesia de Barcarena. Fonte: Play Planet

O cruzamento entre os resultados da classificação inclusiva e da avaliação do cumprimento das normas indica espaços com classificação final insuficiente, pelo que estes deverão ser os primeiros a ser intervencionados, exemplo dos EJR Nº 90, 40, 76 e 81A. Nestes casos a requalificação do espaço é urgente e deve passar por uma abordagem de requalificação também inclusiva.

Porto Salvo (7 espaços de jogo e recreio)

- 0 EJR com avaliação de Mau (percentagem entre 0 e 19%)
- 7 EJR com avaliação de Insuficiente (percentagem entre 20 e 49%)
- 0 EJR com avaliação de Suficiente (percentagem entre 50 e 69%)
- 0 EJR com avaliação de Bom (percentagem entre 70 e 89%)
- 0 EJR com avaliação de Muito Bom (percentagem entre 90 e 100%)

NOME DO PARQUE	AValiação GLOBAL	AValiação GLOBAL (%)	ORIENTAÇÃO	ACESSIBILIDADE	ESTÍMULOS 1	ESTÍMULOS 2
EJR PARQUE URBANO DE TALAÍDE Nº45	INSUFICIENTE	26,25%	48,75%	22,22%	66,67%	36,67%
EJR BAIRRO DOS NAVEGADORES Nº110	INSUFICIENTE	33,25%	55,00%	36,11%	87,50%	40,00%
EJR IGREJA DE LEÃO Nº51	INSUFICIENTE	45,38%	50,00%	63,89%	100,00%	40,00%
EJR LÊBES DE PORTO SALVO Nº82	INSUFICIENTE	40,13%	50,00%	52,78%	50,00%	40,00%
EJR CASAL DO DESERTO Nº88	INSUFICIENTE	21,88%	42,50%	13,89%	66,67%	36,67%
EJR JI EB1 PORTO SALVO Nº105	INSUFICIENTE	47,75%	66,67%	70,83%	50,00%	40,00%
EJR EB1 JOAQUIM MATIAS Nº97	INSUFICIENTE	45,63%	66,67%	66,67%	33,33%	46,67%

Tabela 9. Avaliação da global dos 7 EJR da freguesia Porto Salvo. Fonte: Play Planet

O resultado da avaliação global dos espaços de jogo e recreio desta freguesia revela que nenhum dos parques reúne condições mínimas para serem considerados espaços seguros e agradáveis.

Também na avaliação das normas legais em vigor, 5 espaços estão em inconformidade com os requisitos de segurança aplicáveis.

NOME DO PARQUE	SEM CHAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONFORME OS REQUISITOS DO ARTº 15 DO DECRETO-LEI Nº203/2015, OU ILEGÍVEL	PAVIMENTO AMORTECEDOR NÃO CONFORME (ARÉAO, PLACAS OU PISO CONTÍNUO COM PROFUNDIDADE MENOR DO QUE A NECESSÁRIA), E OU COM VISÍVEL PERDA DE AMORTECIMENTO	EQUIPAMENTOS MAL INSTALADOS, OU NÃO CUMPRINDO AS ÁREAS DE SEGURANÇA	EQUIPAMENTOS COM FALTA DE PEÇAS, A NECESSITAR REPARAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO INCLUSIVA FINAL
EJR PARQUE URBANO DE TALAÍDE, Nº 45	X			X	INSUFICIENTE
EJR BAIRRO DOS NAVEGADORES, Nº 110			X	X	INSUFICIENTE
EJR IGREJA DE LEÃO, Nº 51	X	X			INSUFICIENTE
EJR CASAL DO DESERTO, Nº 88		X			INSUFICIENTE
EJR JEBI PORTO SALVO, Nº 105	X			X	INSUFICIENTE

Tabela 10. Avaliação segundo as normas e classificação final dos 7 EJR da freguesia Porto Salvo. Fonte: Play Planet

Os EJR com classificação inclusiva negativa e também com inconformidades legais graves, deverão ser os primeiros a ser intervencionados, exemplo dos EJR Nº 110, 51, 88 e 105. Nestes casos a requalificação do EJR é urgente e deve passar por uma abordagem de requalificação também inclusiva.

Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (27 espaços de jogo e recreio)

- 2 EJR com avaliação de Mau (percentagem entre 0 e 19%)
- 20 EJR com avaliação de Insuficiente (percentagem entre 20 e 49%)
- 5 EJR com avaliação de Suficiente (percentagem entre 50 e 69%)
- 0 EJR com avaliação de Bom (percentagem entre 70 e 89%)
- 0 EJR com avaliação de Muito Bom (percentagem entre 90 e 100%)

NOME DO PARQUE	AValiação GLOBAL	AValiação GLOBAL (1.)	ORIENTAÇÃO	ACESSIBILIDADE	ESTÍMULOS 1	ESTÍMULOS 2
EJR PRAIA SANTO AMARO DE OeIRAS Nº122	INSUFICIENTE	27,00%	42,50%	0,00%	100,00%	60,00%
EJR PRAIA DA TORRE Nº126	MAU	15,50%	40,00%	0,00%	100,00%	60,00%
EJR DA MEDROSA Nº15	INSUFICIENTE	47,25%	33,70%	72,22%	60,00%	36,00%
EJR J. EB1 BESSA MOURAS Nº95	INSUFICIENTE	47,50%	50,33%	70,83%	33,33%	33,33%
EJR NOVA OeIRAS Nº86	INSUFICIENTE	32,00%	55,00%	33,33%	75,00%	36,67%
EJR JARDIM MUNICIPAL DE OeIRAS Nº16	INSUFICIENTE	30,63%	25,00%	72,22%	70,00%	30,00%
EJR QUINTA DO ESMERALDO Nº24	INSUFICIENTE	43,63%	33,75%	63,89%	75,00%	35,00%
EJR JARDIM DOS ARCOS Nº20	INSUFICIENTE	34,80%	35,00%	44,44%	50,00%	32,00%
PARQUE DOS POETAS II Nº111	INSUFICIENTE	46,30%	13,75%	75,00%	41,67%	36,67%
EJR PARQUE DOS POETAS I Nº72	INSUFICIENTE	45,75%	31,25%	69,44%	40,00%	44,00%
EJR EB J. GOMES FREIRA DE ANDRADE Nº104	SUFICIENTE	50,50%	16,67%	60,75%	57,14%	51,63%
EJR QUINTA DAS PALMEIRAS Nº23	INSUFICIENTE	43,63%	32,50%	50,33%	40,00%	44,00%
EJR J. EB1 SÁ DE MIRANDA Nº109	MAU	14,80%	0,00%	4,17%	75,00%	35,00%
EJR PASSEIO AUGUSTO ABELARA Nº117	SUFICIENTE	54,50%	53,75%	77,70%	100,00%	40,00%
EF PASSEIO AUGUSTO ABELARA Nº117A	SUFICIENTE	51,75%	5,00%	77,70%	25,00%	35,00%
EJR BENTO JESUS CARAÇA Nº21	SUFICIENTE	56,75%	55,00%	63,89%	60,00%	50,00%
EF BENTO JESUS CARAÇA Nº58	INSUFICIENTE	40,00%	55,00%	69,44%	25,00%	37,50%
EJR PARQUE INFANTIL NOVA MORADA Nº59	INSUFICIENTE	45,50%	30,00%	44,44%	50,00%	50,00%
EJR EB1 E J. MARA LUCIANA SERUCA Nº96	INSUFICIENTE	47,80%	64,67%	70,83%	60,00%	30,00%
EJR MERCADO MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS Nº27	INSUFICIENTE	39,63%	31,25%	55,56%	66,67%	36,67%
EJR JARDIM MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS Nº26	SUFICIENTE	50,50%	35,00%	72,22%	50,33%	53,33%
EJR BARRIO COMENDADOR JOAQUIM MATIAS Nº25	INSUFICIENTE	43,63%	35,00%	63,89%	62,50%	35,00%
PI DO JARDIM DO MORGANHAL Nº70	INSUFICIENTE	43,63%	33,75%	63,89%	80,00%	30,00%
PI JARDIM MUNICIPAL DE CAXIAS Nº71	INSUFICIENTE	30,00%	30,00%	52,70%	30,00%	34,00%
EJR EB J. NOSSA SENHORA DO VALE Nº102	INSUFICIENTE	37,80%	41,67%	25,00%	50,00%	45,00%
EJR QUINTA DO ALTO Nº92	INSUFICIENTE	46,50%	25,00%	72,22%	75,00%	35,00%
PARQUE INFANTIL ALTO DO LABOAL Nº60	INSUFICIENTE	42,75%	51,25%	50,33%	62,50%	35,00%

Tabela 11. Avaliação global dos 17 EJR da união freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias. Fonte: Play Planet

A avaliação global desta união de freguesia revela que 81,48% não tem condições para serem considerados espaços inclusivos, tendo obtido classificações de “insuficiente” ou “Mau” e que apenas cerca de 18,52% tem classificação suficiente. Apesar dos fracos resultados, foi esta união de freguesias que obteve as classificações menos penalizadoras. Em relação ao cumprimento das normas legais em vigor, 20 espaços estão em inconformidade com os requisitos de segurança aplicáveis.

NOME DO PARQUE	SEM CHAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONFORME OS REQUISITOS DO ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº 263/2015, OU ILEGÍVEL	PAVIMENTO AMORTECEDOR NÃO CONFORME (ARÉAO, PLACAS OU PISO CONTÍNUO COM PROFUNDIDADE MENOR DO QUE A NECESSÁRIA), E OU COM VISÍVEL PERDA DE AMORTECIMENTO	EQUIPAMENTOS MAL INSTALADOS, OU NÃO CUMPRINDO AS ÁREAS DE SEGURANÇA	EQUIPAMENTOS COM FALTA DE PEÇAS, A NECESSITAR REPARAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO INCLUSIVA FINAL
EJR PRAIA DA TORRE, Nº 126	X		X		INSUFICIENTE
EJR JI EB1 BESSA MÓRIAS, Nº 95				X	INSUFICIENTE
EJR NOVA OBRAS, Nº 86	X	X			INSUFICIENTE
EJR JARDIM DOS ARCOS, Nº 20	X		X		INSUFICIENTE
EJR QUINTA DO ESMERALDO, Nº 24	X				INSUFICIENTE
EJR QUINTA DAS PALMEIRAS, Nº 23		X			INSUFICIENTE
EJR JI EB1 SÁ DE MIRANDA, Nº 109	X	X			INSUFICIENTE
EJR PARQUE INFANTIL NOVA MORADA, Nº 59	X		X		INSUFICIENTE
EJR EB1 E JI MARIA LUCIANA SERUCA, Nº 96	X	X			INSUFICIENTE
EJR JARDIM MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS, Nº 26	X			X	SUFICIENTE
PI DO JARDIM DO MURGANHAL, Nº 78	X	X	X		INSUFICIENTE
EJR EB JI NOSSA SENHORA DO VALE, Nº 102		X		X	INSUFICIENTE
EJR JARDIM MUNICIPAL DE OBRAS, Nº 16	X				INSUFICIENTE
PARQUE DOS POETAS II, Nº 111	X	X			INSUFICIENTE
EJR PASSEIO AUGUSTO ABELAIRA, Nº 117	X				SUFICIENTE
EF PASSEIO AUGUSTO ABELAIRA_117A	X				SUFICIENTE
EJR BENTO JESUS CARAÇA, Nº 21	X				SUFICIENTE
EF BENTO JESUS CARAÇA, Nº 58	X				INSUFICIENTE
EJR QUINTA DO ALTO, Nº 92	X			X	INSUFICIENTE
PARQUE INFANTIL ALTO DO LAGOAL, Nº 60	X				INSUFICIENTE

Tabela 12. Avaliação segundo as normas e classificação final dos 17 EJR da união freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, com indicação da classificação final. Fonte: Play Planet

Fazendo o cruzamento entre a avaliação a nível inclusivo e a avaliação do cumprimento das normas em vigor, verificamos que existem espaços com classificação inclusiva negativa que acumulam várias inconformidades legais, pelo que estes deverão ser os primeiros a ser intervencionados. Existem, porém, casos, e recorrendo ao exemplo do EJR Nº26 que, fazendo apenas a sua requalificação por manutenção corretiva de forma a ficar em conformidade com os requisitos de segurança, é possível ser aproveitado para acrescentar novos equipamentos que ofereçam estímulos não presentes neste EJR, como o sensorial ou de comunicação.

5.1.3 Sugestões de melhoria

Orientação

Numa parte considerável dos parques avaliados, a baixa percentagem no parâmetro da orientação deve-se à tipologia dos painéis informativos. Estes valores poderão facilmente alcançar níveis positivos com a instalação de painéis informativos adaptados a pessoas cegas, assim como a sua localização a mais de 1m de altura, permitindo a circulação livre pelas extremidades do parque. Para pessoas com incapacidade visual, o mais importante não é o acesso à informação legal que deverá ser descrita e afixada nos painéis, conforme Artigo 12º do DL 203/2015, mas sim que estes contenham informações facilitadoras da orientação espacial, nomeadamente a descrição do parque, dos seus percursos, dos tipos de equipamentos e alertas, acessíveis preferencialmente em braile ou áudio.

Acessibilidade

Neste estudo, mesmo os espaços de jogo e recreio que têm bons acessos acabam por obter uma cotação mais baixa no parâmetro da acessibilidade, devido à generalizada dificuldade em aceder aos equipamentos infantis. A envolvente ao EJR, na maioria dos casos, é bem projetada em termos de acessibilidade, assim como a entrada nos parques e os percursos e os pavimentos no seu interior, que são confortavelmente acessíveis. No entanto, no interior do parque, um utilizador com limitações físicas pouco ou nada pode usufruir dos equipamentos, devido à falta de atividades mais próximas do nível do solo, como painéis lúdicos ou jogos integrados no pavimento.

Adaptado ao potencial de cada espaço, sugerimos o investimento em pequenos equipamentos que permitam ser utilizados por pessoas com dificuldades motoras, de forma a melhorar o carácter inclusivo do espaço de jogo e recreio. Estes equipamentos podem ser painéis lúdicos, trampolins ou carrosséis, semelhantes aos apresentados anteriormente.

Havendo possibilidade de um investimento maior, e caso haja equipamentos que não estejam conforme a EN 1176, ou que apresentem níveis de desgaste elevados, sugere-se a sua total substituição por equipamentos mais variados ao nível dos estímulos, que

possam, integral ou parcialmente, ser acessíveis a todos os utilizadores, independentemente das suas incapacidades.

Estímulos

Nos EJR analisados foi verificado que o estímulo físico apresentou sempre percentagens elevadas na avaliação, assim como o estímulo social, sendo que equipamentos que promovem estímulos de comunicação, sensoriais e cognitivos raramente foram encontrados pelas equipas nas visitas efetuadas. Estes estímulos não explorados poderão ser criados por equipamentos individuais simples, como equipamentos musicais, equipamentos com diferentes texturas ou painéis de jogo, representando uma solução simples e de baixo custo. Também a envolvente e enquadramento natural, verificadas em alguns dos parques analisados, deveriam ser melhor exploradas, pois, a simples presença de vegetação, materiais soltos ou água permite criar estímulos sensoriais, pelos seus aromas, texturas, sons e cores, que muitas vezes não é explorada pelos projetistas.

Neste estudo não foram considerados parâmetros de avaliação relacionados com aspetos ecológicos, ambientais e de enquadramento dos parques infantis analisados. Como referido anteriormente, a sua presença na tabela de avaliação foi discutida, chegando à decisão que, para o estudo encomendado, não seria uma mais-valia, pois este é focado no estudo da inclusão. No entanto, a existência de “espaços abertos” em alguns dos espaços avaliados poderia ser utilizada para que estes espaços de mobilidade e exploração se tornassem mais estimulantes e importantes no desenvolvimento das crianças. Através, por exemplo, da modelação de terreno e da introdução de espécies vegetais, é possível criar inúmeros estímulos físicos e sensoriais, bem como gerar diversas formas de brincar. A transformação da envolvente e o aproveitamento dos recursos naturais dos espaços de jogo e recreio avaliados contribuiria para os tornar locais mais interessantes, dinâmicos e visualmente mais agradáveis.

6. Considerações finais

O estágio na Play Planet e a integração no projeto de análise da inclusão nos espaços de jogo e recreio do município de Oeiras permitiu tecer várias conclusões, sobre a forma como este se desenvolveu e, ainda, tecer reflexões sobre o papel da arquitetura paisagista na temática da inclusão relacionada com os espaços de jogo e recreio.

Num primeiro momento deste capítulo serão destacados os benefícios resultantes da realização deste estágio e o impacto que teve nas rotinas e métodos de trabalho desenvolvidos. De seguida é feita uma abordagem geral à avaliação realizada, gerando comparações entre os conhecimentos adquiridos e os resultados obtidos. Serão ainda tecidas críticas aos critérios utilizados para avaliar os espaços. Por fim serão apresentadas reflexões sobre o papel da arquitetura paisagista na criação de espaços de jogo e recreio inclusivos.

6.1.1 O estágio

Da realização do estágio na empresa Play Planet saliente-se, em primeiro lugar, a importância de ter sido integrada numa equipa que já estava a trabalhar a área da inclusão relacionada com espaços de jogo e recreio. O tema da inclusão é bastante complexo e requer que se tenha um conhecimento profundo sobre a deficiência e o modo como esta afeta a realização de tarefas diárias. Inclusivamente para profissionais que já se dedicam à criação de espaços de jogo e recreio, perceber como é que as dificuldades de cada um podem influenciar a forma como se usufrui os espaços pode tornar-se uma tarefa complicada, pelo que foi essencial o envolvimento dos colaboradores do Laboratório de Inclusão (LINC). Ao ser integrada nesta equipa de trabalho, tenho noção que o meu trabalho de pesquisa sobre a temática da inclusão, relacionada com os EJR, foi simplificada, dado que os elementos desta equipa me orientaram para apenas analisar a informação bibliográfica essencial para realizar os meus objetivos no estágio. Apesar disso, só desta forma consegui ter a capacidade de realizar uma análise, de forma independente, aos 10 espaços que me foram atribuídos num período de 6 meses, tempo de duração do estágio.

O contacto com profissionais de diversas áreas, como médicos, terapeutas e psicólogos, tornou esta experiência de estágio mais enriquecedora e permitiu perceber o tema em

estudo através de diferentes abordagens técnicas, aumentando o meu leque de conhecimentos. Também o facto de pertencerem ao laboratório de inclusão pessoas com incapacidades, como a cegueira, autismo ou surdez, fez com que a minha abordagem ao tema fosse mais sensível. Ter pessoas com incapacidades a avaliar um espaço de jogo e recreio e a explicar-nos as suas dificuldades quando frequentam ou acompanham alguém a estes locais, é a forma mais eficaz de modificar a nossa perceção e nos sensibilizar para pensar de forma mais inclusiva quando estamos a projetar ou a avaliar parques infantis. A possibilidade de explorar uma área diferente daquela que é a minha especialização na empresa, na área das manutenções, foi também uma ótima experiência. O contacto com profissionais dedicados especificamente à área da inclusão nos espaços de jogo e recreio, fez com que desenvolvesse métodos de trabalho que pretendo aplicar na minha área de especialização, que inclui avaliar parques infantis quanto às normas de segurança em vigor. Graças a esta experiência já me foi sugerido que incluísse nas minhas avaliações técnicas os parâmetros de inclusão criados para este estudo, de forma a sensibilizar os clientes das manutenções para a temática da inclusão.

Como ponto menos positivo desta experiência é importante referir que para alguém que está a desenvolver um mestrado em Arquitetura Paisagista este estudo poderia ter sido mais aliciante. A sua pouca ou nenhuma consideração pelos elementos naturais nos parques infantis e na sua envolvente, fez com que não existisse a oportunidade de praticar as técnicas de análise do espaço e propor melhores sugestões de projeto.

6.1.2 O projeto

O estágio neste projeto desenvolvido permitiu aprender mais sobre o município de Oeiras e analisar parques infantis já existentes, criticando construtivamente as suas características, o que considero ter sido muito enriquecedor para a minha formação como arquiteta paisagista. Como já referido, esta experiência poderia ter sido mais completa se questões ambientais, ecológicas e da gestão da envolvente nos parques infantis avaliados tivessem sido consideradas para o estudo; mas quando estamos incluídos numa empresa que quer realizar um propósito concreto, certos aspetos, infelizmente, acabam por ser desconsiderados.

Os sete princípios do design universal abordados no estado da arte e utilizados na conceção dos parâmetros de avaliação, foram uma boa forma de abordar a avaliação

resultante das visitas aos parques infantis incluídos no projeto de análise de inclusão. Estes permitiram estabelecer comparações entre o que é expectável num espaço de jogo e recreio inclusivo e o registado nos espaços avaliados. O primeiro princípio determina que um “espaço deve ser justo”, o que pode ser bastante difícil de materializar, principalmente em espaços mais antigos, como os visitados, pois este princípio pressupõe que um espaço e os seus equipamentos devem poder ser utilizados por todas as crianças, independentemente das suas características, sendo que os próprios percursos dentro dos espaços devem permitir explorar sem barreiras físicas. Em parques infantis mais antigos verificamos, muitas vezes, a presença de mobiliário urbano nos limites do parque ou mesmo diferenças de materialidade no pavimento. Este tipo de projeto, no passado era visto como algo progressista, mas hoje sabemos que há pavimentos que podem dificultar a movimentação de pessoas com alguma incapacidade motora, tal como os objetos nos limites dos parques, que podem ser um problema para a orientação de utilizadores com visão reduzida ou sem visão.

O segundo princípio, o de ser inclusivo, é também difícil de corrigir pois, para converter um espaço, são necessárias grandes intervenções construtivas, que muitas vezes passam pela própria substituição dos equipamentos do espaço de jogo e recreio. Em parques menos recentes, normalmente, as atividades lúdicas e os equipamentos existentes não foram pensados para ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, o que limita muito a participação. Os parques infantis não devem ser espaços de exclusão; bem pelo contrário, devem estimular o convívio entre pessoas com diferentes características, e apoiar o desenvolvimento saudável de cada um. Os espaços de jogo e recreio analisados neste projeto obtiveram avaliações muito negativas quanto à inclusão. Mesmo nos espaços mais recentes, não se verificou uma melhoria significativa na avaliação. É, portanto, expectável que este estudo tenha como propósito conhecer as limitações dos seus espaços de jogo e recreio para, desta forma determinar as prioridades para conversão.

O terceiro princípio está relacionado com a inteligência do espaço, ou seja, a capacidade multissensorial de equipamentos, pavimentos ou mobiliário urbano. Esta é uma das maiores lacunas nos espaços infantis do Município de Oeiras, pois estes espaços têm equipamentos básicos e muito limitados do ponto vista lúdico. O maior objetivo destes locais deveria ser estabelecer diretamente comunicação com a criança, de forma a proporcionar liberdade para imaginar, criar e brincar. No entanto, na sua maioria, são

locais desinteressantes e pensados para interações adulto-criança; ou seja, a criança é levada a brincar pelo adulto e é limitada por esta interação.

O quarto princípio defende a independência da criança, independentemente das suas características, e está inevitavelmente ligado à acessibilidade do espaço e dos equipamentos. Através das avaliações realizadas é possível verificar que nem todos os espaços de jogo e recreio são acessíveis, muito devido às barreiras físicas existentes, aumentando o fator de exclusão. Para além disso, os acessos exteriores aos espaços são muitas vezes feitos através de degraus ou corredores estreitos e o próprio tipo de acesso ao equipamento dos parques infantis contribui para obter valores de avaliação insatisfatórios, em muitos dos casos de estudo.

O quinto princípio é o mais respeitado nos espaços em análise neste projeto. Refere-se à segurança do espaço e, de modo geral, é perceptível que houve uma preocupação para que estes fossem locais seguros, seja pela presença de proteções das arestas dos equipamentos, pela utilização de pisos amortecedores, ou mesmo pela presença, por vezes excessiva, de vedações nos limites dos parques.

O sexto princípio, o de ser ativo - relaciona-se com os primeiros princípios descritos, uma vez que defende que o espaço deve oferecer à criança atividades lúdicas ao longo de todo o seu desenvolvimento. Na maioria dos espaços analisados existem chapas nos equipamentos que referem a faixa etária a que o equipamento se destina, mas esta informação não tem em consideração que as crianças se desenvolvem de forma diferente mediante as suas características, excluindo inevitavelmente utilizadores que poderiam usufruir dos equipamentos para desenvolver aptidões e não podem, por não integrarem a faixa etária do equipamento. Infelizmente, esta informação é tida como obrigatória, segundo o Artigo 15º do DL 203/2015.

Por último, o sétimo princípio refere-se ao conforto do espaço, muito ligado à higiene, ao estado de conservação e à presença de natureza na envolvente e no interior dos espaços. Este princípio motivou a criação do próximo segmento deste ponto: as críticas ao estudo desenvolvido. Aspetos como a presença e estado de conservação do mobiliário urbano, equipamentos e pavimentos foram tidos em consideração nos parâmetros avaliados no projeto de análise desenvolvido. No entanto, a envolvente do espaço, ecologia, ambiente, presença de natureza e criatividade, não fizeram parte dos critérios de avaliação. A sua consideração poderia ter tornado o estudo realizado mais completo e com uma abordagem mais prática e sustentável, do ponto de vista da transformação da paisagem.

O projeto teve como casos de estudo, espaços de jogo e recreio, onde inevitavelmente se verifica a presença ou influência de elementos naturais, que podem e devem ser considerados de forma a contribuir com o seu potencial, com o propósito de tornar os espaços mais confortáveis, ecológicos, sociais, e ambientalmente e esteticamente mais apelativos e estimulantes.

É importante perceber o porquê de os parques analisados terem as características apresentadas neste relatório. Todos os espaços, objeto de análise, são parques infantis que remontam aos anos 2000, época em que o decreto e normas em vigor definiam regras diferentes das que hoje se aplicam. Um exemplo claro destas diferenças é o facto de na antiga norma de regulação de espaços infantis ser obrigatória a utilização de vedações a delimitar os parques infantis, para proporcionar segurança e limitação à circulação dos seus utilizadores. Hoje a norma apenas refere que esta vedação deve estar presente caso a proximidade a uma via rodoviária o imponha. Outro exemplo é a existência, também de vedações, em redor dos baloiços que, na altura, eram pensadas como uma maneira eficaz de prevenir que as crianças fossem colhidas pelo utilizador do baloiço ao circular junto a este. Hoje é regulamentado que as barreiras físicas dentro dos espaços de jogo e recreio sejam eliminadas e é promovida a circulação livre. Estes são apenas pequenos exemplos de normas, que na data da construção dos parques em avaliação foram respeitadas e atualmente vão contra as normas em vigor. Existe, porém, a evidência de tentativa de adaptação dos espaços do estudo às normas atuais, nomeadamente a modificação dos acessos, portões e pavimentos. Tornar estes parques infantis mais inclusivos é um processo que consome tempo e muitos recursos financeiros, razões pelas quais é tão importante analisar todos os espaços incluídos no projeto e definir os que têm maiores necessidades de intervenção, de forma a concentrar os esforços nos espaços com mais inconformidades.

6.2 Aspetos a melhorar no projeto desenvolvido

De modo geral, este foi um projeto muito bem organizado e desenvolvido, onde a exigência técnica foi sempre tida em consideração nos momentos de análise aos espaços de estudo. Talvez por isso tenham sido desconsiderados parâmetros de avaliação, como

a ecologia, o ambiente, a criatividade, a liberdade, a percepção da envolvente ou a opinião do utilizador. Estas percepções são respetivas a cada avaliador e seria difícil tornar justo o sistema de avaliação porque, cada um tem uma forma única de apreciar o que o rodeia. O mesmo se verifica em relação à avaliação da opinião do utilizador, pois cada pessoa dá valor a diferentes aspetos e seria bastante complicado de quantificar, de forma justa, este parâmetro de avaliação. No entanto, considero que estas duas formas de avaliação deveriam ter sido consideradas no estudo, de forma a torná-lo mais adequado a espaços abertos e mais aproximado à opinião da população que os utiliza.

A ideia de proximidade às populações, questionando os munícipes quanto ao seu gosto, capacidades e ambições para o espaço que frequentam, promove o envolvimento da população nas fases de análise dos espaços e pode ser aplicado através de inquéritos, por exemplo. Para além da possibilidade de avaliar a opinião e gostos de cada utilizador, de modo a tornar o espaço mais apelativo, envolvendo os utilizadores no estudo e questionando-os sobre possíveis intervenções, estamos a promover interesse, envolvimento e, por consequente, afinidade com o espaço. No decorrer do projeto foi equacionado desenvolver inquéritos, no decorrer de cada visita, questionando os utilizadores presentes no local. Esta ideia falhou por não ter existido um consenso quanto ao processo de quantificação dos inquéritos e à forma como seriam integrados na tabela de avaliação. No entanto, considero que teria sido uma mais-valia, para o projeto considerar a opinião dos utilizadores do espaço em avaliação, de forma a perceber as reais necessidades, referidas por quem o frequenta regularmente.

Os questionários são métodos de entrevista, onde existe uma relação direta com os inquiridos, resultando na obtenção de uma informação mais rica. Este método de recolha de informação distingue-se dos outros métodos por implicar a presença física do entrevistador. Isto ajuda a assegurar a total compreensão, por parte do entrevistado, de todas as questões levantadas tornando, também, possível a utilização de elementos visuais. Para criar espaços inclusivos é muito importante que os projetistas e empresas da área dos espaços de jogo e recreio comuniquem com pessoas com diferentes capacidades. Através da recolha do seu testemunho é possível compreender as suas dificuldades na acessibilidade aos locais, as barreiras que mais os afetam e o que gostariam de encontrar nos espaços públicos que frequentam.

A não consideração da envolvente dos parques incluídos no projeto e não consideração da existência de vegetação, nos espaços de jogo e recreio, foram temas bastante

discutidos na fase de decisão dos parâmetros a considerar na avaliação. Estes pontos acabaram por não ser incluídos no estudo de avaliação, após ter sido votado e alguns elementos da equipa de trabalho não considerarem que seriam essenciais para avaliar a conformidade em relação às normas em vigor e à inclusão nos espaços de jogo e recreio. De facto, as normas que avaliam a conformidade de um espaço de jogo e recreio não consideram a envolvente nem a vegetação, quer da envolvente quer do interior dos parques, apenas obrigando à presença de mobiliário como caixotes de recolha de resíduos, bancos de apoio e bebedouros, num parque infantil. Estes equipamentos devem existir para garantirem o conforto do utilizador, mas estes não são os únicos que definem a atratividade ou o conforto de um espaço, muito pelo contrário.

O ser humano evoluiu através de uma próxima ligação com a natureza e, talvez isso, explique a inata relação emocional com os elementos naturais. Esta ligação com a natureza vai muito para além da simples satisfação das necessidades biológicas e vitais humanas, estabelecendo-se ligações emocionais, psicológicas, estéticas, intelectuais e até espirituais com esta realidade. Na criança, o vínculo com a natureza está relacionado com a sua curiosidade e inexperiência, vendo nestes elementos uma infinita possibilidade de descobertas. As crianças são sensorialmente mais sensíveis que os adultos e muito mais atentas ao mundo que as rodeia, apercebendo-se mais facilmente da cor, textura e volumes da sua envolvente. Conhecem os lugares com os cinco sentidos... cheiram, provam, mexem, ouvem, rebolam e deixam o corpo explorar os lugares. A Natureza permite criar infinitas experiências e a quantidade de materiais e objetos que a compõe é infinita, assim como as combinações possíveis entre eles, o que faz com que estes espaços de natureza nunca sejam monótonos. Estes espaços, pela sua aparente estabilidade, conferem segurança e referências às crianças, permitindo à criança a total oportunidade de apropriação e brincadeira.

Deveriam ter sido considerados, no estudo desenvolvido, parâmetros de avaliação da envolvente e presença de elementos da natureza nos espaços de jogo e recreio incluídos no projeto. Com conhecimento das necessidades infantis, é possível moldar a natureza de forma a criar espaços não monótonos, que estejam pensados para dinâmicas contínuas; ou seja, que não se apresentem como uma obra acabada no momento da sua conceção.

6.3 O papel da Arquitetura Paisagista na promoção de parques infantis mais inclusivos

As conclusões apresentadas reforçam a ideia de que existem limitações nos espaços de jogo e recreio atuais, sendo que muitos destes locais são apenas repetições de um protótipo, desenvolvido para espaços urbanos. Os órgãos de gestão municipal continuam a apostar em soluções repetitivas e a gastar dinheiro em equipamentos desajustados às reais necessidades das crianças dos seus municípios. Isto e a dependência dos projetistas de equipamentos pré-fabricados, torna os espaços limitados e com poucos estímulos. Já a sociedade, está cada vez mais sensibilizada para lidar com a diferença e, enquanto arquitetos paisagistas devemos contribuir para a melhoria dos espaços e criar locais que permitam o convívio entre todos sem restrição ou limitações.

Qualquer ambiente que promova atividade física deve ter o cuidado de relacionar, de forma coerente, os elementos construídos e o ambiente onde se inserem. Os parques naturais são locais perfeitos para a promoção da atividade física pois, na sua maioria, há contacto com a natureza e com atividades recreativas que incentivam à mobilidade. É também nestes locais que se estabelecem importantes relações sociais, sendo por isso associada à sua frequência benefícios físicos e sociais.

Promover a acessibilidade é garantir o exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição portuguesa. O decreto-lei nº163/2006, de 8 de agosto, definiu as condições de acessibilidade que devem ser respeitadas no projeto e construção de espaços públicos abertos, que incluem, também os parques infantis. Com esta lei passou a ser possível sancionar os agentes envolvidos nos procedimentos; mas a fiscalização continua a ser insuficiente. Promover e garantir a acessibilidade é essencial à qualidade de vida e exercício de direitos dos cidadãos, pois possibilita a real integração e participação, sem discriminação. É necessário responsabilizar os diversos atores envolvidos. Dotar a vontade política com instrumentos legais; isto é essencial para garantir a participação de todos os cidadãos na sociedade. Com o aumento de autonomia tornamos um pouco mais simples a vida de quem vive com alguma deficiência, incapacidade ou dificuldade. A acessibilidade tem vantagens para todos, pois assegura que um maior número de pessoas viva integrada na sua comunidade, com segurança e em situação de igualdade. Decretos como o referido (decreto-lei nº163/2006, de 8 de agosto), promovem o bem-estar e a qualidade de vida da população, apoiando a igualdade, mas também a reabilitação e a

integração de cidadãos portadores de deficiência ou com outra dificuldade. Estas pedagogias são importantes para sensibilizar a sociedade para a promoção do respeito e solidariedade para com todos. Outra forma de garantir o cumprimento da lei é atribuir um papel ativo na defesa dos interesses dos cidadãos com necessidades especiais, a organizações não governamentais que representem os seus interesses. Estas organizações devem poder planear ações, visando garantir o cumprimento das normas técnicas.

O artigo 31 da convenção para os direitos da criança da Unesco anuncia a importância que brincar tem para o desenvolvimento emocional, físico, social e cognitivo da criança. Este refere o direito que as crianças têm de brincar e de participar em atividades culturais e artísticas e não discrimina qualquer criança pelas suas capacidades. Quando se projeta um parque infantil é impossível criar soluções totalmente inclusivas. Haverá sempre alguém com diferentes necessidades, sendo apenas possível criar soluções que sejam apenas aceitáveis para cada situação, e isso é bom.

Na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência Portugal, comprometeu-se a assegurar e a promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, adotando medidas legislativas e administrativas, modificando leis, normas e práticas existentes que constituam discriminação contra pessoas com deficiência. O município de Oeiras, ao promover o estudo apresentado, deu um importante passo na promoção da inclusão, requisitando a uma empresa capaz e certificada que efectuasse uma análise aos seus espaços de jogo e recreio, de forma a ter uma base que os permite tecer estratégias para a promoção da inclusão no seu espaço de gestão.

Todas as pessoas são iguais perante e nos termos da lei e têm direito a igual proteção, sem discriminação, devendo estas ser ouvidas e as limitações respeitadas. Para que a promoção de inclusão seja uma realidade em todos os órgãos de gestão do país, deve ser assegurada proteção jurídica às pessoas com deficiência contra a discriminação, forçando a que estes órgãos tenham uma atitude mais ativa nos processos de reconversão do espaço construído. Para monitorizar a aplicação das leis deve ser nomeado um ou mais pontos de contacto dentro do governo para questões relacionadas com a sua implementação e nomeados mecanismos de coordenação a nível governamental que promovam a ação ao nível municipal. Ao nível interno, nos municípios, deve ser estabelecido um mecanismo independente que promova, proteja e monitorize a

implementação das novas normas; as pessoas com deficiência devem ser envolvidas no processo de monitorização.

Deficiência não significa necessariamente incapacidade. Cabe à sociedade criar alternativas que permitam a participação de todos, e é importante desconstruir a ideia que um parque inclusivo é aquele que é desenhado para crianças com problemas de mobilidade. Os parques devem ser criados para facilitar a integração de crianças com qualquer tipo de incapacidade. Apenas criando rampas ou atividades a nível do solo, não estamos a desenhar para a inclusão.

Para melhorar os espaços de jogo e recreio é necessário adotar políticas centradas no bem-estar social; ou seja, investir mais nestes espaços e na sua articulação com a envolvente. O envolvimento da população permite adequar o projeto dos parques infantis às suas necessidades reais, mas também cria na comunidade um espírito de responsabilidade pelo lugar. O Estado também não deve ser responsabilizado por todos os eventuais perigos que possam ocorrer no espaço público. Esta excessiva responsabilização pode influenciar a tomada de decisões e gerar mais restrições na projeção de espaços de jogo e recreio. As normas não são leis e devem ser utilizadas para analisar o nível de risco associado a cada espaço, individualmente, tendo em consideração que ~~estas~~ não eliminam por completo o risco. É também fundamental que as várias entidades envolvidas no processo de criação de um espaço de jogo e recreio tenham formação adequada, que permita tecer objetivos comuns. Esta é, na minha opinião, a grande mudança estrutural necessária para que os arquitetos paisagistas tenham mais autonomia para fazer o seu trabalho corretamente. O conformismo é muitas vezes o responsável por projetos desadequados e é essencial que a formação dos profissionais envolvidos na criação de espaços abertos públicos seja contínua, possibilitando a criação de espaços lúdicos mais estimulantes e adaptados.

7. Bibliografia

Alves Carreira, Sofia (2020) As barreiras físicas do espaço urbano e equipamentos de recreio inclusivos

Amaral, Inês do; Guedes, M^a Graça; Gama, M^a Gabriela (2014) A inclusividade dos espaços de lazer infantil

Assembleia Geral das Nações Unidas (2006) Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

Azevedo, O., (2015) O recreio no Jardim de Infância: espaço e tempo para construção de culturas da Infância, Da Investigação às práticas

Barreiros, J. e Brito, M. (1985) O Planeamento de um Espaço de Jogo Infantil

Câmara Municipal de Oeiras (2009) Carta social do concelho de Oeiras. Oeiras: CMO.

Câmara Municipal de Oeiras (2017) Relatório Social de Oeiras 2017. Oeiras: CMO

Câmara Municipal de Oeiras (2017) Guia de Recursos para a Deficiência. Oeiras: CMO.

Caracterização Biofísica e Ambiente: Geomorfologia. Oeiras - Factos e Números (PDF), (2013) Câmara Municipal de Oeiras

Carreira, Nélia Vieira (2016) A criança e a cidade, Influência dos espaços verdes e áreas de jogo no desenvolvimento da criança

CIF – Classificação Internacional de Funcionabilidade, Incapacidade e Saude, Organização Mundial de Saude e Direção Geral de Saude (2003)

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e protocolo opcional (2010) Instituto nacional para a reabilitação

Connell (1997) *The principles of universal design*

David, J. (1998) *The behavior of landscape metrics commonly used in the study of habit fragmentation*

Diagnóstico Social de Oeiras (2018) Conselho Local de Ação Social de Oeiras

Enquadramento Geográfico. Oeiras - Factos e Números (PDF), (2013). Câmara Municipal de Oeiras

Fale, Pedro Manuel Arteiro (2000) Espaços lúdico-desportivos para a Infância, Estudo das rotinas das crianças nos espaços de lazer

Freire, Sofia (2008) Um olhar sobre a inclusão. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008

Heft (1988) De Gruyter. Disponível em: <https://www.degruyter.com>. Consultado a 16 de fevereiro de 2022

Huizinga (1938) *Homo Ludens*

Infopédia, Dicionários Porto editora. Consultado a 26 de maio de 2022

Instituto Nacional de Estatística. Census 2001. Consultado a 30 de fevereiro de 2022

Instituto Nacional de Estatística. Censos 2021 - resultados preliminares. Consultado a 29 de fevereiro de 2022

Kishimoto (1998). O jogo e a educação infantil

Mace, Ronald (1997) *The 7 Principles of Universal Design*

Neto, Carlos (1979) A criança, o espaço e desenvolvimento motor

Neto, Carlos. (2001) Jogo na criança & desenvolvimento psicomotor

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2017) Pessoas com deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2017. Lisboa: ISCSP.

Organização Mundial da Saude e Banco Mundial (2011) *World Report on Disability*.

Proludic S.A.S (2021) *Inclusive play areas. Thematic Guide*.

Relatório mundial sobre a deficiência (2011) *World Health Survey*

Teles (2009) Guia de Mobilidade e Acessibilidade Para Todos

8. Decretos-lei e normas

Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de agosto. - Estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais. Revoga o Decreto-Lei nº 174/77, de 2 de Maio, e o Decreto-Lei nº 84/78, de 2 de Maio. Consultado a 21 de fevereiro de 2022

Decreto-Lei nº 309/2002, de 16 de dezembro – regula a instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, dos quais fazem parte os espaços de jogo e recreio. Consultado a 18 de fevereiro de 2022

Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto – diploma que define o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais e revoga o DL 123/97, onde foi realizada uma regulamentação normativa que visava a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública. Consultado a 3 de março de 2022

Decreto-Lei nº 274/2007, de 30 de julho – adaptação da orgânica interna da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), que entre outras alterações atribui a esta entidade a responsabilidade de fiscalização de equipamentos e espaços desportivos. Portaria nº 379/98, de 2 de julho – listagem de normativos aplicáveis na conceção e fabrico dos equipamentos e superfícies de impacte destinados a espaços de jogo e recreio. Portaria nº 506/98, de 10 de agosto – definição do organismo competente pela emissão de certificados de conformidade dos espaços de jogo e recreio. Consultado a 16 de fevereiro de 2022

Decreto-Lei nº 119/2009, de 19 de maio – altera o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte, aprovado pelo DL 379/97. Consultado a 6 de fevereiro de 2022

Decreto-Lei nº 203/2015 - Diário da República nº 182/2015, Série I de 2015-09-17 - Aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto. Consultado a 27 de janeiro de 2022

NP EN 1176-1 – Equipamento de espaço de jogo: Requisitos gerais de segurança e métodos de ensaio.

NP EN 1176-2 – Equipamento de espaço de jogo: Requisitos adicionais de segurança e métodos de ensaio para baloiços.

NP EN 1176-3 – Equipamento de espaço de jogo: Requisitos adicionais de segurança e métodos de ensaio para escorregas.

NP EN 1176-6 – Equipamento de espaço de jogo: Requisitos adicionais de segurança e métodos de ensaio para gangorras.

NP EN 1176-7 – Equipamento de espaço de jogo: Orientações sobre instalação, inspeção, manutenção e funcionamento.

NP EN 1177 – Superfície de impacte: Especificações, requisitos e métodos de ensaio.

9. ANEXOS

Anexo 1 - Listagem de espaços de jogo e recreio pertencentes ao projeto de análise da inclusão, no Município de Oeiras

Freguesia/ União de Freguesias:	
Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada	
Nº EJR	Nome EJR
30	Jardim do Incensos
44	Parque Urbano Francisco Caldeira
75	Parque Urbano Quinta de Santo António
14	Fitness Parque Urbano Quinta de Santo António
89	Jl Luísa Ducla Soares
1	Jardim Municipal de Algés
29	Quinta da Formiga
22	Alto de Algés
7	Joana Pedrosa Alves
55	EB1 D. Pedro V
10	Fitness Jardim das Tílias
9	Central Elevatória
93	EB1 José Martins
70	Palácio dos Aciprestes
11	Jardim dos Plátanos
12	Alto de Santa Catarina
57	Fitness Alto de Santa Catarina
Número total de EJR: 17	
Freguesia/ União de Freguesias:	
Carnaxide e Queijas	
Nº EJR	Nome EJR
4	Alto dos Barroinhos
84	Nova Carnaxide
38	Pátio dos Cavaleiros
38A	Fitness Pátio dos Cavaleiros
80	Jardim da Quinta Salles
6	Jardim Centro Cívico
68	Bairro Luta Pela Casa
100	EB1 Nossa Sra. do Amparo
66	Amélia Rey Colaço
5	Cesário Verde
43	Praxis II
42	Praxis I
106	EB1/JI Cesário Verde
44	Praxis
35	Correios
36	Alameda de Queijas
32	Casal do Lameiro
Número total de EJR: 17	
Freguesia/ União de Freguesias:	
Barcarena	
Nº EJR	Nome EJR
99	EB1 São Bento
90	EB1/JI Jorge Mineiro
40	Alameda Armindo de Carvalho
54	Guerra Junqueiro
119	Fitness Guerra Junqueiro
112	EB1 Santo António de Tercena
3	Mercado de Tercena
37	Praceta das Forças Armadas

85	Colinas do Golf
41	Quinta do Sobreiro
69	Barcarena
76	Politeira
87	Ferraris del Rei
81	Moinho das Rolas
81A	Fitness Moinho das Rolas
Número total de EJR: 15	
Freguesia/ União de Freguesias:	
Porto Salvo	
Nº EJR	Nome EJR
45	Parque Urbano de Talaide
50	Loteamento Casal das Conchas
110	Bairro dos Navegadores
51	Igreja do Leão
82	Leões de Porto Salvo
88	Casal do Deserto
105	EB1/JI Porto Salvo
97	Joaquim Matias
Número total de EJR: 8	
Freguesia/ União de Freguesias:	
Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	
Nº EJR	Nome EJR
122	Praia de Santo Amaro de Oeiras
12	Praia da Torre
15	Medrosa
95	EB1 Beça Murias
86	Nova Oeiras
16	Jardim Municipal de Oeiras
24	Quinta do Esmeraldo
20	Jardim dos Arcos
111	Parque dos Poetas II
72	Parque dos Poetas I
104	EB1 Gomes Freire de Andrade
23	Quinta das Palmeiras
109	EB1/JI Sá da Miranda
117	Passeio Augusto Abeleiras
117A	Fitness Passeio Augusto Abeleiras
21	Bento de Jesus Caraça
58	Fitness Bento de Jesus Caraça
59	Nova Morada
96	EB1 Maria Luciana Seruca
27	Mercado de Paço de Arcos
26	Jardim Municipal de Paço de Arcos
25	Comendador Augustoo Matias
78	Murganhal
71	Jardim Municipal de Caxias
10	EB1 Nossa Sra. do Vale
92	Quinta do Anjo
60	Alto do Lagoal
Número total de EJR: 27	

Anexo 2 – Tabela de avaliação dos espaços de jogo e recreio

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de recolha de resíduos)				
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc. Material vegetal não considerado)				
O número de equipamentos parece adequado ao EJR?				
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)				
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?				
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005		
Entrada no EJR:				
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.		0,01		
Painel informativo:				
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel		0,08		
Corredores de Circulação:				
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor		0,005		
ACESSIBILIDADE				
Na Proximidade do EJR:				
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.		0,05		
Entrada no EJR:				
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.		0,1		
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:				
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).		0,15		
Dentro do EJR - Corredores de Circulação:				
Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação com o vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.		0,05		
Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos				
Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.		0,1		
ESTÍMULOS				
Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação				
Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.		0,445		
Estímulos -Proceptivo e Vestibular				
Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.		0,005		
			0,00%	
Comentários do Avaliador				
(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)				

Anexo 3 – Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico, do EJR Jardim Municipal de Algés

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Torre de actividades	OST/2007	Bikini & Bermuda
N.º2	Mola para 4	RST/2007	Bikini & Bermuda
N.º3	Torre com escorrega para bebés	Não tem chapa	Bikini & Bermuda
N.º4	Casa de brincar	MMV/2007	Bikini & Bermuda
N.º5	Baloço simples de bebé	AB1/2007	Bikini & Bermuda
N.º6	Baloço duplo	AB2/2007	Bikini & Bermuda
N.º7	Escorrega	Não tem chapa	Bikini & Bermuda



Levantamento fotográfico EJR Jardim Municipal de Algés. 06/02/2022. Fonte: Play Planet

Anexo 4 – Tabela de avaliação do EJR Jardim Municipal de Algés. Preenchida no local a 06/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de			X	
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.			X	
O número de equipamentos parece adequado ao EJR?			X	
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)				X
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?				X

Critérios de Avaliação	Factor de Ponderação	Valor
ORIENTAÇÃO		
Percurso até ao EJR: ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem	0,005	Suficiente
Entrada no EJR: A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.	0,01	Bom
Painel informativo: Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel	0,08	Insuficiente
Corredores de Circulação: Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor	0,005	Muito Bom
ACESSIBILIDADE		
Na Proximidade do EJR: O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.	0,05	Muito Bom
Entrada no EJR: A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.	0,1	Bom
Dentro do EJR - Pavmentos e Acesso aos equipamentos: Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).	0,15	Muito Bom
Dentro do EJR - Corredores de Circulação: Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.	0,05	Bom
Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,1	Mau

ESTÍMULOS		
Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,445	Insuficiente
Estímulos -Proceptivo e Vestibular Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,005	Bom

1

46,25%

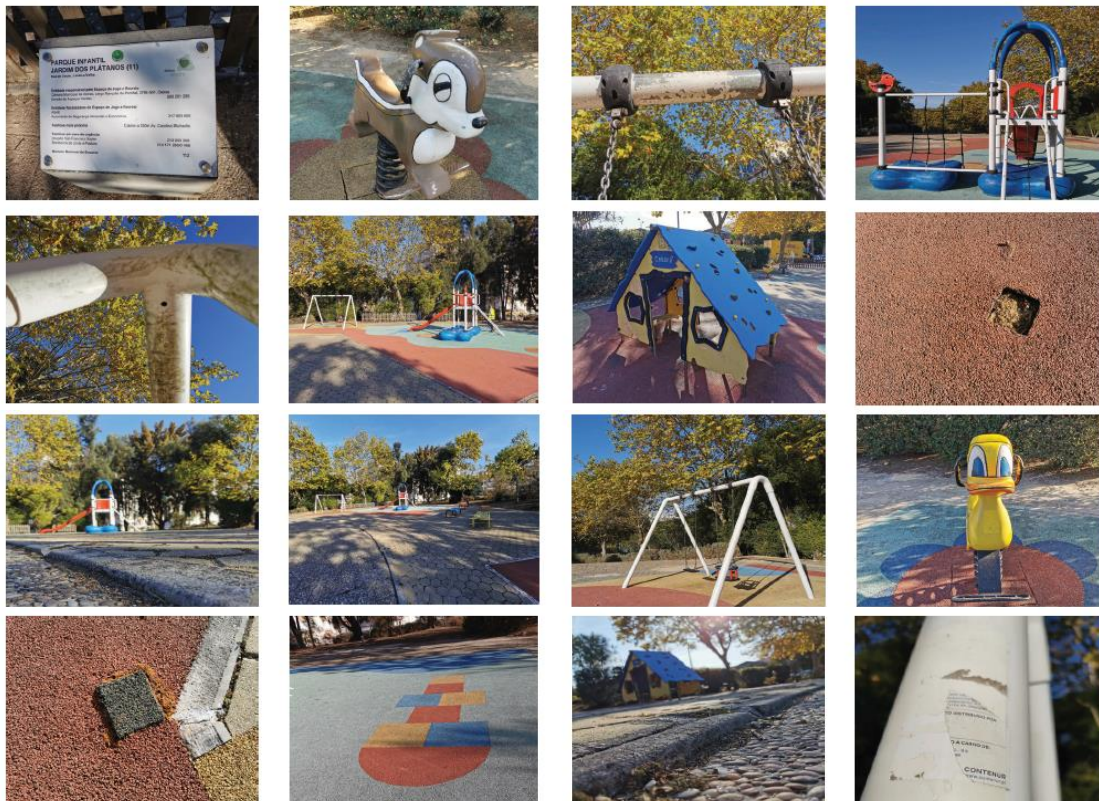
Comentários do Avaliador

(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)

Parque infantil situado num jardim municipal, junto à estrada marginal, ouvindo-se os automóveis. Dotado de instalações sanitárias. Tem diversos bancos de jardim junto às vedações e algumas zonas de sombra. A Casa de brincar estava sem varandins e o escorrega desmontado mas a Resopre estava a fazer manutenção e pintura dos equipamentos. O pavimento contínuo tem desníveis com espessuras diferentes sem diferenciação cromática o que pode conduzir a acidentes como entorces e tropeções.

Anexo 5 – Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico, do EJR Jardim dos Plátanos

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Boneco de mola esquilo	Não tem chapa	Playworld Systems
N.º2	Boneco de mola pato	Não tem chapa	Playworld Systems
N.º3	Casa de brincar e de trepar	ELCAB001/2011	Bragmaia
N.º4	Jogo da macaca em piso contínuo	-	-
N.º5	Torre de actividades	FTP1002/2011	Funplay
N.º6	Baloço duplo misto	Não tem chapa	Funplay



Levantamento fotográfico EJR Jardim dos Plátanos. 16/02/2022. Fonte: Play Planet

Anexo 6 - Tabela de avaliação do EJR Jardim dos Plátanos. Preenchida no local a 16/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de	X			
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.	X			
O numero de equipamentos parece adequado ao EJR?	X			
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)			X	
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?			X	
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005		Suficiente
Entrada no EJR:				
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.		0,01		Suficiente
Painel informativo:				
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel		0,08		Insuficiente
Corredores de Circulação:				
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor		0,005		Muito Bom
ACESSIBILIDADE				
Na Proximidade do EJR:				
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.		0,05		Suficiente
Entrada no EJR:				
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.		0,1		Suficiente
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:				
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).		0,15		Muito Bom

<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Mau
ESTÍMULOS		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Insuficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Suficiente

1

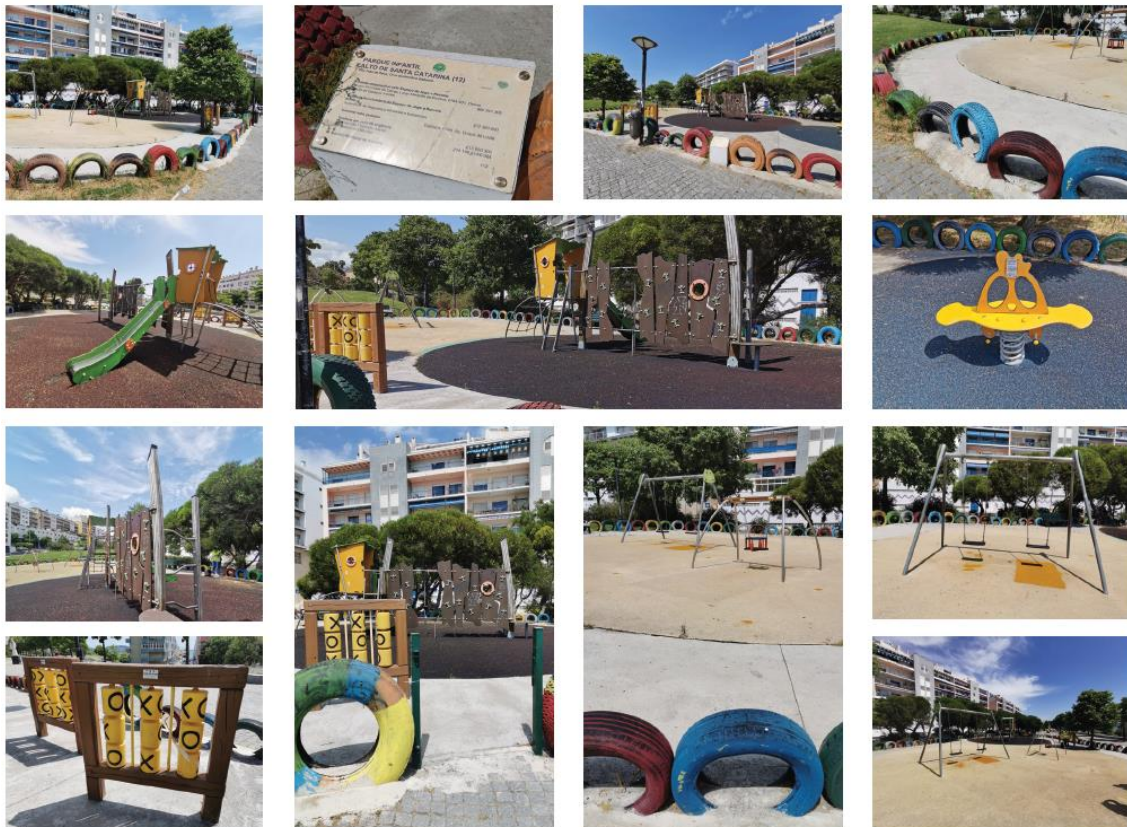
42,13%

Comentários do Avaliador

(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)

Anexo 7 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Alto de Santa Catarina

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Torre de actividades	J2721/2009	Proludic
N.º2	Balancé de mola para dois	L838/2009	Proludic
N.º3	Painel de jogo do galo	Não Legível	CRP
N.º4	Painel de jogo do galo	J802/2004	CRP
N.º5	Baloço simples de bebé	J3960/2009	Proludic
N.º6	Baloço duplo	J472/2009	Proludic



Levantamento fotográfico EJR Alto de Santa Catarina. 06/02/2022. Fonte: Play Planet

Anexo 8 - Tabela de avaliação do EJR Alto de Santa Catarina. Preenchida no local a 06/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de		X		
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.		X		
O numero de equipamentos parece adequado ao EJR?		X		
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)			X	
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?		X		
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005		Suficiente
Entrada no EJR:				
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.		0,01		Suficiente
Painel informativo:				
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel		0,08		Insuficiente
Corredores de Circulação:				
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor		0,005		Muito Bom
ACESSIBILIDADE				
Na Proximidade do EJR:				
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.		0,05		Bom
Entrada no EJR:				
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.		0,1		Bom
Dentro do EJR - Pavmentos e Acesso aos equipamentos:				
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).		0,15		Muito Bom

<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Insuficiente
<p>ESTÍMULOS</p>		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Insuficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Suficiente

1

48,38%

Comentários do Avaliador

(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)

Vedação feita com pneus de diferentes cores, não evitando a entrada de animais, registando-se ainda a ausência de portão. Piso insitu com círculos em redor dos diferentes equipamentos e com cores diferentes. Zona bem enquadrada, sendo possível ouvir os pássaros e ver o rio/mar. Sugere-se a instalação de equipamentos para estímulo sensorial como os musicais e de comunicação, como um LINC de audiodescrição para resolver também o problema do painel informativo (muito baixo e escondido, sem acesso a invisuais ou com baixa visão).

Anexo 9 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Bairro Luta pela Casa

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Baloiço simples	JR16-p/2005	Veco Urban Design
N.º2	Balancé para 2	JR13/2004	Veco Urban Design
N.º3	Torre de actividades	ORRI/2005	Mein
N.º4	Jogo da macaca em piso contínuo	-	-



Levantamento fotográfico EJR Bairro Luta pela Casa. 16/02/2022. Fonte: Play Planet

Anexo 10 - Tabela de avaliação do EJR Bairro Luta pela Casa. Preenchida no local a 16/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Lab oratório da in clusão Registo de Avaliação de EJR N° 68				
Nome do Parque:		EJR Bairro Luta Pela Casa		
Morada:	Rua Bento Ferreira Torrão, Carnaxide	Data:	16/02/2022	
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de Higiéne do espaço (se tem residuos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.				
O numero de equipamentos parece adequado ao EJR?				
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)				
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?				
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005	Suficiente	
Entrada no EJR:				
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.		0,01	Bom	
Painel informativo:				
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel		0,08	Insuficiente	
Corredores de Circulação:				
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor		0,005	Suficiente	
ACESSIBILIDADE				
Na Proximidade do EJR:				
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.		0,05	Suficiente	
Entrada no EJR:				
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.		0,1	Bom	
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:				
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).		0,15	Muito Bom	

<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Mau
ESTÍMULOS		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Suficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Suficiente

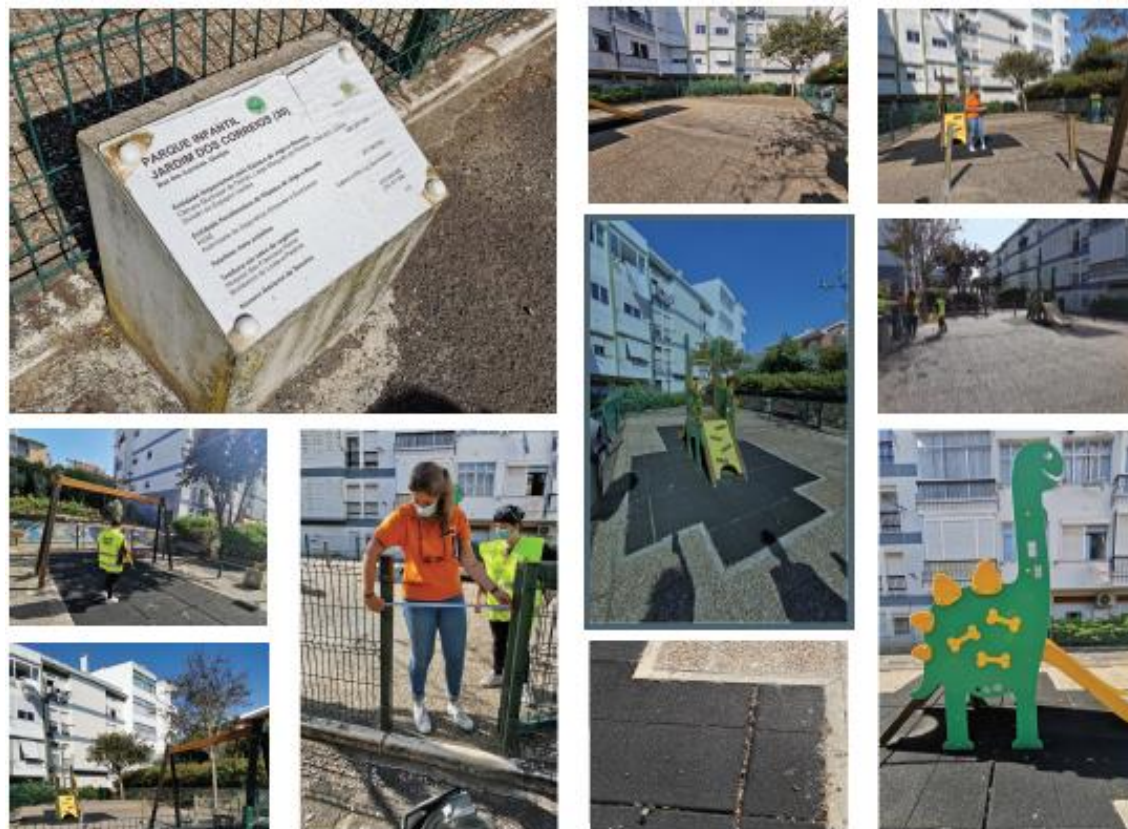
1

55,75%

Comentários do Avaliador
<p>(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)</p>

Anexo 11 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Correios

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Escorrega dinossauro	016028/2010	Legnolândia
N.º2	Baloço duplo, misto	020414/2005	LAPPSET



Levantamento fotográfico do EJR Correios. 06/02/2022 Fonte: Play Planet

Anexo 12 - Tabela de avaliação do EJR Correios. Preenchida no local a 06/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de			X	
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.			X	
O número de equipamentos parece adequado ao EJR?				X
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)				X
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?			X	
Critérios de Avaliação			Factor de Ponderação	Valor
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência			0,005	Suficiente

Entrada no EJR: A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.	0,01	Suficiente
Painel informativo: Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel	0,08	Insuficiente
Corredores de Circulação: Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor	0,005	Insuficiente
ACESSIBILIDADE		
Na Proximidade do EJR: O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebês? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.	0,05	Suficiente
Entrada no EJR: A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebês? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebê; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebê; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.	0,1	Mau
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos: Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).	0,15	Muito Bom
Dentro do EJR - Corredores de Circulação: Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.	0,05	Muito Bom
Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,1	Insuficiente
ESTÍMULOS		
Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,445	Insuficiente

<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	<p>0,005</p>	<p>Muito Bom</p>
---	--------------	------------------

1

39,50%

<p>Comentários do Avaliador</p>
<p>(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)</p> <p>pavimento em borracha nas zonas dos eq e com lajetas na envolvente. Possui sombras e envolvente com espaços verde. Algum mobiliário urbano muito próximo do ejr. Base em betonilha. O portao tem 68cm não acessível a cadeira de rodas</p>

Anexo 13 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Guerra Junqueiro

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Boneco de mola simples	M02/2008	Veco Urban Design
N.º2	Combinado com escorrega e baloiço	2031/2013	SOINCA



Levantamento fotográfico do EJR Guerra Junqueiro. 30/02/2022 Fonte: Play Planet

Anexo 14 - Tabela de avaliação do EJR Guerra Junqueiro. Preenchida no local a 16/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de			x	
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.			x	
O numero de equipamentos parece adequado ao EJR?			x	
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)			x	
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?				x
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005		Suficiente
Entrada no EJR:				
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.		0,01		Bom
Painel informativo:				
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel		0,08		Insuficiente
Corredores de Circulação:				
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor		0,005		Muito Bom
ACESSIBILIDADE				
Na Proximidade do EJR:				
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.		0,05		Bom
Entrada no EJR:				
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.		0,1		Bom
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:				
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).		0,15		Muito Bom

<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Mau
ESTÍMULOS		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Insuficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Bom

1

46,25%

Comentários do Avaliador

(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)

Tem equipamentos em caixas individuais com piso contínuo com espessura de 5cm. O parque tem bastante espaço livre, dará para instalar novos equipamentos e potenciar o seu nível de inclusão. Na zona envolvente, dentro do recinto do EJR tem 2 equipamentos de fitness, mas sem valência inclusiva.

Anexo 15 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Igreja de Leião

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Torre de actividades	Não Legível	Proludic
N.º2	Baloço duplo misto	Não Legível	Proludic



Anexo 16 - Tabela de avaliação do EJR Igreja de Leião. Preenchida no local a 06/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de			x	
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.			x	
O número de equipamentos parece adequado ao EJR?			x	
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)				x
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?				x
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005		Suficiente

<p>Entrada no EJR:</p> <p>A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.</p>	0,01	Suficiente
<p>Painel informativo:</p> <p>Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel</p>	0,08	Suficiente
<p>Corredores de Circulação:</p> <p>Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor</p>	0,005	Suficiente
ACESSIBILIDADE		
<p>Na Proximidade do EJR:</p> <p>O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.</p>	0,05	Insuficiente
<p>Entrada no EJR:</p> <p>A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.</p>	0,1	Bom
<p>Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:</p> <p>Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).</p>	0,15	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Mau
ESTÍMULOS		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Insuficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Muito Bom

Comentários do Avaliador

(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)

Anexo 17 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Praia de Santo Amaro Oeiras

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Barco aventura	ELBRC103AL/2019	Bragmaia



Anexo 18 - Tabela de avaliação do EJR Praia de Santo Amaro Oeiras Preenchida no local a 10/02/2022

ANÁLISE GERAL		
	SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de		x
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.	x	
O número de equipamentos parece adequado ao EJR?		x
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)	x	
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?		x
Critérios de Avaliação	Factor de Ponderação	Valor
ORIENTAÇÃO		
Percurso até ao EJR:		
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência	0,005	Mau
Entrada no EJR:		
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.	0,01	Insuficiente
Painel informativo:		
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel	0,08	Suficiente
Corredores de Circulação:		
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor	0,005	Mau
ACESSIBILIDADE		
Na Proximidade do EJR:		
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.	0,05	Mau
Entrada no EJR:		
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.	0,1	Mau
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:		
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).	0,15	Mau

<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Mau
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Mau
ESTÍMULOS		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Suficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Muito Bom

1

27,00%


Comentários do Avaliador
<p>(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)</p> <p>PI na praia</p>

Anexo 19 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Barras a 3 de altura	Não tem chapa	Desconhecida
N.º2	Boneco de mola pato para 3	J846/2010	Pro ludic
N.º3	Torre de actividades	J3816/2010	Pro ludic
N.º4	Baloço duplo misto	Não Legível	Pro ludic
N.º5	Casa de brincar e trepar	J254/2010	Pro ludic
N.º6	Jogo da macaca no pavimento	-	-



Anexo 20 - Tabela de avaliação do EJR Jardim Municipal de Paço de Arcos. Preenchida no local a 08/02/2022

	Registo de Avaliação de EJR N.º26		
	Nome do Parque:	EJR JARDIM MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS	
	Morada:	AV. MARQUÊS DE POMBAL, PAÇO DE ARC	Data:
ANÁLISE GERAL		SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de			
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.			
O numero de equipamentos parece adequado ao EJR?			
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)			
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?			
Crítérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor

ORIENTAÇÃO		
Percurso até ao EJR: Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência	0,005	Suficiente
Entrada no EJR: A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.	0,01	Bom
Painel informativo: Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel	0,08	Insuficiente
Corredores de Circulação: Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor	0,005	Muito Bom
ACESSIBILIDADE		
Na Proximidade do EJR: O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.	0,05	Muito Bom
Entrada no EJR: A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.	0,1	Suficiente
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos: Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).	0,15	Muito Bom
Dentro do EJR - Corredores de Circulação: Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.	0,05	Muito Bom
Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,1	Insuficiente

ESTÍMULOS		
Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,445	Suficiente
Estímulos -Proceptivo e Vestibular Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.	0,005	Suficiente

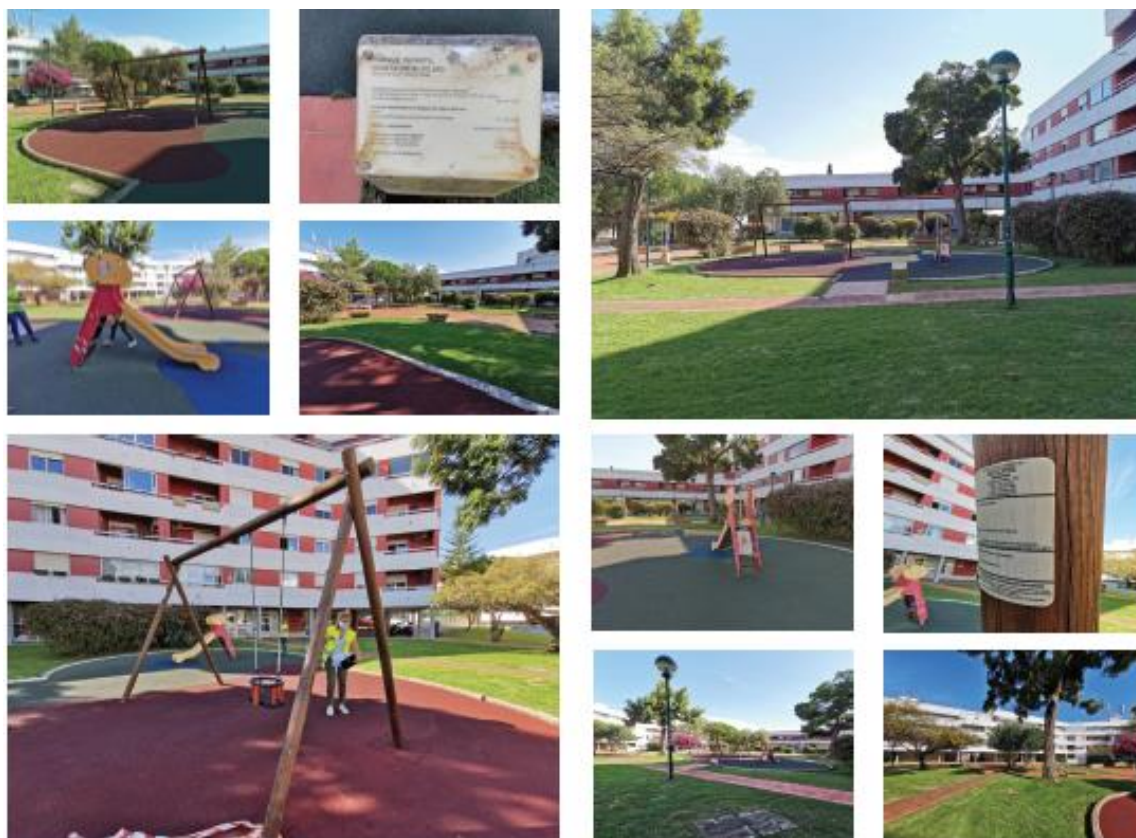
1

58,50%

Comentários do Avaliador
(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)

Anexo 21 - Lista de equipamentos infantis e levantamento fotográfico do EJR Quinta do Alto

N.º	TIPO	REFERÊNCIA	MARCA
N.º1	Escorrega	G600/2011	Europlay
N.º2	Baloço duplo misto	ABCteam 1020/2008	Carmo



Anexo 22 - Tabela de avaliação do EJR Quinta do Alto. Preenchida no local a 08/02/2022

ANÁLISE GERAL			SIM	NÃO
Presença de mobiliário urbano (ex: bebedouro, bancos de apoio, iluminação, caixote de			x	
Higiene do espaço (se tem resíduos no chão ou equipamentos, caixotes cheios, etc.			x	
O numero de equipamentos parece adequado ao EJR?			x	
O pavimento está em bom estado? (Com desgaste ou folgas)			x	
Os equipamentos têm sinais de vandalismo ou desgaste?				x
Critérios de Avaliação		Factor de Ponderação	Valor	
ORIENTAÇÃO				
Percurso até ao EJR:				
Existe um caminho pedonal diferenciado até à entrada do EJR, sendo relativamente fácil perceber a pessoas cegas ou com visão condicionada que ali existe um EJR? MB: Com piso tátil; B: Com piso diferenciado; S: Corredor sem piso diferenciado mas com pontos de referência; I: Sem piso diferenciado; M: Sem quaisquer pontos de referência		0,005		Mau
Entrada no EJR:				
A entrada do EJR está assinalada, e/ou é fácil de identificar/descobrir? MB: Tem piso tátil; B: Tem vedação, muro ou algo que permita uma diferenciação tátil para pessoas cegas ou com visão condicionada; S: Tem pontos de referência mas não é muito fácil de descobrir; I: Sem pontos de referência; M: Difícil de descobrir mesmo para pessoas com boa visão.		0,01		Insuficiente
Painel informativo:				
Existe painel informativo com informação de segurança legível? MB: Com audiodescrição; B: Com Braille; S: Painel alto, visível; I: Painel pouco visível; M: Sem painel		0,08		Insuficiente
Corredores de Circulação:				
Existe uma linha condutora/corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos? MB: Com pavimento de outra textura; B: Com pavimento de outra cor; S: Existe corredor ao redor do parque mas não assinalado; I: Existe corredor mas com obstáculos; M: Não tem corredor		0,005		Suficiente
ACESSIBILIDADE				
Na Proximidade do EJR:				
O caminho pedonal que conduz ao EJR é acessível a cadeira de rodas e carrinhos de bebés? MB: Sim e com piso confortável; B: Sim mas com piso desconfortável; S: Sim, mas com caminho longo até rampa ou só até uma entrada específica; I: Sim, mas com rampa muito inclinada, piso escorregadio ou com obstáculos; M: Não, acesso por escadas.		0,05		Suficiente
Entrada no EJR:				
A entrada no EJR é acessível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebés? MB: A entrada é aberta, ou com diversos pontos de acesso largos; B: A entrada no EJR é de nível e permite acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; S: A entrada tem rampa de acesso a cadeira de rodas e/ou carrinho de bebé; I: A entrada tem rampa mal dimensionada ou grande desnível no pavimento dificultando o acesso; M: A entrada é feita por escadas ou degrau.		0,1		Muito Bom
Dentro do EJR - Pavimentos e Acesso aos equipamentos:				
Os corredores e pavimentos permitem a acessibilidade a utilizadores em cadeiras de rodas às diversas áreas do EJR? MB: Acessíveis a todo o EJR e a todas as áreas de equipamentos; B: Acessíveis à maioria do EJR e das áreas de equipamentos; S: Acessíveis a pelo menos metade das áreas dos equipamentos; I: Acessíveis a menos de metade das áreas dos equipamentos; M: Não acessíveis (ex: pavimento todo em areia).		0,15		Muito Bom

<p>Dentro do EJR - Corredores de Circulação:</p> <p>Existe um corredor de circulação, livre de obstáculos, permitindo percorrer todo o EJR passando pelas suas diferentes áreas/equipamentos, ou ao redor do parque? MB: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação e rotação de cadeiras de rodas, à volta do perímetro do EJR e entre os equipamentos; B: O corredor de circulação tem largura suficiente apenas para a deslocação de cadeiras de rodas entre alguns equipamentos ou à volta do parque; S: O corredor de circulação tem largura suficiente para a deslocação de cadeiras de rodas mas tem alguns obstáculos que podem dificultar a deslocação como vedações de baloiços, bancos, árvores; I: O corredor de circulação não permite a deslocação de cadeira de rodas em todo o percurso ou tem vários obstáculos que impedem a passagem em alguns pontos; M: Não existe corredor de circulação, ou existem obstáculos que não permitem a passagem entre grande parte dos equipamentos e ao redor do EJR.</p>	0,05	Muito Bom
<p>Dentro do EJR - Acessibilidade aos equipamentos</p> <p>Os equipamentos permitem a acessibilidade aos utilizadores com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas? MB: Entre 90 a 100% dos equipamentos permitem utilização autónoma ou com cadeira de rodas a todos os pontos do equipamento, ou a parte dos equipamentos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,1	Mau
ESTÍMULOS		
<p>Estímulos -Social, Sensorial, Cognitivo, Físico e Comunicação</p> <p>Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,445	Insuficiente
<p>Estímulos -Proceptivo e Vestibular</p> <p>Pontuação obtida com a soma dos estímulos de cada categoria por parque, versus o número dos equipamentos. MB: Entre 90 a 100% de pontuação geral de estímulos; B: Entre 70 a 89%; S: Entre 50 a 69%; I: Entre 20% a 49%; M: Entre 0 e 19%.</p>	0,005	Bom

1

46,50%

Comentários do Avaliador
<p>(Resumo da avaliação e identificação de pontos de melhoria)</p>